

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Ana Maria Ribeiro Dantas

Gramática e gramaticalização: os possessivos em português

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO

2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Ana Maria Ribeiro Dantas

Gramática e gramaticalização: os possessivos em português

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
como exigência parcial para obtenção do título
de MESTRE em Língua Portuguesa, pela
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
sob a orientação da Professora Doutora Regina
Célia Pagliuchi da Silveira.

SÃO PAULO

2008

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que estiveram sempre ao meu lado dispostas a contribuir e, por isso, venho oferecer meus sinceros agradecimentos.

A minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Regina Célia P. da Silveira, pela paciência, pela amizade, por ter me estimulado e direcionado nas pesquisas, e, ainda, pelos conhecimentos que me proporcionou neste percurso.

Agradeço a Prof^a. Dr^a. Aparecida Regina Borges Sellan pela amizade e compreensão dada durante os momentos que foram essenciais para concluir esta pesquisa.

As minhas amigas Maria José Nélo e Débora de Paula, e a todos os demais amigos pelo incentivo e companheirismo na realização deste trabalho.

A minha família, por todo apoio, carinho e amor, especialmente, a minha mãe que sempre esteve do meu lado e me incentivou nesta caminhada.

À Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, pelo incentivo financeiro ao me conceder a participação no programa bolsa mestrado.

Banca Examinadora

Gramática e gramaticalização: os possessivos em português

Ana Maria Ribeiro Dantas

Esta dissertação está situada na área da gramática da Língua Portuguesa com abordagem discursivo-funcional e tem por tema a diversidade de usos dos morfemas gramaticais, designados por nossos gramáticos tradicionais “pronomes adjetivos possessivos”. O estudo se justifica em razão de se ter verificado, no ensino de português língua materna e português língua estrangeira, uma carência de estudos que privilegiam a descrição de regras subjacentes aos valores semânticos, nas diferentes dimensões textuais e discursivas. Tais estudos são necessários para resolver dificuldades apresentadas por estrangeiros, e também brasileiros, na compreensão do funcionamento dos “pronomes adjetivos possessivos” como decorrentes de intenções enunciativas. Justifica-se, ainda, por se ter verificado não haver um tratamento lingüístico discursivo-funcional para os “possessivos” pelas gramáticas tradicionais, que os situam na dimensão da frase, a partir de regras sistêmicas, de forma a não se considerar a língua em uso efetivo. Assim, o objetivo geral desta dissertação é contribuir com os estudos que inter-relacionam gramática e gramaticalização para o tratamento de fenômenos enunciativos da língua. São objetivos específicos: 1. buscar, na história da língua portuguesa, os indícios da gramática sistêmica e da gramaticalização dos morfemas “possessivos”, a partir do valor semântico da posse e suas modificações; 2. examinar, no uso efetivo do português brasileiro, as relações entre tema e progressão semântica do texto para o uso dos morfemas possessivos no texto-produto; 3. tratar das escolhas lexicais e suas relações com a morfossintaxe gramatical. Os aspectos teóricos considerados para a pesquisa são relativos à Pragmática, à Análise Crítica do Discurso, à Gramática Tradicional, à Gramática Funcional para tratar das dimensões textual-comunicativa e textual-discursiva e dos processos de gramaticalização. Os resultados obtidos indicam que: 1. em relação ao morfema possessivo, no mesmo momento sincrônico, convivem em uso formas do passado com formas do presente; 2. há regras gramaticais sistêmicas que são aplicadas na construção textual-discursiva, a saber: Regra 1 - a nominalização do predicado e o uso do morfema possessivo pelo sujeito; Regra 2 - a concordância do morfema possessivo como substantivo por flexões de gênero e número; Regra 3 - o morfema possessivo funciona como adjetivo, antecedendo o substantivo; Regra 4 - o morfema possessivo com a função de pronome de forma a substituir o sintagma nominal lexical. Tais regras permitem entender a causa dos gramáticos tradicionais brasileiros, pós NGB, classificarem os possessivos em pronomes adjetivos.

Palavras – chave: gramática, gramaticalização e textual-discursivo, morfema possessivo

ABSTRACT

This study is situated on the grammar of the Portuguese language with discursive-functional approach and is focused on the diversity of uses grammar morphemes, called our traditional grammarian "possessive pronouns adjectives." The study is justified because it had been found in the teaching of Portuguese language and Portuguese foreign language, a lack of studies that focus on description of rules underlying the semantic values in the different dimensions textual and discursive. Such studies are needed to solve problems presented by foreigners, and also Brazilian, in understanding the operation of "possessive pronouns adjectives" as arising from enunciate intentions. It is, moreover, because they have verified that there is no treatment discursive-functional language for "possessive" by traditional grammars, that situate the morphemes in the dimension of the sentence, from systemic rules in order not to consider the language in effective use. Thus, the general aim of this study is contributing to the studies that inter-related grammar and grammaticalization for the treatment of enunciative phenomena of language. They are specific objectives: 1. to seek, in the history of the portuguese language, evidence of systemic grammar and grammaticalization of morphemes "possessive" from the semantic value of ownership and its modifications, 2. to examine in effective use of brazilian portuguese, relations between subject and progression semantics of text to the use of morphemes possessive in the text-product, 3. to deal the lexical choices and its relations with grammar morfossintaxe. The theoretical aspects are considered in the search for the Pragmática, the Critical Analysis of Discourse, the Traditional Grammar, the Functional Grammar to deal the dimensions textual communicative, textual discourse and processes of grammaticalization. The results indicate that: 1. em relation to morpheme possessive, synchronic at the same time, use forms together in the past with the present forms, 2. there are systemic grammatical rules that are applied in the construction textual-discursive, namely: Rule 1 - the nominalisation of the predicate and use of the possessive morpheme by subject; Rule 2 - the correlation of morpheme possessive noun by inflections of gender and number; Rule 3 - to Serve as the morpheme possessive adjective, before the noun; Rule 4 - the morpheme possessive with function of the pronoun in order to replace the lexical sintagms. These rules allow understand the cause of tradicional brazilian grammar, post NGB, classify the possessive pronouns in adjectives.

Key-words: grammar, grammaticalization, textual discursive and morpheme possessive

Sumário

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
1.1 No que se refere à gramática	17
1.1.1 Função e funcionalismo	17
1.1.2 Considerações sobre a gramática funcional	20
1.1.3 Gramática e Gramaticalização	22
1.1.4 Questões Transfrásticas	26
1.1.5 A gramática tradicional ou gramática do uso-padrão normativo do português	31
1.1.6 Gramática de uso	38
1.2 No que se refere ao texto e ao discurso	40
1.2.1 O texto	40
1.2.2 O discurso	42
1.2.3 A Análise Crítica do Discurso	44
1.2.4 A vertente sócio-cognitiva da Análise Crítica do Discurso	45
1.2.4.1 A teoria das memórias	46
1.2.4.2 Contexto local e global	47
1.2.5 A Teoria da Enunciação	50
1.2.6 Questões de cultura e ideologia	50
1.2.7 Categorias Analíticas: Discurso, Sociedade e Cognição	52
1.2.8 Implícitos culturais e o uso das formas possessivas nas expressões lingüísticas	54
CAPÍTULO II – UMA REVISÃO DE TRATAMENTOS DADOS AOS MORFEMAS POSSESSIVOS POR GRAMÁTICOS	57
2.1 Uma breve história da língua portuguesa	57
2.2 Os morfemas possessivos na gramática histórica da língua portuguesa.....	61
2.2.1 No plano fonético	62

2.2.2 No plano morfológico	64
2.2.3 No Plano sintático	65
2.3 A gramaticalização na visão diacrônica da língua portuguesa	66
2.4 Os Morfemas na gramática tradicional do português no Brasil	67
2.4.1 Gramáticas tradicionais brasileiras antes da NGB	68
2.4.2 Gramáticas tradicionais brasileiras pós NGB	73
2.4.3 Os valores e empregos atribuídos ao morfema possessivo por gramáticos	79
2.4.4 O tratamento dado ao morfema possessivo na gramática de uso	90

CAPÍTULO III – RESULTADOS OBTIDOS: GRAMÁTICA E GRAMATICALIZAÇÃO

– OS MORFEMAS POSSESSIVOS DO PORTUGUÊS	109
3.1 A posse na visão do discurso jurídico	109
3.1.1 A origem da posse	109
3.1.2 Conceito de posse	110
3.1.3 Objeto da posse	112
3.1.4 Noções históricas do direito de propriedade	113
3.2 A posse numa visão lingüística	115
3.3 O uso de morfemas possessivos e as regras sistêmicas de transformação.....	116
3.3.1 Morfemas possessivos com valor de posse	116
3.3.2 Morfemas possessivos e a regra de nominalização do verbo	117
3.3.2.1 Verbos intransitivos	118
3.3.2.2 Verbos transitivos diretos	118
3.3.2.3 Verbos transitivos indiretos	121
3.3.2.4 Verbos de estruturas nominais	122
3.3.2.5 Verbos modais.....	124
3.3.3 Morfemas possessivos e regra de apagamento: adjetivo > pronome	126
3.4 Gramaticalização diacrônica do morfema possessivo : todo e parte	127
3.5 Dificuldades decorrentes da aplicação de regras sistêmicas	128
3.6 O uso dos morfemas possessivos e a dimensão discursiva	129
3.6.1 Morfemas possessivos e pronomes pessoais: dimensão discursiva e enunciação	129

3.6.1.1 Na interação eu – ele	130
3.6.1.2 Na interação eu – tu	130
3.6.1.3 Na interação eu – você	130
3.6.1.4 Na interação eu – nós	132
3.6.1.5 Na interação eu – vocês	133
3.6.1.6 Na interação você – você	133
3.6.1.7 Na interação eu – outro	134
3.6.1.8 Na interação eu – eles	135
3.6.1.9 Na interação nós – você	136
3.6.2 Morfemas possessivos na variedade de discursos	136
3.6.2.1 Morfemas possessivos no discurso publicitário	136
3.6.2.2 Morfemas possessivos no discurso poético	139
3.6.2.3 Morfemas possessivos no discurso narrativo da crônica do cotidiano	141
3.6.2.4 Morfemas possessivos no uso oral da variedade nativa em evento discursivo particular	141
3.6.3 Morfemas possessivos: a dimensão textual-comunicativa e a enunciação	142
3.6.4 Morfemas possessivos na inter-relação das dimensões discursivas e textual-comunicativa	144
3.6.5 Morfemas possessivos e as formas de tratamento na dimensão discursiva.....	146
3.7 Uma síntese: os diferentes usos dos morfemas possessivos	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161
ANEXOS	168

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Esta Dissertação está situada na área da Gramática de Língua Portuguesa com abordagem discursivo-funcional e tem por tema a diversidade de usos dos morfemas gramaticais, designados, por nossos gramáticos tradicionais, “pronomes adjetivos possessivos”. O problema consiste em descrever as regras sistêmicas subjacentes aos diferentes valores semânticos, nas dimensões textuais e discursivas. Dessa forma, busca-se o funcionamento dos “pronomes adjetivos possessivos”, decorrentes das intenções enunciativas.

Parte-se do princípio de que, os falantes nativos de língua portuguesa, com médio ou alto nível de escolaridade, freqüentemente, apropriam-se dos morfemas gramaticais “possessivos”, tanto em seus eventos discursivos particulares quanto em discursos públicos institucionais. Por serem falantes nativos do português brasileiro, sabem usar as regras gramaticais no discurso, embora, muitas vezes, apresentem dificuldades interacionais comunicativas. Por exemplo:

a. - “Eu preciso de sua atenção para explicar o **problema de Pedro**”.

Este enunciado, por vezes, pode ser atualizado por:

b. - “Eu preciso de sua atenção para explicar o **seu problema**”.

Em (b) ocorre polissemia, pois não está explicitado de quem é o problema a ser explicado. Nesse caso, para evitar tal polissemia seria:

c. - “Eu preciso de sua atenção para explicar o **problema dele**.”

Em se tratando de falantes estrangeiros, aprendizes de português brasileiro, esses encontram maiores dificuldades ainda para o emprego de regras sistêmicas ou do uso-padrão normativo, em suas enunciações.

A título de exemplificação, apresenta-se o relato de situação vivida por uma aluna estrangeira do NUPPLE (Núcleo de pesquisa português língua estrangeira do Instituto de pesquisa Sedes Sapientiae da PUC/ SP):

Um dia, uma aluna coreana de português brasileiro, ao chegar ao IP – PUC SP, disse:

- Professora, é possível que **meu, teu, seu** não sejam **meu, teu e seu**?

A professora perguntou:

- Do que você está falando? Em que situação comunicativa você teve dificuldade?

A aluna relatou que era tradutora do cônsul coreano em São Paulo e que havia, realizado seu aprendizado de português brasileiro inicialmente, na Coréia do Sul e, após, vindo para São Paulo, passou a freqüentar aulas com os professores do NUPPLE, no nível adiantado.

Na semana passada, o cônsul pediu a sua tradutora para mandar **sua** única roupa de festa coreana ao tintureiro.

A moça chamou o motorista do cônsul e disse a ele:

- Sexta-feira haverá um jantar, aqui no consulado, e o cônsul precisa que tudo esteja em ordem, **isto é seu**, mande acertar para a festa. Traga essa roupa bem bonita.

Na sexta-feira, o motorista chega ao consulado vestido com a roupa do cônsul muito bem passada e cortada no seu número.

A confusão foi imensa...

O relato dessa situação comunicativa faz acreditar que o uso de “seu” propiciou que:

- o motorista entendesse que havia ganhado a roupa do cônsul e que a sua incumbência era acertá-la de acordo com seu número, com o auxílio de um excelente alfaiate, a fim de estar presente na festa, a caráter;
- a ordem dada pela tradutora era referente a ele resolver o problema da roupa do cônsul, levando-a ao tintureiro.

Essa dificuldade de interação comunicativa causou um grave problema em relação a quem pertencia a roupa, fato que obrigou – o a usar uma roupa ocidental.

Tem-se por ponto de partida que as dificuldades, exemplificadas anteriormente, resultam de não se ter dado, ainda, um tratamento lingüístico discursivo-funcional aos “possessivos”, pois os estudos estão situados na dimensão da frase, a partir de regras sistêmicas, de forma a não se considerar a língua em seu uso efetivo. Por exemplo, os gramáticos gerativistas preocuparam-se com os morfemas “possessivos” e buscaram explicar as regras transformacionais, na dimensão da frase, de forma a diferenciarem a posse alienável da inalienável.

No que se refere à nossa gramática tradicional, o tratamento dado é morfossintático. Em outros termos, os gramáticos tradicionais de língua portuguesa tratam os morfemas possessivos tendo por critério o lugar ocupado por eles na frase, ou seja, como adjetivos e como pronomes. Como se sabe, nossa gramática tradicional objetiva instaurar, com seu conjunto de regras, uma instância de controle da variação lingüística no país. Logo, seu discurso é político institucionalizado (objetiva impor uma unidade na diversidade de variedades / variações lingüísticas) e seu controle é realizado por um discurso jurídico (o que é permitido X o que é proibido), de forma a criar, quando ocorre uma infração à imposição estabelecida, a noção de “erro gramatical”. As regras gramaticais do bom uso são construídas a partir de textos literários de escritores de prestígio, ou seja, os que foram avaliados positivamente pelas classes críticas.

Assim, há lacunas para o tratamento dos morfemas “possessivos”, nas dimensões textual e discursiva, principalmente no que se refere ao funcionamento deles nessas duas dimensões. Logo, a pesquisa realizada se justifica.

A Análise Crítica do Discurso postula, em suas diferentes vertentes, uma dialética entre o social e o individual. O social guia o individual e este reformula o social. Tem-se por pressuposto que tal postulado pode ser estendido para os estudos gramaticais a fim de explicar as inter-relações de gramática com o conceito de gramaticalização.

Anterior à visão pragmática, os estudos da língua foram realizados com a atenção dos lingüistas voltada para uma abordagem “autônoma” da gramática, de forma a se privilegiar uma gramática sistêmica que é independente do uso interacional-comunicativo. Com a visão pragmática, é possível uma abordagem discursivo-funcional para os fenômenos gramaticais. Tal abordagem tem dois objetivos principais:

1. a descrição da gramática, a partir do exame de como a escolha lexical interfere na sintaxe gramatical;
2. o exame de como os tópicos informativos tendem à intertextualização lingüística, guiando a construção de tipologias de língua.

Segundo Cumming e Ono (1997), para se realizar uma abordagem discursivo-funcional de fenômenos gramaticais, é necessária a projeção de três pontos de vista:

1. o cognitivo, que explica processos mentais usados interacionalmente na produção e compreensão da linguagem;
2. o social, que explica a dinâmica das interações comunicativas em situações em que o uso lingüístico é produzido e consumido, a partir de normas culturais e sociais;

3. as explicações diacrônicas, que focalizam o relacionamento entre discurso funcional na gramática e a mudança gramatical no tempo.

Os resultados obtidos da projeção desse terceiro ponto de vista propiciaram entender a dinâmica do sistema da língua, instaurando-se a noção de “gramaticalização”. Esse termo designa mudanças sistêmicas que ocorrem no eixo temporal, devido às variedades / variações no uso efetivo da língua, em cada contemporaneidade.

Esta dissertação tem por objetivo geral contribuir com os estudos que inter-relacionam gramática e gramaticalização para o tratamento de fenômenos enunciativos da língua.

São objetivos específicos:

1. buscar, na história da língua portuguesa, os indícios da gramática sistêmica e da gramaticalização dos morfemas “possessivos”, a partir do valor semântico da posse e suas modificações;
2. examinar, no uso efetivo do português brasileiro, as relações entre tema e progressão semântica do texto para o uso dos morfemas possessivos no texto-produto;
3. tratar das escolhas lexicais e suas relações com a morfossintaxe gramatical.

Tem-se por pressuposto que as categorias analíticas Sociedade, Cognição e Discurso, propostas pela vertente sócio-cognitiva da Análise Crítica do Discurso, são inter-relacionadas entre si e adequadas para o estudo da gramaticalização, pelo social, pelo cognitivo e pelo interacional.

Tem-se por hipótese que o uso dos morfemas “possessivos” está relacionado às pessoas do quadro enunciativo e seus lugares discursivos: a noção do EU em relação ao OUTRO se apresenta com traços culturais positivos para o pessoalismo do EU, de forma a diferenciá-lo, nas interações comunicativas, do TU e do ELE; do NÓS, do OUTRO e dos OUTROS.

A pesquisa realizada seguiu um procedimento teórico-analítico que compreende as seguintes etapas metodológicas :

1. seleção de autores e obras para a revisão da gramática histórica da língua portuguesa, tendo por critério as obras que focalizam o morfema “possessivo”;
2. seleção de gramáticos da língua portuguesa de diferentes fases de nossa gramática tradicional, tendo por critério a diversidade de tratamento da posse e de sua gramaticalização;
3. seleção de um *corpus* de enunciados, tendo por critério a sua ocorrência em contexto zero;
4. seleção de um *corpus* de textos-produto do uso efetivo da língua, tendo por critério a ocorrência dos morfemas “possessivos” ou não-ocorrência enunciativa, mas a possível enunciação, a partir da aplicação de sua regra gramatical.

A pesquisa realizada busca responder à seguinte questão:

Quais regras gramaticais são aplicadas na construção textual-discursiva?

Esta dissertação está organizada por três capítulos:

Capítulo I - Fundamentação Teórica – apresenta os fundamentos teóricos que orientaram a seleção do material revisado e do material analisado;

Capítulo II - Uma revisão de tratamentos dados aos morfemas possessivos por gramáticos – compreende uma revisão crítica de gramáticos históricos, gramáticos de uso padrão e gramáticos da língua em uso, de forma a diferenciar os tratamentos dados aos morfemas possessivos.

Capítulo III - “Resultados obtidos: Gramática e gramaticalização – os morfemas possessivos do português – apresenta os resultados obtidos das análises de segmentos textuais em contexto zero confrontados com referenciação, tema e progressão semântica na produção e compreensão textuais.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta a fundamentação que guiou o procedimento teórico-analítico do *corpus*. Trata-se de elementos relativos ao tema gramática e ao tema discurso. No que se refere à gramática, será apresentada uma revisão das bases teóricas relativas a: função e funcionalismo gramaticais; inter-relação de gramática e gramaticalização; bases e diferentes concepções de gramáticas para uma pesquisa funcional-discursiva. No que se refere ao discurso, serão apresentadas as bases teóricas relativas a: vertente sócio-cognitiva da Análise Crítica do Discurso; explícitos e implícitos culturais; a relação entre cultura e ideologia, pela teoria das representações.

1.1 No que se refere à gramática

A noção de gramática é complexa e conflitante em suas diferentes vertentes de estudo, principalmente no que se refere à dinâmica e à mudança lingüística.

1.1.1 Função e funcionalismo

O termo função, segundo Borba (1971, p.74), é definido por:

A função é a relação entre uma unidade ou um sistema com a sua finalidade. A função é um princípio inerente e constitutivo da estrutura, pois se liga à dependência dos elementos dentro do sistema uma vez que se diz que só há função quando há uma escolha por parte do falante. Isto quer dizer que a função sempre pressupõe uma estrutura como uma totalidade. Na comunicação verbal, a função é determinada pela *situação lingüística total*, em que entram, segundo

Jakobson, seis fatores – a mensagem, o falante, o ouvinte, o contacto entre o falante e o ouvinte, o contexto e o código.

O autor apresenta vários tipos de função:

- função associativa auxiliar, que, em fonologia, serve para indicar um tipo de variante que denuncia a existência de um fonema vizinho;

- função congruente ou harmônica é correspondente a elementos que concordam entre si, por exemplo, o nome com função nominal (sujeito) e o verbo com função verbal (predicado). Caso contrário, a função não será harmônica, como “o então rei”, pois *então*, sendo advérbio, não está capacitado para servir de atributo a um nome;

- função demarcativa é a que, pelo lugar ocupado, serve para marcar um limite de sílaba, de palavra, de sintagma ou de frase;

- função denotativa, também chamada cognitiva ou referencial, é a que se relaciona com o contexto e com a mensagem a ser comunicada;

- função de palavra é a que a palavra executa ao apresentar a coisa significada pelo falante;

- função distintiva é a que, em fonologia, é atribuída aos fonemas, na medida em que seus traços distinguem signos;

- função expressiva é a que incorpora mudanças afetivas ou apreciativas nas unidades lingüísticas;

- função fática é a que se refere à interação entre o falante e o ouvinte, estabelecendo um canal para entrada da mensagem;

- função heterossintagmática e homossintagmática: a primeira estabelece relações entre elementos de sintagmas diferentes, por exemplo, a concordância verbal; a segunda estabelece relações dentro de um mesmo sintagma, por exemplo, no sintagma nominal, a concordância entre determinante, nome e adjetivo;
- função metalingüística é a que está centrada em um patamar superior ao do lingüístico, de forma a relacionar falante e ouvinte;
- função poética é a que estabelece o sentido do enunciado sem recorrer apenas às regras gramaticais e lexicais, tendo por ponto de partida o estético; e
- função semiológica é a que determina que todo signo sempre significa algo.

Essas funções foram revistas e reorganizadas a partir da visão pragmática para os estudos da língua.

Segundo Ducrot e Todorov (1976), uma das inovações da lingüística saussureana é atribuir à língua o seu papel de instrumento de comunicação. A partir daí, alguns sucessores de Saussure passaram a se chamar funcionalistas, por considerarem que o estudo de uma língua objetiva investigar as funções desempenhadas pelos elementos, as classes e os mecanismos que nela intervêm. Embora os funcionalistas tenham tratado de diferentes funções do sistema da língua, o estudo das funções comunicativas produziram resultados mais relevantes, para se compreender o fenômeno lingüístico. Esses estudos procuraram descrever menos o sistema da língua e mais o funcionamento dela, no discurso, com a atenção voltada para as funções que a linguagem exerce *na ocasião do ato de comunicação*.

1.1.2 Considerações sobre a gramática funcional

Neves (1997) reporta-se a alguns teóricos para buscar a definição da palavra *função* no campo da lingüística. *Função* e *funcional* passaram a ser termos muito concorrentes na produção científica da Escola Lingüística de Praga e, a partir daí, produziram definições divergentes entre os teóricos.

Para Martinet (1994), o termo *funcional* é relativo ao papel que a língua desempenha para os homens, na comunicação de suas experiências uns aos outros.

Halliday (1973) afirma que a noção de *função* não se refere aos papéis que desempenham as classes de palavras ou os sintagmas dentro da estrutura das unidades maiores, mas ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo a certos tipos universais de demanda, que são muitos variados.

A gramática funcional de Halliday está centrada em uma teoria sistêmica e vem sendo elaborada há mais de trinta anos.

Conforme Halliday (1967, p.37) :

Sistema é desenvolvido no construto formal de uma rede sistêmica, o que configura uma teoria da língua enquanto escolha. À interpretação funcionalista da lingüística se acopla uma descrição sistêmica, na qual a gramática toma a forma de uma série de estruturas sistêmicas, cada estrutura representando as escolhas associadas com um dado tipo constituinte.

Halliday (1967) afirma que a teoria lingüística se organiza com duas alternativas: a “cadeia” (o sintagma) e a “escolha” (o paradigma). No que se refere ao sistêmico, as escolhas não são conscientes nem livres, pois são regidas por regras do sistema. Mas, na comunicação, tais escolhas são conscientes e livres, de forma a produzir uma série

de estruturas sistêmicas que derivam das várias funções da linguagem e as realiza numa forma estrutural unificada.

Neves (1997) afirma que as diferentes redes sistêmicas, propostas por Halliday, codificam diferentes espécies de significados, dependendo das três diferentes funções da linguagem: função ideacional, função interpessoal e função textual. A função ideacional liga-se ao sistema de *transitividade*, especificando os papéis dos elementos da oração, como “ator”, “meta” etc., de forma a codificar as experiências do mundo; a função interpessoal liga-se ao sistema de *modo* (do qual deriva o de modalidade), a atitude dos sujeitos, especificando as funções relativas aos papéis da fala; a função textual liga-se aos sistemas de tema e de informação especificando as relações cotextuais dentro do próprio enunciado com o seu contexto.

Com base nos estudos de Halliday (1985), Neves (1997) propõe que a gramática funcional constrói todas as unidades de uma língua – suas orações, suas expressões – como configurações orgânicas de funções, e, assim, cada parte dessa gramática é interpretada como funcional em relação a seu todo. Como se pode deduzir, o que está colocado em exame é a construção de sentidos. Se a língua é um sistema cuja função é a produção de sentidos, através de enunciados lingüísticos, ela é um sistema semântico. O termo “semântico”, utilizado para definir a língua, implica o sistema de significados de uma língua como um todo, que produz significados codificados os quais se codificam na organização de itens lexicais e de itens gramaticais. Logo, para a gramática funcional, a gramática codifica o significado, a partir da consecução de funções semânticas específicas.

Em síntese, embora haja diferentes pontos de vista para se entender a gramática funcional, a maioria dos autores usou o termo *função* no sentido de “tarefas” que a linguagem desempenha.

1.1.3 Gramática e Gramaticalização

Há diferentes conceitos atribuídos ao termo gramática, dependendo de escolas lingüísticas e de seus paradigmas.

Segundo Varó (1990), os estudos lingüísticos foram realizados com três paradigmas: o estruturalismo, o gerativismo e o pragmatismo.

Durante o estruturalismo, a gramática sistêmica resulta da descrição de unidades e regras do sistema da língua, realizada sem considerar a língua em uso. O conjunto de regras do sistema da língua é apresentado a partir de três níveis: o fonológico, o morfológico e o sintático. As regras aplicadas na combinatória de fonemas são as regras silábicas; as aplicadas na combinatória de morfemas e lexemas são regras de formação de palavras; as aplicadas na combinatória sintagmática são regras frasais.

Durante o gerativismo, a noção de sistema é substituída pela de competência, saber interiorizado pelo usuário da língua. A gramática da competência é um conjunto de regras componenciais: componente da base, componente transformacional e componente de superficialização. A teoria componencial é explicativa, pois as regras gramaticais de cada componente buscam explicar “por que um falante é capaz de falar o que nunca falou ou ouviu antes e seu ouvinte é capaz de produzir sentidos”. O gerativismo produziu uma gramática da competência de um falante; porém, por tratar das regras fora do uso efetivo da língua, construiu uma gramática de um falante ideal e abstrato, na medida em que conhece todas as regras de sua língua.

Com a visão pragmática para o estudo da língua, foi possível tratar das funções da linguagem, a partir do uso efetivo da língua. No que se refere à gramática sistêmica, a inserção das funções produz a gramática funcional.

Bates (1987) observa que o funcionalismo é como o protestantismo: é um grupo de seitas em conflito, que concordam somente na rejeição da autoridade do Papa. Em outros termos, há diferentes vertentes que tratam do funcionalismo, embora todas elas rejeitem um sistema único e estático para se definir a língua em uma sincronia.

Halliday (1985) apresenta a gramática funcional como uma gramática “natural”, no sentido de que tudo nela pode ser explicado, em última instância, com referência a como a língua é usada. Seus objetivos são, realmente, os usos da língua, já que são estes que, através das gerações, têm dado forma ao sistema.

Como Halliday (1985), Cumming e Ono (1997) trabalham numa dimensão discursivo-funcional, para esses autores, tal abordagem deve ser feita a partir de três pontos de vista:

1. o cognitivo, que explica os processos mentais usados interacionalmente na produção e compreensão da linguagem;
2. o social, que explica a dinâmica das interações comunicativas em situações em que o uso lingüístico é produzido e consumido, a partir de normas culturais e sociais e;
3. as explicações diacrônicas, que focalizam o relacionamento entre discurso funcional e a gramática, de forma a tratar da mudança gramatical no tempo.

Na dimensão discursivo-funcional, é o terceiro ponto de vista que trata da gramaticalização.

O termo gramaticalização é muito complexo e tem propiciado diferentes suportes teóricos e métodos de investigação. No que se refere aos estudos pragmáticos da língua, a gramaticalização difunde-se no final da década de 1980.

Todavia, outros estudos, que vêm sendo realizados desde o século X, na China, até o século XX, e suas décadas iniciais, podem também ser identificados como de gramaticalização. Esses estudos, em sentido amplo, são sustentados por dois pontos teóricos:

1. fazem a distinção entre itens lexicais e itens gramaticais. Os itens lexicais são signos lingüísticos plenos e têm a função de designar coisas do mundo sócio-bio-físico-cultural; esses itens lexicais constituem-se em classes abertas de palavras, ou seja, novas palavras podem ser incorporadas a eles a cada momento. Os itens gramaticais são signos lingüísticos de relação e constituem-se em classes fechadas de palavras, por dependerem do sistema da língua;

2. consideram que as últimas categorias adquiridas na palavra tendem a se originar das anteriores. Dessa forma:

léxico + gramatical > (+) gramatical ou (-) gramatical.

Assim, o termo gramaticalização refere-se à passagem de uma palavra lexical à função de um elemento gramatical.

Por essa razão, a idéia de gramaticalização foi utilizada como uma ferramenta da lingüística histórica e situada na diacronia da língua. Todavia, desde que se entendam que o sistema da língua é dinâmico, a mudança lingüística ocorre em um determinado momento de um estado de língua; por essa razão, a gramaticalização é também é situada na sincronia. Desde que se entenda que cada estado de língua sincrônico apresenta-se como a convivência de formas atuais com formas velhas e outras inovadoras, a gramaticalização é entendida na pancronia lingüística, ou seja, da combinação da diacronia com sincronia resultou a gramaticalização.

O conflito existente para situar a gramaticalização na lingüística sincrônica, diacrônica e pancrônica permanece até hoje.

Ao observar a dinâmica dos processos e elementos lingüísticos, na história de uma língua, Auroux (1992) propõe, estudar as diferentes línguas européias do século V até o fim do século XIX. Durante esse processo de mudança na Europa, segundo o autor, aconteceu a gramaticalização massiva das línguas do mundo. Dessa forma, segundo ele, a gramaticalização está situada na lingüística diacrônica.

Essa concepção é mantida, sem conflitos, até meados de 1970. Nessa época, os estudiosos afirmavam que a gramaticalização era vista, principalmente, como parte da lingüística diacrônica, com o objetivo de analisar a evolução lingüística e reconstruir a história de uma determinada língua ou grupo de línguas.

A partir da década de 70, sob o prisma da pragmática, a gramaticalização passa a ser situada na lingüística sincrônica. Hopper & Traugott (1993), ao tratarem da gramaticalização, voltam suas atenções para um estado sincrônico da língua e chegam a defini-la como o processo pelo qual itens e construções gramaticais passam, em determinados contextos lingüísticos, a assumir outras funções gramaticais e, uma vez gramaticalizadas, essas funções continuam a desenvolver novas funções gramaticais.

Segundo Neves (1997), a questão “diacronia” *versus* “sincronia” liga-se ao caráter “gradual” *versus* “instantâneo”. Se considerado do ponto de vista histórico, o processo é gradual; se considerado do ponto de vista da construção, o processo é instantâneo da gramaticalização. O que ocorre, segundo a autora, é que, embora se possa encontrar, num determinado momento, uma estrutura substituindo outra, por um considerável período de tempo anterior, coexistem a forma nova e a velha, que entram em variação, sob diversas condições; a variação encontrada nada mais é do que o reflexo do caráter gradual da mudança lingüística, na dinâmica sistêmica.

Givón (1995), também, explica a gramaticalização, tanto pela diacronia quanto pela sincronia. Segundo o autor, numa visão diacrônica, uma construção pode desenvolver-se gradualmente no tempo e pode chegar a uma gramaticalização plena, com passagens por estágios diversos. Do ponto de vista cognitivo, entretanto, a

gramaticalização é um processo instantâneo, envolvendo um ato mental pelo qual uma relação de similaridade é reconhecida e é explorada; por exemplo, pode-se dar a um item primitivamente lexical um uso gramatical, em um contexto e, num determinado tempo sincrônico em que um item lexical é usado como elemento gramatical, ele se gramaticaliza.

Além disso, a partir de uma investigação pragmática do processo de gramaticalização, o autor defende que não é apenas o material lexical que se gramaticaliza em material gramatical, mas também padrões discursivos gramaticalizam-se em padrões gramaticais.

De modo geral, pode-se dizer que a gramaticalização é um processo dinâmico e histórico na sua essência unidirecional, embora a sua produção instantânea, no uso, seja sincrônica.

Em síntese, a motivação para a gramaticalização está tanto nas necessidades comunicativas não satisfeitas pelas formas existentes, como na existência de conteúdos cognitivos para os quais não existem designações lingüísticas adequadas, devendo observar-se, ainda, que novas formas gramaticais podem desenvolver-se a despeito da existência de estruturas velhas funcionalmente equivalentes.

1.1.4 Questões Transfrásticas

Na fase intermediária da lingüística da frase para a lingüística do texto, ocorre um momento da produção de estudos transfrásticos, ou seja, a realização de análise que ultrapassa a dimensão da frase a partir da própria dimensão frástica, ainda que fiquem na dimensão frástica. No momento transfrástico, ocorre a inserção da semântica para o estudo da sintaxe.

Leite (1970), propõe uma análise semântica das relações sintáticas entre as palavras enunciadas. Para tanto, a autora propõe que uma análise semântica de relações baseia-se em três orientações:

- considerar a linguagem a partir do ouvinte;
- respeitar o contexto;
- observar as relações, captando as idéias que delas resultam e valores.

Como se pode observar, a análise proposta pela autora já é realizada com elementos da língua em seu uso efetivo e esclarece que a palavra (o som articulado, a sílaba, o morfema) tem um valor intrínseco que não interessa à fala enquanto permanecer isolado.

A autora afirma que a língua dos homens difere essencialmente da dos outros animais, pois os elementos desta não são combináveis uns com os outros. As palavras da linguagem humana entram numa série de combinações, varia dependendo das intenções do falante, segundo a vontade dele.

Dessa forma, os estudos da língua devem ter como ponto de partida as relações existentes entre as palavras, pois são dessas relações que o ouvinte constrói os valores semânticos, enquanto sentidos.

Sendo assim, a autora critica o ensino de língua realizado nas escolas brasileiras, pois este trata da palavra isolada ou apenas na linearidade sintática da frase.

Segundo ela, um valor semântico não se restringe à dimensão da frase, porque palavras de outras frases podem, na dimensão cognitiva do ouvinte, serem relacionadas a uma oração anterior.

O tratamento dado ao morfema possessivo pela autora decorre das relações estabelecidas entre o adjetivo e o substantivo e entre o substantivo e outros morfemas que não são da classe possessiva.

A seguir, é apresentado um quadro com as análises de valores em relação às expressões possessivas expressas em língua ou aos pronomes possessivos, construído por Leite (1970, p. 42)

Nº	Texto	Análise de Valores	Análise Tradicional
1	“Pai nosso que estais no céu”	Valor de designação da pessoa a quem o falante quer dirigir-se	Vocativo
2	“- Licença, meu branco!”	Valor afetivo	Pronome ou adjetivo possessivo
3	“Arrancou- me do coração”	Valor de posse. Equivale a: do <i>meu</i> coração.	Pronome pessoal do caso oblíquo
4	“Torceu- lhe o lábio”	Valor de posse. Equivale a: torceu o <i>seu</i> lábio.	Pronome pessoal do caso oblíquo
5	“ O meu Príncipe,”	Valor de afetividade, não exprime posse propriamente dita, mas sim afeição.	Pronome possessivo
6	“Um homem tinha dois filhos”	“Ter filhos” indica uma espécie de “posse”. O pai possui o filho. verbo com valor de posse	Possuidor / Posse
7	Seus campos	Valor de posse: Coisa possuída: campos Possuidor: o cidadão	Pronome possessivo

Como se pode observar, a análise tradicional realizada na escola mistura o critério sintático com o morfológico para o tratamento de relações de palavras com o valor de designação, de posse e de afetividade. É interessante ressaltar que a autora não diferencia posse alienável de posse inalienável, embora já atribua ao pronome pessoal um valor de posse, como em: torceu-lhe o lábio = torceu o seu lábio.

Para Leite, os valores construídos a partir das relações sintáticas são objeto de uma disciplina lingüística que ela designa semântica da sintaxe.

Leite e Calicchio (1993) apresentam um material didático para ser utilizado por professores com alunos do ensino fundamental que estão se iniciando no estudo semântico.

Embora Leite (1970) tenha tratado do valor de afetividade para o morfema possessivo, Leite e Calicchio (1993) tratam desse morfema apenas como o valor de posse, pseudo-posse (partes do corpo) e parentesco. Assim, por exemplo:

a. Rui tem uma bonita motocicleta > Rui é o possuidor da motocicleta.
(Motocicleta é a coisa possuída por Rui)

b. Mariana possui lindas bonecas de pano > Mariana é possuidora das bonecas de pano.
(As bonecas são as coisas possuídas por Mariana)

Note-se que os verbos e expressões: ter, possuir, ser dono de, ser dona de, colecionar indicam que existem possuidores de alguma coisa e coisas possuídas por alguém. Tem-se, assim, uma relação de possuidor e possuído. Por exemplo:

Minha casa é boa.

- possuidor: eu

- possuído : casa

Mas, observa-se:

João é tio de Priscila.

Nesse caso, João é parente de Priscila e Priscila também é parente de João. Essa relação é de parentesco entre dois seres de uma mesma família.

Quando se diz:

Flávio é amigo de Renato.

Essa afirmação não quer dizer que também Renato seja amigo de Flávio. Nesse caso, ninguém é dono de ninguém. Existe, assim, uma relação entre dois seres, não de posse, mas sim de parentesco.

Mas, quando se diz:

Ele é um escravo de João

Culturalmente, devido à escravidão no Brasil, o escravo era objeto de compra, de aquisição. Nesse caso, o valor é de posse.

É necessário considerar, também:

A cabeça de Pedro está doendo.

Orelha de porco é gostosa, na Feijoada.

A primeira oração pode, também, ser enunciada por: A sua cabeça está doendo. Nesse caso, o valor é de posse para partes do corpo. Mas, na segunda oração, não é possível ocorrer o possessivo.

Os autores comentam que podemos nos alimentar da orelha do porco, mas ela pertence como posse apenas ao porco, pois partes de um ser vivo só podem pertencer a este ser vivo. Seja gente, bicho ou até plantinhas. A relação que existe entre uma parte do corpo e este corpo, no seu conjunto inteiro, é pseudo-posse, porque “pseudo” significa falso, ou seja, ninguém pode ser dono de suas mãos; ele já nasce com elas.

Ao tratar das relações que expressam determinados significados de posse, Leite e Calicchio (1993, p.10) indicam que:

Valor de posse: Luiz tem um álbum de figurinhas. / o seu álbum

Valor de parentesco: Paulo é primo de Francisco./ o seu primo

Valor de pseudo-posse: Olhos verdes de Maria./ os seus olhos

Ainda, afirmam que, no “jogo” do possessivo, há dois tipos de bens:

Alienáveis: coisas que se alguém pode passar a outros, tais como: bola, avental, blusa.

Inalienáveis: coisas que não se pode passar a outros, por serem partes do próprio ser como: mão, pé e cabeça.

Em síntese, uma análise semântica da sintaxe abre perspectivas, com seus resultados transfrásticos, para o estudo da gramaticalização em língua portuguesa. Esses estudos, no Brasil, passam a ser desenvolvidos a partir da década de 1980.

1.1.5 A gramática tradicional ou gramática do uso-padrão normativo do português

A gramática do uso padrão normativo é um discurso político controlado por um discurso jurídico. O aparecimento dessa gramática política resulta da própria manutenção do poder político que busca uma unidade homogênea para controlar a variação lingüística em uma nação.

Em suas origens, a gramática do uso-padrão objetiva impor a língua do dominador ao dominado, a fim de se obter maior poder de domínio. Durante a formação do Império Romano, a imposição da língua latina às regiões conquistadas propiciou uma unidade para reduzir as diferenças das múltiplas línguas faladas na Europa e no norte da África. A imposição da língua latina exigiu a elaboração de uma gramática para ser ensinada institucionalmente.

Com a Idade Média, houve a fragmentação das regiões que formavam o Império Romano, cuja queda faz desaparecer a classe de poder dominadora. As variações lingüísticas já existentes durante o próprio Império Romano vão, dinamicamente, modificando-se e, progressivamente, constituindo os dialetos existentes em línguas regionais. Com a queda da Idade Média, ocorrem as monarquias nacionais, no século XVI, constituindo-se as nações européias. Dessa forma, em um mesmo território nacional, passam a conviver diferentes línguas. Conseqüentemente, foi necessário encontrar uma unidade nessa diversidade.

Tendo por critério o prestígio, foi eleita uma língua ou uma variedade lingüística para ser considerada língua nacional. O critério de prestígio foi aplicado de formas diferentes. Por exemplo, certos países adotaram como prestígio a língua da elite, como em Portugal, a língua de Coimbra, a dos doutos senhores. Na Itália, o prestígio foi artístico e adotou-se a língua de Florença, língua de Dante Alighieri autor da famosa obra *A Divina Comédia*.

A elaboração de uma gramática era solicitada sempre pelo poder. Em Portugal, no momento dos descobrimentos, foi necessário construir uma gramática da língua portuguesa.

No século XVI, dois gramáticos elaboram suas obras, de forma a atender a solicitação do poder português: Fernão de Oliveira e João de Barros. Naquela ocasião, a corte portuguesa, ainda, falava o castelhano. Construir uma gramática da língua

portuguesa com o castelhano levaria ao fracasso do domínio português, em suas colônias, que, na América, faziam fronteira com as da Espanha.

Na Espanha, o gramático Nebrija, no final do século XV, já havia construído uma gramática, na qual afirma ser objetivo dela impor a língua da Espanha, em suas colônias: “Onde o Império não pode estar presente, a língua o estará “ .

Em Portugal, Fernão de Oliveira, a fim de evitar a similitude da língua da corte portuguesa com a da espanhola, constrói uma gramática com a língua do povo. Logo, politicamente, dá ao vulgo o *status* de elite.

João de Barros, após, busca construir uma gramática da língua portuguesa, com objetivo político, tendo por base a gramática latina. Em sua gramática, as palavras da língua portuguesa são declinadas como no latim, na parte dedicada à morfologia.

O fato de Fernão de Oliveira ter construído com a língua do povo uma gramática do poder político propiciou que Portugal se diferenciasse da Espanha. O fato de João de Barros ter construído uma gramática da Língua Portuguesa, segundo o modelo latino, dá a ela prestígio, pois romanos eram de reconhecido poder político na Europa, devido ao grande Império construído por eles. Assim, a gramática portuguesa passa por fases: a primeira, latinista; a segunda, filosófica; a terceira, histórica; e, a última, prescritiva.

Conforme Leite (2006), a primeira gramática portuguesa - *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* - surgiu no século XVI, em 1536, com Fernão de Oliveira, representou a primeira sistematização do português. Logo depois, em 1540, João de Barros publicou, também, uma gramática. Tornam-se importantes as duas gramáticas, pois, historicamente, representam o marco de gramaticalização do português, língua vulgar, em relação ao latim.

Todas essas fases são guiadas pelo poder político. Durante a fase latinista, moldar a língua portuguesa com a língua latina constrói prestígio político para a língua

portuguesa na Europa, por ser ela equiparada à estrutura da língua romana. Na fase filosófica, no início do século XIX, o importante foi moldar a língua portuguesa pela fala dos doutos senhores de Coimbra, que exprimem, em língua, pensamentos claros e concisos. Na fase histórica, aparece a gramática portuguesa no Brasil, na segunda metade do século XIX. Nas fases anteriores, essa gramática era construída em Portugal; no Brasil, a gramática do uso padrão é moldada por clássicos portugueses, de forma a garantir o prestígio do partido português brasileiro.

Em verdade, conforme Leite (2006), o centro das atenções era Portugal e a produção lingüística brasileira era toda voltada para lá; e, portanto, tudo o que escapasse à norma clássica portuguesa era duramente criticado.

Na fase prescritiva, ocorre o conflito do partido português com o partido brasileiro. Essa fase inicia-se no primeiro quartel do século XX, após a República, no Brasil, com a vitória do partido brasileiro. O cume desse conflito produz *A Réplica e a Tréplica* entre Ruy Barbosa e Carneiro Ribeiro, que trazem reações aos usos não autorizados. A partir daí, as gramáticas produzidas no Brasil, são moldadas em autores brasileiros, de forma a distanciar politicamente a variedade lingüística brasileira da variedade lingüística portuguesa.

Ao se estabilizar a gramática portuguesa produzida no Brasil com autores brasileiros, as regras gramaticais prescritas para o bom uso objetivam, através da instituição escola, garantir uma instância de controle da variação lingüística no território nacional, mesmo porque esse território é imenso, quase continental.

Para Leite (2006), são vários e diversos os grupos de pessoas que usam de modos diferentes a língua, cada um tentando fazer uso da maneira mais adequada e própria a seus interesses e conhecimentos. Assim, na verificação da variabilidade, surge a necessidade da explicação e defesa de um uso lingüístico.

Logo, a gramática do uso-padrão é política e atende ao poder político do país para uma unidade nacional lingüística. Para garantir essa unidade nacional, o controle é

realizado por um discurso jurídico que determina o que é permitido e o que é proibido. Só é permitido o uso da língua controlado pelas regras gramaticais que são retiradas de escritores literários brasileiros, sendo estes selecionados pelas classes críticas da literatura. É proibido infringir essas regras expostas. A partir da infração, esse discurso jurídico cria a noção de erro gramatical, que, ideologicamente, marginaliza os diferentes grupos sociais que usam a variedade nativa.

A sociolinguística vem realizando diferentes estudos a respeito do padrão gramatical. Os resultados obtidos propiciaram que se propusessem três grandes variedades sociais: variedade nativa, variedade padrão-real e variedade padrão-normativa.

Os grupos sociais formados por pessoas com nenhum ou baixo nível de escolaridade são caracterizados pelo uso da variedade nativa, que é apenas oral, usada por analfabetos e semi-analfabeto. A variedade padrão-real e variedade padrão-normativa são atribuídas a grupos sociais com média e alta escolaridade. A variedade padrão-real é oral e controlada por regras diferentes da variedade padrão-normativa que é escrita. Dessa forma, quando os gramáticos tradicionais afirmam que o objetivo da gramática do uso padrão é construir o *bem falar* e o *bem escrever*, significa que o padrão gramatical normativo do escrito passa a controlar o padrão oral-real.

Conforme Corseriu (1987), a língua é um sistema, um conjunto de possibilidades que se oferece ao falante; a norma é a regulamentação social do sistema e, portanto, não se oferece ao falante, mas se impõe a ele; a fala é a atualização do sistema e da norma.

Em síntese, uma gramática de uso padrão normativo é construída a partir do uso de um autor de prestígio. Não se trata, portanto de um uso decorrente de uma norma de uso e, sim, de desvios literários em relação à norma de uso. O termo normativo, nesse sentido, é relativo a sua função política de padronizar, de criar uma instância de controle da variação linguística, no país.

A seguir, são apresentadas diferentes posições de gramáticos e lingüistas ao tratarem da gramática do uso-padrão normativo.

Bechara (1975) apresenta a gramática normativa como uma disciplina com caráter pedagógico a qual cabe elencar os fatos recomendados como modelos de exemplaridade idiomática a serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social. Essa gramática propõe como se deve bem falar e escrever, conforme o uso e a autoridade dos escritores de prestígio.

Segundo o autor, o objeto da gramática é constituir uma língua geral, língua padrão ou oficial do país. A gramática da língua padrão é necessária, pois, dentro da diversidade das línguas, os falares regionais precisam sobrepor-se em um uso comum a toda área geográfica da nação, e que tal uso seja fixado pela escola e utilizado pelas pessoas cultas.

Para Cunha e Cintra (1985), a gramática do padrão foi criada para controlar as diversas normas vigentes em um domínio geográfico e servir como guia orientador de uma expressão oral e escrita. Trata-se da tentativa de descrição do português atual na forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores de grande prestígio, porém, não deixando de lado os fatos da linguagem coloquial, especialmente ao analisarem-se os empregos e os valores afetivos das formas idiomáticas.

Conforme Travaglia (2003), gramática tradicional é concebida como um manual com regras do bom uso da língua a serem seguidas por aqueles que querem se expressar adequadamente. O autor remete-se a Franchi (1991, p.48) ao considerar:

Gramática é o conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores e dizer que alguém “sabe gramática” significa dizer que esse alguém conhece essas normas e as domina tanto nocionalmente quanto operacionalmente.

Sendo assim, para Travaglia, a gramática normativa é aquela que estuda apenas os fatos da língua padrão oficial. Baseia-se nos fatos da língua escrita e dá pouca importância para a oral, para prescrever o que se deve e o que não se deve usar da língua. Essa gramática considera apenas uma variedade da língua como válida.

De acordo com o autor, a gramática normativa é mais uma espécie de lei que regula o uso da língua em uma sociedade. Esse tipo de gramática é o referido pelos professores quando tratam do ensino de língua.

Bechara (2005) afirma que o aluno já possui um saber lingüístico prévio limitado à oralidade, ao entrar na escola. Esta tem por finalidade levar o aluno a conhecer o padrão-oficial escrito.

O autor, ainda considera que, na década de 60, houve um insurgimento contra o ensino da gramática em sala de aula. Em vez de adotá-la como recursos e medidas que tornassem um instrumento operativo e de apoio, resolveram, muitos professores e até sistemas estaduais de ensino, aboli-la, sem que trouxessem, à sala de aula, uma outra proposta ou sustentação para o ensino do padrão gramatical escrito oficial. As conseqüências foram desastrosas. Não ensinar o padrão oficial ao aluno é impedir que ele atue nos grupos de poder. O problema não está no ensino do uso da gramática padrão, e, sim, na maneira pela qual os professores a propõe em sala de aula. Logo, a moderna concepção de educação lingüística contrasta com a antiga e, por conta disso, serão necessárias mudanças na metodologia do ensino da língua portuguesa e no preparo dos professores que irão ensinar.

Assim, a gramática do uso padrão é um instrumento político que objetiva uma unidade na discursividade de variedade social da língua portuguesa no país. A fim de atender seu objetivo, os gramáticos do uso padrão recorrem ao discurso jurídico (permitido *versus* proibido), introduzindo a noção de “erro gramatical”, que é ideológico, imposta pelo poder.

1.1.6 Gramática de uso

Neves (2006) critica a gramática do uso padrão normativo e afirma que um padrão lingüístico proposto fora da observação dos usos não constitui um padrão real. Um manual de gramática não pode limitar-se a descrição de um padrão irreal. É nesse ponto que se inicia o grande problema a ser discutido. Se for entendido que a língua padrão deve ser estabelecida pelas regras dos manuais de gramáticas tradicionais, será necessário saber como foram estabelecidas tais regras. No geral, indica-se que a língua-padrão é da literatura, mais especificamente a dos grandes escritores, o que transfere a decisão de escolha para uma avaliação que ainda não se preparou e que dificilmente poderá ser sem equívocos. Assim, a autora cita depoimentos de gramáticos que se louvaram na linguagem de “modelos” como:

O dos “grandes escritores em cuja linguagem as classes ilustradas põem o seu ideal de perfeição”, decisão que eleva ao extremo a necessidade de um “valor” da linguagem, que seja reconhecido pela sociedade letrada (Rocha Lima, 1972);

O das “obras literárias”, como busca de “abonações”, decisão que dispensa a necessidade de uma valoração nas obras, mas mantém a necessidade da característica “literária”. (Cegalla, 1979);

O do “português atual na sua forma culta”, o dos “escritores (...) do Romantismo para cá”, decisão que soma à qualidade “cultura” a qualidade “literária”, nesse ponto com a restrição “moderna”, que no fundo, aparece como condescendência (Cunha & Cintra, 1985).

Segundo a autora, o padrão gramatical normativo cria conflitos, devido a outros usos lingüísticos que existem, sempre, nas diversas comunidades lingüísticas, ou seja, as modalidades não regradas da língua, ao lado de uma modalidade considerada a norma-padrão, a qual é avaliada com grau superior.

Travaglia (2003) propõe que é preciso não confundir o que são regras da gramática normativa que aparecem nos manuais gramaticais com a gramática descritiva da língua, relativa ao sistema da língua. Esta gramática descreve a estrutura e funcionamento da língua, em sua forma e suas funções.

Dessa forma, o grau superior atribuído ao uso – padrão, proposto pela gramática normativa, é problemático no que se refere à realidade da língua em si em sua variação. A variedade que é considerada culta é, normalmente, a das classes sociais de prestígio econômico, político, cultural etc. Nesse sentido, não se considera, portanto, a capacidade de qualquer variedade de língua para cumprir uma função comunicacional.

A autora considera que é necessária a construção de uma gramática de usos, pois ela será aceitável na medida em que referenda padrões institucionalizados, em situações de uso da língua.

Em síntese, uma gramática de usos trata de regras de diferentes variedades lingüísticas desde que estas sejam de uso de discursos institucionalizadas.

Portanto, a autora ressalta que esse trabalho deve ser feito com a responsabilidade de deixar claro para os alunos o papel dessa gramática normativa. Assim, é necessário, ensinar as normas sociais de uso das variedades da língua nas diferentes situações (incluindo regras de uso da gramática normativa) formais.

Como se pôde verificar, alguns estudiosos e gramáticos apresentam uma preocupação ao lidar com a gramática padrão, e procuram trazer grandes contribuições como forma de valorizá-la, ao apontar caminhos, considerando o social no uso da linguagem.

1.2 No que se refere ao texto e ao discurso

Desde que a atenção dos lingüistas foi voltada para a língua em seu uso efetivo, com visão pragmática, dois termos conflitantes aparecem: texto e discurso.

Tratar a língua em uso já havia sido designada por Saussure, *parole*, ou seja, a dimensão das variabilidades.

O texto na lingüística frasal é situado na *parole*, pois ultrapassa o limite da frase que é a do sistema da língua, *langue*. Dessa forma, o texto é definido como uma seqüência indefinida de frases que varia de falante para falante.

1.2.1 O texto

A partir da segunda metade do século XX, ocorre a passagem da lingüística da frase para a lingüística do discurso.

Como muitas línguas européias anglo-saxônicas não apresentam em seu léxico os dois termos, os estudos realizados com a língua em uso propiciaram uma complexidade para o termo texto que ora é usado como um produto lingüístico e ora é usado como discurso.

Com a inserção da inter e multidisciplinaridade para o estudo da língua em uso, que rejeitam a unidisciplinaridade da língua tendo por objeto apenas o sistema da língua fora de uso, ocorre uma modificação devido à entrada das disciplinas relacionadas à cognição, seja no que se refere à produção de conhecimentos, ao processamento da informação e à enunciação.

Dessa forma, o termo texto passou a abarcar tanto o discurso enquanto prática social interacional quanto a compreensão discursiva de um texto enunciado. Os

estudos que foram realizados progressivamente passaram a definir o texto em duas dimensões: a cognitiva e a lingüística. Nesse momento, instaura-se uma disciplina lingüística designada lingüística de texto ou lingüística textual.

Essa disciplina lingüística tem por objeto de estudo a textualidade, ou seja, o que faz com que uma seqüência de palavras e frases seja um texto, a compreensão na produção dos sentidos globais, a coerência, e a compreensão nas relações estabelecidas entre os elementos superficializados em um texto, a coesão. As tarefas da lingüística textual são: a noção de completude de um texto, a coesão e coerência e a tipologia de textos.

Com essas tarefas, executadas pelos lingüistas textuais, foi possível de se diferenciar para o termo texto duas dimensões: texto-processo e texto-produto.

O texto processo tem natureza cognitivo-memorial e é relativa à compreensão da produção de sentidos. O texto produto tem natureza lingüística e é relativa às palavras ordenadas gramaticalmente na enunciação lingüística.

Dessa forma, foi possível situar os elementos lingüísticos nessas duas dimensões: o cognitivo e o lingüístico.

O texto produto é enunciado pelo léxico e pelas regras gramaticais. Como se sabe, após estudos da sociolingüística, os diferentes grupos sociais, que constroem a noção imaginária de sociedade, são definidos por variedades lingüísticas diferentes.

No que se refere à escolaridade, as variedades são diferenciadas em: variedade nativa, variedade padrão-real e variedade padrão – normativa (como foi referido no item 1.1.5).

Além disso, a língua em uso exige a presença de um quadro enunciativo em que as pessoas são o eu enunciadador e seu auditório. O eu enunciadador é guiado por suas

intenções que o levam a realizar uma série de escolhas lexicais e gramaticais, a fim de atender os seus objetivos interacionais-comunicativos.

Assim sendo, um texto produto é visto como resultado de uma enunciação única (Cf. Orecchioni, 1980) e não mais como um ato de codificar e decodificar, a partir do sistema da língua.

Logo, devido às intenções, ocorre uma dinâmica para os enunciados, com o objetivo de suprir as lacunas existentes da enunciação. Nesse momento, as funções de determinadas classes gramaticais são gramaticalizadas em outras funções.

Em síntese, o texto produto, com natureza lingüística, é construído a partir da intenção do enunciador, ao estabelecer a interação com seu auditório, pelas representações em língua de sua comunicação, sendo elas resultados de uma seletividade que implica a subjetividade enunciativa.

Nesse sentido, segundo Orecchioni, não há textos subjetivos *versus* objetivos. Todos os textos são subjetivos: o que varia é o grau de subjetividade manifestada. Há textos que são enunciados com o ocultamento do enunciador e outros com a sua exposição.

1.2.2 O discurso

Como já foi referido acima, o termo discurso é complexo devido a não haver, em determinadas línguas, existência de dois termos para diferenciar os termos texto e discurso.

Por ultrapassar os objetivos desta dissertação, a complexidade deste termo não será tratada.

Van Dijk (1997) propõe que o discurso é uma prática sócio-interacional. O social implica que o discurso é realizado na dimensão social de quem fala com seu auditório, sendo que quem fala representa um determinado papel social e o auditório representa um outro ou mesmo papel social. Nesse sentido, a palavra prática é entendida com um aspecto interativo, ou seja, o que se repete, constantemente, em um determinado grupo social, devido à aceitação pelo grupo dessa prática. O interacional é relativo à relação eu e auditório, fato que produz a projeção cognitiva do eu em relação ao auditório, a fim de propiciar a sua aceitação.

Assim, o discurso como prática é definido por um esquema mental designado pelo autor contexto cognitivo. Trata-se de um esquema mental apreendido em sociedade, e arquivado na memória de longo prazo dos indivíduos. Para o autor, um contexto cognitivo discursivo é definido pelo seus participantes, suas funções e suas ações. Dessa forma, um discurso visto como uma prática sócio-interacional é definido pela interação cognitiva realizada entre participantes que representam papéis sociais específicos. Assim, por exemplo: os participantes de um discurso jornalístico são diferentes dos participantes de um discurso publicitário.

O discurso jornalístico objetiva dominar as mentes do auditório, e seus participantes são categorizados por: Poder, Controle e Acesso, de forma a objetivar a construção da opinião pública. O discurso publicitário é construído pelas mesmas categorias, já que, como o jornalístico, é um discurso institucional; porém, as funções e as ações dos participantes são outras, uma vez que objetiva transformar o auditório em consumidor.

Dependendo das práticas sócio-interacionais do discurso, o texto produto, embora orientado pelas intenções subjetivas do enunciador, é enunciado a partir do seu contexto sócio-interacional.

Dessa forma, nos exemplos apresentados, a enunciação no texto produto jornalístico é realizada por estratégias diferentes das do discurso publicitário.

Van Dijk é um autor situado na Análise Crítica do Discurso; portanto, o seu objetivo analítico é denunciar o domínio da mente das pessoas no e pelo discurso.

1.2.3 Análise Crítica do Discurso

Fairclough e Wodak, apud. Van Dijk (1997), apresentam os princípios básicos situados na vertente sócio-cognitiva da Análise Crítica do Discurso (ACD) e tratam o discurso como uma forma de prática social interacional, apresentando uma dialética entre um evento discursivo particular e as situações discursivas institucionais que caracterizam os diferentes tipos discursivos. Logo, trata-se de uma interação do individual com o social.

A vertente sócio-cognitiva da ACD surge devido à crescente importância da linguagem na vida social e entende que os indivíduos não têm consciência de como o discurso intervém para controlar e moldar as cognições sociais, de forma a ser responsável pela memória social das pessoas. Assim, analisar o discurso em uma visão crítica é revelar o que não é consciente para os indivíduos em suas práticas sociais e denunciar o controle das mentes das pessoas.

Segundo Fairclough e Wodak (1997), a ACD está ligada à Escola de Filosofia de Frankfurt e os filósofos desta instituição postulavam que não é possível tratar os produtos culturais como meros “epifenômenos” da economia, tal qual o fizeram os filósofos marxistas, pois os conhecimentos são expressões relativamente autônomas de contradições dentro do todo social, na medida em que as cognições sociais, de grupo para grupo, estão em conflito.

1.2.4 A vertente sócio-cognitiva da Análise Crítica do Discurso

A Análise Crítica do Discurso considera tanto dados do social – grupos sociais e a sociedade – quanto do individual, pois os usuários da linguagem falam / escrevem e entendem-se, seja como membros de um grupo, seja como indivíduos. Cada locutor é único em seu discurso que pode apresentar variação individual, disparidade e até dissidência, em relação ao grupo social, apesar das semelhanças sociais que o definem como membro grupal.

Segundo van Dijk (1997), maior representante da vertente sócio – cognitiva, o discurso, como interação social, deve ser investigado na inter-relação das categorias analíticas Discurso, Sociedade e Cognição, pois as opiniões são construídas na mente, sua aquisição, uso e funções são sociais, e sua expressão e reprodução são discursivas. Essas categorias se relacionam, a fim de verificar as formas de representações mentais que os indivíduos constroem a respeito do que acontece no mundo. Para tanto, o autor entende que há diferença entre representações mentais, como formas de conhecimentos individuais e sociais. As representações mentais sociais são instauradas a partir de discursos públicos e institucionais, os quais guiam as representações mentais individuais.

Nesse sentido, van Dijk (1997) postula que, embora o discurso seja social e analisá-lo signifique entender a relação entre as estruturas do discurso e os contextos sociais, esta relação não pode existir sem as representações mentais individuais e sociais. Essas últimas são adquiridas e partilhadas socialmente e definem as culturas e os grupos sociais, de forma a organizar suas crenças e práticas em discursos sociais. Para o autor, é a junção do estudo das ciências cognitivas e sociais que permite melhor compreensão das relações entre discurso e sociedade.

Dessa forma, uma teoria satisfatória sobre o uso dos morfemas possessivos, deveria circunscrever-se nas relações das categorias Cognição, Sociedade e Discurso, pois, dependendo da maneira como o grupo social emprega os morfemas *meu*, *teu* e

seu, podem ocorrer alterações ou usos diferentes, uma vez que a aquisição do uso é social e sua reprodução é discursiva.

Convém considerar que, quando alguém diz algo, ele não está, apenas, verbalizando palavras ou sentenças gramaticais de uma determinada língua. Ele o faz, considerando o que lhe permite determinado contexto, determinada data, determinado momento histórico. Em síntese, é necessário considerar, quando se analisa um discurso, que um locutor, em determinado contexto, pode realizar, ao mesmo tempo, muitos atos que precisam ser definidos.

Van Dijk, ao relacionar o social e o cognitivo, privilegia as noções de memória, de discurso como ação e interação, de contexto global e de papéis sociais.

1.2.4.1 A teoria das memórias

Kintsch e van Dijk (1983), diferenciam as memórias de longo, médio e curto prazo com o objetivo de tratar do processamento da informação.

Conforme Silveira (2002), a memória de curto prazo é sensorial e quantitativa, controlada pela unidade de memorização da quantidade de informação entrada. Como ela é a base do processo de compreensão, por dar entrada à informação, é preciso estar, sempre, sendo esvaziada pelo processamento das informações.

A memória de trabalho é de médio prazo e operacional, na medida em que comporta o armazenamento provisório do conteúdo semântico processado, sendo responsável por construir representação mental como forma de conhecimento. Isso ocorre porque o homem é dotado de uma especificidade para processar as informações. À medida que as informações entradas passam a ser processadas na memória de trabalho, ocorre, recursivamente, a expansão e a redução dos sentidos.

A memória de longo prazo corresponde a um armazém de informações já processadas, que são os conhecimentos relativos ao mundo em geral e a seres particulares. Para armazenamento desses conhecimentos, distingue-se a memória social de uma individual. A social armazena conhecimentos construídos em sociedade (Marco de Cognições Sociais), que guiam, na memória de trabalho, os conhecimentos individuais construídos a respeito do mundo, a partir de experiências pessoais. Assim, as representações mentais individuais de experiências com o mundo estão enriquecidas pelo social, embora o individual seja importante para explicar porque os membros de um mesmo grupo social têm reações diferentes ante a um mesmo acontecimento.

Nesse sentido, o armazenamento do sistema da língua dos morfemas possessivos propicia que, no discurso, ocorra a gramaticalização, de acordo com a criticabilidade do falante ao utilizar a língua.

1.2.4.2 Contexto local e global

A partir de tais pressupostos, van Dijk passa a dar ênfase às noções básicas interacionistas propostas pela psicologia social, de forma a integrar o Interacionismo Simbólico com a Teoria dos Papéis.

Conforme Sellan (2001), em razão de muitos discursos encontrarem sua racionalidade e sua funcionalidade em estruturas sociais e culturais, é importante distinguir o contexto local e o contexto global e entender a diferença entre discursos institucionais e eventos discursivos particulares.

Os discursos institucionais são, numa escala hierárquica, definidos por participantes, ações, lugares e tempo. Essas categorias, segundo van Dijk (2000), são ordenadas pelas categorias: Poder, Controle e Acesso.

Um dos conceitos que organizam muitas das relações entre o discurso e a sociedade é o do Poder. A fim de se compreender alguma das funções fundamentais do discurso na interação e na sociedade, é importante uma maior compreensão da categoria Poder. O tipo de Poder de interesse mais acentuado é o Poder social. Nesse sentido, o conceito específico, segundo o autor, para definir Poder social é o conceito de Controle. Assim, com essas categorias, a gramática do uso padrão pode ser entendida como: discurso político do Poder e discurso jurídico do Controle com a noção de “erro gramatical”.

A categoria de Poder, semanticamente, pode ser definida a partir de cada sistema institucional e social. Assim, o Poder compreende: o Poder de dar emprego / desempregar; o Poder de criar produtos / vendê-los; o Poder de estabelecer leis / fazer executá-las; o Poder de permitir / proibir algo. Em relação a essas idéias, o Poder tem base ideológica e estrutura-se a partir de interesses e objetivos, tornando-os comuns a um grupo social e ou a diferentes grupos sociais.

O Poder tem uma grande relação com a categoria Controle que é definida por um conjunto de participantes que são guiados pelo Poder. Já o Acesso é responsável por levar a informação ao auditório. No momento em que o Acesso relaciona-se com o Controle, gera o produto produzido pelo Poder, em que as informações já foram selecionadas e configuradas. Nesse sentido, representar o mundo em língua não é um ato ingênuo, mas altamente ideológico e subjetivo. Logo, se o que tem acesso ao público é controlado pelo Poder, há o domínio das mentes das pessoas.

Dessa forma, o discurso gramatical é um discurso institucionalizado, pois é ele que constrói o social para o emprego do uso-padrão gramatical, porém será nos discursos particulares que ocorrerá a variação. A gramática de uso padrão é considerada política, pois é proibido quebrar as regras impostas por esse discurso cuja finalidade é construir o bem falar e bem escrever. Assim, o padrão gramatical normativo do escrito passa a controlar o padrão oral-real.

Segundo Sellan (2001), além dos discursos institucionais, há os eventos discursivos particulares, tais como conversas do cotidiano, narração de histórias, brincadeiras e muitas outras formas populares do discurso. Esses eventos diferem dos institucionalizados devido a uma interação simbólica que se constrói por formas variadas de fala.

O contexto local é diferente do contexto global, porque é nele que os atores interpretam os seus papéis, dependendo da contemporaneidade da situação discursiva. Cada contexto local, portanto, tem uma origem própria que é a sua contemporaneidade, mas este contexto está sempre imerso em uma ordem ou situação social mais global, ou seja, numa dialética constante de interação de papéis. Conseqüentemente, cada contexto local é relevante para o discurso, na medida em que interage para definir o contexto global.

A interpretação dos papéis no contexto local decorre das pessoas reconhecerem a estrutura e o funcionamento globais.

Devido à interação entre discursos institucionais e eventos discursivos particulares, o próprio discurso é flexível. O mesmo ocorre com a interação entre os contextos local e global. Desse momento, é possível que os participantes possam negociar uma mudança de papéis a serem interpretados e, nesse sentido, os discursos podem estar condicionados pelos contextos, mas também exercem influência sobre eles e os constroem.

Em síntese, há uma dialética em termos de atores e personagens, pois os contextos locais, ao estarem imersos em um contexto global, podem sair do contexto global pela negociação de mudança de papéis. O mesmo acontece com os discursos em que, por exemplo, um discurso institucional pode, em um determinado momento, modificar-se em um evento discursivo particular e vice-versa. A causa destas modificações interacionais é a interpretação ou a constituição de qual papel o Eu quer representar para que haja a projeção do Mim que é negociado com o Outro.

1.2.5 A Teoria da Enunciação

De forma geral, os estudiosos da enunciação acreditaram na existência de textos objetivos e subjetivos. Kerbrat-Orecchioni (1980) discute essa diferença enunciativa e propõe que todos os textos resultam da enunciação da subjetividade dos seus locutores. Assim sendo, a autora afirma que, na enunciação, não há a oposição objetivo/subjetivo, uma vez que todos os textos são enunciados de forma subjetiva. Logo, o que ocorre é uma gradação de (+) subjetivo a (-) subjetivo.

Buscamos descobrir as estratégias aplicadas pelos falantes ao se expressarem através dos eventos discursivos, objetivando, dessa forma, articular o uso efetivo da língua com a Gramaticalização. O uso deverá ser relativo ao quadro enunciativo para construção da informação na mensagem.

Segundo Kerbrat-Orecchioni, a investigação lingüística da enunciação tem por objetivo descrever as relações que são tecidas entre o enunciado e os diferentes elementos constitutivos do quadro enunciativo: os protagonistas do discurso (falante e ouvinte da língua); a situação comunicativa; as circunstâncias espaço-temporais e as condições gerais de produção / recepção da mensagem, como a natureza do canal, contexto histórico e as manifestações do Poder, Controle e Acesso, no discurso institucionalizado dos gramáticos.

No que se refere ao uso dos morfemas possessivos, a regra do poder é combinar o adjetivo com o substantivo, quando os substantivos são plurais, e o possuidor ou a pessoa que representa o todo que é singular.

1.2.6 Questões de cultura e ideologia

Estudiosos da linguagem, ao tratar do uso efetivo da língua, deixaram de preocupar-se com a descrição de regras gramaticais fora de uso e passaram a focalizar seus interesses no texto e no discurso, a fim de examinar o uso efetivo da língua.

Dessa forma, para dar conta desse sistema, uma vez que as noções de ideologia e cultura passaram a ficar complexas, houve a necessidade de envolver as categorias Cognição, Discurso e Sociedade. Conforme van Dijk (1997), a cultura pode apresentar várias definições como memória social, modos de vida, comportamentos e atitudes, meio em que vive o homem, os sistemas de participação, normas e valores de um povo, situações criadas por uma determinada comunidade. Para Silveira (2004, p. 144):

Do ponto de vista sociocognitivo, a sociedade é definida como um conjunto de grupos sociais que estão em constante conflito devido às suas crenças específicas; mas que, a partir das práticas discursivas públicas e de suas experiências comuns, ao vivenciarem os acontecimentos do mundo, identificam-se por crenças genéricas e interesses específicos.

Diante disso, destaca-se a cognição social como representações mentais, ou seja, formas de conhecimentos sociais que identificam, culturalmente, os nativos de uma nação, sendo formas históricas de práticas avaliativas que representam o mundo através do discurso.

Segundo Silveira (2004), a cultura tem raízes históricas, relativas ao que foi experienciado e institucionalizado, socialmente, como forma de conhecimento persistente. Este é modificado em cada contemporaneidade, devido à necessidade de resolver problemas novos, o que exige uma projeção do futuro, pelo imaginário. Na memória social, a cultura é definida como um conjunto de tradições, normas e valores que guiam as atitudes das pessoas.

Nesse sentido, a questão da identidade cultural do brasileiro é complexa, pois o território brasileiro é extenso e apresenta uma grande diversidade de grupos sociais.

Assim, buscar uma unidade de tradições e costumes que caracterizam o brasileiro não é tarefa fácil.

1.2.7 Categorias Analíticas: Discurso, Sociedade e Cognição

As opiniões, ao serem construídas na mente, implicam que temos, inicialmente, uma representação mental de X que, ao ser interpretada avaliativamente, produz uma opinião sobre X. A representação mental de X é social e está arquivada, após processamento cognitivo, na Memória de Longo prazo das pessoas; nesse sentido, tal representação resulta de um processo de aquisição do conhecimento de X, a partir de uso e funções que X tem em sociedade. Assim, por exemplo, o conhecimento de *Presidente da República* já é representado, mentalmente, por uma avaliação de seus atos, em relação à nação presidida por ele; trata-se, portanto, de uma representação construída, a partir de um marco de cognições sociais, que implica saberes e crenças sobre o que seja *ser presidente de uma nação*.

Contudo, há uma dialética entre o individual e o social. Para o autor, o discurso se define pela dialética entre eventos discursivos particulares e discursos institucionais de forma a se realimentarem continuamente. Assim, é possível entender-se o Discurso como uma prática instaurada na e pela sociedade. O discurso veicula, pela fala, formas de representar os fatos no mundo dependendo dos papéis ocupados nestas práticas sociais pelas pessoas discursivas.(eu / não eu). Logo, é possível entender que a questão da identidade é caracterizada pela diversidade dos papéis representados socialmente, pelo mesmo indivíduo.

Assim, dependendo dos grupos sociais em que as pessoas estão inseridas e do marco de cognição social que as pessoas apresentam, o uso das formas possessivas podem produzir diferentes sentidos.

Por exemplo, quando se diz: “O Prefeito vem aqui buscar os vestidos **dele**”.

Nesse caso, o implícito está em “os vestidos serem da mulher, mas é o marido quem paga por eles”. E pode ser, também ele quem encomenda, embora não seja posse dele.

As ideologias, para van Dijk (1997), também estabelecem conexões entre discurso e sociedade; de um modo, as ideologias têm a mesma função cognitiva do Poder. No caso do conhecimento social, as ideologias monitoram a maneira de agir dos interlocutores em um discurso, como membros dominantes / dominados de grupos ou organizações institucionais, para controlar os conflitos sociais. Dessa forma, o discurso é necessário na reprodução de ideologia, para o controle de grupos em conflito. Assim, as ideologias servem para a coordenação dos atos ou práticas dos membros sociais de um grupo. Uma vez partilhadas, as ideologias garantem que os membros de um grupo irão, geralmente, atuar de maneiras similares, sendo capazes de cooperar em tarefas conjuntas, e, dessa maneira, contribuirão para a coesão grupal, solidariedade, e na integração perfeita do grupo.

Em seus estudos, van Dijk (1997) trata, com relevância, das questões relativas ao abuso de Poder e a reprodução da desigualdade por meio da ideologia. Em sua perspectiva, os que controlam a maioria das dimensões do discurso (preparação, marco, participantes, temas, estilo, retórica, interação, etc.) são os que têm mais Poder. O autor postula, ainda, que não se pode estabelecer uma relação direta entre as estruturas do discurso e as estruturas sociais: a cognição social e pessoal opera sempre como uma mediadora entre ambas.

Diante disso, entender a importância do discurso nos processos sociais e nas relações de Poder é reconhecer que o discurso constitui uma sociedade e uma cultura, assim como são constituídas por elas. É importante distinguir três amplos domínios da vida social que podem constituir-se no discurso a que se pode denominar como representações, relações e identidades: representações de mundo, relações sociais interpessoais e identidades sociais e pessoais.

Nesse sentido, o discurso como prática de interação social define-se pela seleção de determinados papéis a serem representados pelas pessoas discursivas, sendo que estas estão em constante interação entre si de forma a se situarem na inter-relação Discurso, Sociedade e Cognição.

1.2.8 Implícitos culturais e o uso das formas possessivas nas expressões lingüísticas

Uma das questões importantes a tratar, quando nos referimos à aquisição de uma língua estrangeira, é o implícito cultural.

Quando se fala em adquirir uma língua estrangeira, é importante perceber a grande relação que há entre ela e o implícito cultural, uma vez que conhecer somente as regras gramaticais do sistema de uma língua não é suficiente para dar conta do aprendizado dessa língua-alvo.

Assim, por exemplo, segundo Silveira (2004), o brasileiro é altamente cortês, e evita passar-se por autoritário, pois a cortesia é um dos traços culturais que o guia de forma a se ocultar. Nesse sentido, evita o uso da forma verbal imperativa e dá preferência para outras formas verbais, embora esteja, implicitamente, dando uma ordem. Assim:

- Eu poderia falar com o sr. João?
- Que tal se você pudesse vir rapidamente?
- Eu ficarei imensamente feliz se você puder decidir isso agora.

Diante disso, no que se refere a esta dissertação, dependendo do grupo social em que o falante estiver inserido, as formas padrão gramaticais possessivas *meu*, *teu* e *seu* apresentam valores diferentes. Logo, dependendo do marco de cognição social, os implícitos culturais e o grupo social fazem com que os usos das formas possessivas apresentem valores diferentes no discurso.

Conforme Silveira (1998), os falantes nativos conhecem os marcos de cognição social e as práticas sociais do uso efetivo de sua língua; os falantes estrangeiros precisam adquiri-los, por experiências, para saber usar a língua – alvo que estão aprendendo por um ensino formal.

Segundo Maingueneau (1997), numa perspectiva pragmática, a linguagem é considerada como uma forma de ação: cada ato de fala (batizar, permitir, e, também, prometer, afirmar, interrogar etc.) é inseparável de uma instituição, aquela que este ato pressupõe pelo simples fato de ser realizado. Ao dar uma ordem, por exemplo, o falante coloca-se à posição daquele que está habilitado a fazê-lo e coloca seu interlocutor à posição daquele que deve obedecer; não preciso, pois, perguntar se estou habilitado para isto: ao ordenar, ajo como se as condições exigidas para realizar este ato de fala estivessem efetivamente reunidas.

Silveira (2004: 146) reporta-se a Maingueneau (1996), ao considerar que o implícito se constrói como um jogo entre o dito e não dito. Para o autor, tem-se, como tipos de conteúdos implícitos, os pressupostos e os subentendidos. Em face da importância dos implícitos, no texto não se pode conceber a interação comunicativa sem que se pressuponha um determinado número de informações já sabidas, a partir das quais, é possível a introdução de novas informações.

Assim, a autora afirma que os pressupostos e subentendidos permitem que o locutor diga sem dizer, antecipe um determinado conteúdo sem, no entanto, assumir a responsabilidade, pois a mesma frase, dependendo da contextualização feita, poderá liberar subentendidos diferentes.

De uma maneira geral, Segundo Ducrot (1987), há três modelos de segmentos que envolvem o implícito: o posto, o pressuposto e o subentendido. O posto é considerado a informação nova do dito; o pressuposto é o saber prévio, apresentado com uma evidência, é o que pode ser apresentado como pertencendo ao domínio

comum das duas personagens do diálogo; o subentendido é construído pelo TU que acresce sentidos novos, agindo pela orientação dada pelo “eu”, é a conclusão do ouvinte.

Diante disso, conforme Silveira (2004), entende-se que o uso efetivo da língua pelo Eu, é uma forma de ação sobre o Outro, construindo-se, assim, as bases teóricas da Semântica Argumentativa. Com ela, há possibilidade de diferenciar as noções de posto, pressuposto e subentendido que antecedem à inserção das categorias Cognição, Sociedade e Discurso para os estudos da linguagem humana.

Logo, é fundamental entender que ensinar uma determinada língua para estrangeiros, não é limitar-se a trabalhar com definições vocabulares dos componentes lingüísticos e as regras gramaticais, pois se percebe, através desse estudo, que a grande dificuldade do aluno é, muitas vezes, o desconhecimento dos implícitos culturais trazidos pelos brasileiros no uso efetivo da língua.

Capítulo II

Uma revisão de tratamentos dados aos morfemas possessivos por gramáticos

Este capítulo apresenta uma visão histórica da língua portuguesa, seguida de regras gramaticais construídas por nossos gramáticos do padrão gramatical normativo. Justifica-se a revisão feita, pois a idéia de gramaticalização foi utilizada tanto na lingüística histórica quanto na lingüística descritiva sincrônica da língua. Trata do problema do uso dos pronomes tradicionalmente designados possessivos, através de uma revisão bibliográfica que trata da Gramática Normativa da Língua Portuguesa, no Brasil, a partir da história do sistema gramatical das formas possessivas e das considerações de alguns gramáticos. Logo serão considerados aspectos da gramática da Língua Portuguesa antes e pós NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira).

Nesse sentido, a revisão feita tem por objetivo justificar a pesquisa proposta nesta Dissertação. Embora haja muitos estudiosos preocupados com o uso de determinados aspectos da língua portuguesa e seu ensino, os estudos realizados não atendem à necessidade de uma descrição sistemática da língua portuguesa.

2.1 Uma breve história da língua portuguesa

A língua portuguesa, hoje, é falada em todos os continentes do planeta. Ela tem suas origens no latim e esta, por sua vez, origina-se de línguas indo-européias.

Nas origens, a língua latina era falada por camponeses que viviam na região do Lácio, no centro da Península Itálica. Todavia, a língua latina, com o tempo, passou a desempenhar extraordinário papel na história da civilização ocidental, que segundo

Bourciez (1946, p.26) “menos por suas virtudes intrínsecas do que pelo êxito político do povo que dela se servia”.

A vitória dos soldados latinos e o espírito de organização dos governantes propiciaram a construção de um enorme Império Romano que, no auge de sua expansão, ia da Lusitânia à Mesopotâmia e do norte da África à Grã-Bretanha. Com a anexação da Dácia (Romênia) e das regiões da Ásia menor, o Império Romano atingiu, sob o governo de Trajano, o máximo de sua expansão geográfica. Como já foi indicado no capítulo anterior, os romanos levavam para as regiões conquistadas os seus hábitos de vida, suas instituições, os padrões de sua cultura e a língua.

Dessa forma, o uso campesino transforma-se em uso lingüístico das elites do poder. O contato dos romanos com os gregos propiciou que a língua latina passasse a ser usada em textos literários, ou seja, o latim literário.

Desde o século III a.C., o latim escrito com intenções artísticas foi sendo, progressivamente, aprimorado até atingir o século I a.C. Segundo Cunha (1972, p. 12), “a alta perfeição da prosa de Cícero e César, ou da poesia de Vergílio e Horácio”. Sendo assim, acentuou-se, com o tempo, a separação entre o latim literário, usado por uma pequena elite, e um latim popular, a língua usada no cotidiano pelos mais variados grupos sociais da Itália e das suas províncias. Tal diferença propiciou que se opusesse o latim literário ou clássico, conservador, ao latim vulgar, o inovador compreendido em diferentes variedades da língua falada, como o latim cotidiano ou urbano, o plebeu, o baixo latim e o latim castrense.

Essas variedades do latim vulgar foram levadas por soldados, colonos e funcionários romanos às diferentes regiões conquistadas. Com a queda do Império Romano, essas variedades passaram a ser chamadas língua românicas

Segundo Cunha (opus cite, p.13):

Nos centros urbanos mais importantes, o ensino do latim difundiu o padrão literário e, com isso, retardava até certo ponto os efeitos das forças de diferenciação. Mas no campo ou nas vilas e aldeias, a língua sem nenhum controle normativo, ia voando com suas próprias asas.

Com a morte de Teodósio, o grande, em 395, o vasto Império Romano foi dividido entre os seus dois filhos, cabendo a Honório o Ocidente e a Arcádio, o Oriente. O Império do Oriente conservou-se até 1453, ao passo que o do Ocidente cai em 476, após sucessivas invasões bárbaras.

Com a formação da Idade Média, na Europa, houve desagregação das variedades lingüísticas do latim vulgar e os falares regionais que apareceram eram mais próximos das línguas românicas do que do próprio latim. Os registros que se têm da língua portuguesa escrita datam do século XIII. No que se refere à especificidade da língua portuguesa, na Península Ibérica, pouco se sabe das antigas populações ibéricas. De forma geral, os estudiosos da história da língua portuguesa indicam que, no início da romanização, habitavam a Península Ibérica uma complexa mistura racial: Celtas, ibérios, punicos-fenícios, ligores, gregos e outros grupos mal identificados. Da língua desses povos, pouco restou como substrato da língua portuguesa.

Em 409, a Península foi invadida por um grupo heterogêneo de povos germânicos e, mais tarde, no século VIII d.C. ocorre a invasão árabe. A língua romance é falada ao lado da língua árabe, embora receba influência deste.

Foi durante o domínio árabe que se acentuaram as características distintivas da língua portuguesa em relação às demais faladas na Península. Na região que compreendia a galiza e a faixa Lusitânia entre o Douro e Minho constituiu-se uma unidade lingüística particular que conservaria uma relativa homogeneidade até os meados do século XIV, o galego – português este, provavelmente, começa se definir desde o século XI, mas, só a partir do século IX, que encontramos registros de sua existência através de palavras escritas em textos.

Datam do século XIII os primeiros documentos redigidos em galego-português.

Leite de Vasconcelos (1926) distingui as seguintes etapas na evolução do latim ao português atual:

1. latim lusitânico : língua falada na Lusitânia desde a romanização até o século X;
2. romance lusitânico: língua falada na Lusitânia do século XI ao século IX, da qual não temos nenhum documento escrito, tal como na primeira etapa;
3. português proto-histórico: língua falada na Lusitânia, do século XI até fins do século XII, da qual temos algumas palavras intercaladas em textos do latim bárbaro;
4. Português arcaico: língua falada na Lusitânia que vai de princípios do século XIII até a primeira metade do século XVI, quando a língua portuguesa começa a ser formalizada em gramáticas, por Fernão de Oliveira e João de Barros.
5. Português moderno: língua falada na Lusitânia que se estende da segunda metade do século XVI até atualmente.

Com os descobrimentos marítimos dos séculos XV e XVI, os portugueses ampliaram enormemente a região geográfica da língua portuguesa, de forma a situá-la em todos os continentes.

2.2 Os morfemas possessivos na gramática histórica da língua portuguesa

Conforme Said Ali (1964), os morfemas possessivos estão situados na parte da gramática chamada morfologia. Esta é posta no lugar da parte anteriormente designada lexeologia. Ao se examinar as palavras, verifica-se que estas geralmente são formadas por duas partes: o *radical*, parte mais ou menos estável e de significação própria, e *afixos*, elementos variáveis de significação relativa, isto é, de valor semântico somente na combinação com o radical.

Nesse sentido, os afixos, divididos em prefixos, sufixos, terminações e desinências, dão ao vocábulo a diversidade de formas. Por essa razão, preferiu-se substituir o termo lexeologia por morfologia, ou seja, o estudo dos elementos e de suas relações com o radical. Ao se substituir o termo lexeologia por morfologia, propõe –se estudar a evolução das palavras em língua moderna já constituída.

Conforme Teyssier (2001), a gramática nasce em Portugal na cultura humanista, cabendo o pioneirismo da sua construção a Fernão de Oliveira, autor da *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536). A esta se segue a *Grammatica da Língua Portuguesa* (1539 – 1540), de João de Barros.

A gramática histórica da língua portuguesa só aparece no século XIX e é legitimada pela busca das unidades gramaticais em suas origens. Os gramáticos históricos de língua portuguesa tratam os morfemas possessivos no item pronomes. Esse tratamento está voltado tanto para o plano fonético quanto para os planos morfológico e sintático. No plano fonético, os gramáticos se preocupam em apresentar a etimologia dos pronomes possessivos e as mudanças fonéticas sofridas no tempo até se cristalizarem em: meu, teu, seu, nosso, vosso, deles, minha tua, sua, nossa, vossa, delas, meus, teus, seus, nossos, vossos, seus e minhas, tuas, suas, nossas, vossas, delas. Verifica-se que a 3ª pessoa plural apresenta dificuldade de classificação para diferenciar as formas singulares das formas plurais.

2.2.1 No plano fonético

No plano fonético, os gramáticos preocupam-se em apresentar a etimologia dos pronomes possessivos e as mudanças fonéticas sofridas no tempo até se cristalizarem em: meu, teu, seu, nosso, vosso, deles, minha tua, sua, nossa, vossa, delas, meus, teus, seus, nossos, vossos, seus e minhas, tuas, suas, nossas, vossas, delas. Verifica-se que a 3ª pessoa plural apresenta dificuldade de classificação para diferenciar as formas singulares das formas plurais.

No que se refere ao plano histórico fonético, vários autores de gramáticas históricas do português apresentam a evolução fonética do significante.

Assim, Maurer (1959, p. 107) trata as formas possessivas:

Meu – mea; noster (* nostrus) – nostra (*nossus - *nossa)

Tuus (teus) – tua; voster –vostra

Suus (seus) – sua; (il) loru (m)

1. **Teus** e seus ocorrem ao lado de tuus e suus na România.
2. **suus** (seus) torna-se possessivo geral da 3ª pessoa, sem valor reflexivo. O consenso das línguas românicas evidencia que se trata de um emprego geral da língua vulgar.
3. **nossus** e **vossus** tiveram certa extensão, talvez usados primeiro em posição átona, generalizando-se depois em algumas regiões.
4. As línguas românicas não conhecem as formas **vester**, **vestra** para o possessivo da 2ª pessoa do plural. Provavelmente a língua vulgar conservou os arcaicos **voster**, **vostra**.
5. **Illorum** serve de possessivo masculino e feminino da 3ª pessoa do plural. Mas a sua generalização em lugar de **suus** deve ser recente e parcial. **Suus** serve para plural no português, no espanhol e no catalão, em toda a Itália.

6. Quanto à declinação, os possessivos são iguais aos adjetivos qualificativos e, portanto, iguais aos substantivos.

Também, Coutinho (1976) trata, no plano fonético:

1ª pessoa: meu > meu - Em Portugal, o povo do norte emprega a forma *mou* por analogia com *tou* e *sou*.

mea > *mia* > *mīa* (arcs.) > *minha*. No hiato *ea*, e tônico transforma-se em *i*, para mais se distanciar de *a*. A presença da nasal *m-* em *mia* acabou por nasalizar a vogal seguinte – *i* –, o que deu em resultado o desenvolvimento da nasal palatal de transição –*nh-*. Essa palatização já ocorre em textos do século XIV. No português arcaico, houve a forma átona proclítica *ma*, que provavelmente ascende ao latim popular. *Enha*, *inha*, *nhá*, são variantes antigas de *minha*, resultantes da próclise. (Coutinho 1976:258).

nostru > nosso. A redução do grupo – *str* – a –*ss* – é de difícil explicação, Leite de Vasconcelos assim a justifica: “Os pronomes *nosso* e *vosso* são por sua origem proclíticos, isto é, átonos ou conjuntos, pois só assim se explica a mudança de *st* em *ss*; mas o seu uso tornou-se geral”. (Coutinho 1976:258)

2ª pessoa: teu por tuu > teu. A forma do latim popular resultou da analogia com *meu*. No antigo português, houve *tou*, ainda hoje é usado no norte de Portugal, e que se explica pelo clássico *tū*.

tūa > *tua*. O – *ū* –, apesar de breve, não se modificou em – *o* –. Na língua arcaica, houve o possessivo proclítico átono *ta*, que encontra explicação etimológica provavelmente em forma idêntica do latim vulgar.

vostru por vestru > vosso. Tendo havido *vostrum* no latim arcaico, é bem possível que se tivesse conservado na linguagem popular latina.

Vostra por vestra > vossa. (idem a *vostru*). (Coutinho 1976:259)

3ª pessoa: seu por suu > seu. A forma popular *seu* proveio da analogia com *meu*. Nos documentos do antigo português, encontra-se *sou*, ainda hoje usado no norte de Portugal, e que se explica etimologicamente pelo latim clássico *sū*.

sũa > *sua* . O – ũ –, apesar de breve, não se modificou em – o – por se achar em hiato. Na língua arcaica, houve a forma átona proclítica *sa*, que deve ascender ao latim vulgar. .(Coutinho 1976:259)

2.2.2 No plano morfológico

No que se refere ao plano morfológico, os gramáticos históricos diferenciam os pronomes possessivos reforçados dos não reforçados. Os possessivos são reforçados quando, num determinado estado de língua da diacronia, aparecem antecidos por artigos definidos, o que não ocorre com os não reforçados.

O reforço do artigo pode mudar o sentido da frase, como em:

- este é **meu** filho. (há mais filhos)

- este é **o meu** filho. (há só um filho) ou ainda:

- este livro é **teu** (pertence-te)

-este livro é **o teu** (há livros de várias pessoas e entre eles um que pertence a uma determinada pessoa)

Said Ali (1964) afirma que não se pode precisar a época do aparecimento do possessivo reforçado pelo artigo. Segundo ele, essa forma já existia muito antes dos primeiros documentos escritos em língua portuguesa. Todavia, o seu emprego é relativamente restrito e, só de Camões para o atual, o reforço do artigo se torna de século para século cada vez mais notório e freqüente. Fernão Lopes, poucas vezes, usou a forma reforçada e, quando a usou, em seus escritos, ocorreu ao lado da forma possessiva destituída de artigo não reforçado.

Desde que se tem em mente as mudanças de funções das formas gramaticais, poder-se-ia dizer que os gramáticos históricos apresentam a forma possessiva por um percurso de gramaticalização: inicialmente com a função de pronome-sujeito, depois com a de demonstrativo para só após adquirir a de possessivo.

O autor conclui que, na história da língua portuguesa, a forma possessiva é, às vezes, mero recurso de linguagem usado para se referir ao sentido de um nome, a um caso particular ou para indicar a pessoa a quem, em especial, interessa o indivíduo de que se fala. Nesse sentido, o autor remete-se à origem do possessivo nos pronomes pessoais.

Ao tratar do possessivo com a sua origem no demonstrativo, Said Ali (opus cit., p. 100), assim, explica:

Com demonstrativo **este**, **isto** indicam-se cousas que dizem respeito a nós mesmos; com o pronome *esse*, *isso*, apontamos, pelo contrário aquilo que tem antes relação mais íntima com a pessoa a quem nos dirigimos. Esta regra se aplica quando se trata de cousas que residem nas próprias pessoas (*esta alma*, *esta < minha > dor*, *< tua > paixão*) ou de partes do corpo, ou de lugar onde uma ou outra pessoa se acha (*esta casa*, *este país*, *este mundo*, *nesta cidade < onde eu resido >*, *nessa cidade < onde vós residis >*).

2.2.3 No Plano sintático

No plano sintático, os morfemas possessivos são classificados por um critério morfossintático que diferencia adjetivo possessivo de pronome possessivo, pelo lugar ocupado na frase. A função sintática é de adjunto adnominal para o adjetivo possessivo.

Como a gramática portuguesa aparece no século XVI, a partir desse tempo houve pouca mudança no que se refere aos possessivos, nas diferentes fases da

gramática portuguesa que seguiram: a fase filosófica, a fase histórica e a fase prescritiva.

2.3 A gramaticalização na visão diacrônica da língua portuguesa

Conforme Callou e Avelar (2002), diante do estudo diacrônico, os verbos *ter* e *haver* apresentam formas de funcionalidade e surgem de verbos plenos com expressão de posse a verbos auxiliares. Logo, passam a ser chamados verbos funcionais, que “transferem” para o seu objeto o papel de predicador da sentença.

A posição dessas formas em português pode ser explicada a partir de pontos de intersecção nocionais em latim: Do sentido básico de *manter* para *habere* derivam-se os significados de *possuir*, *ocupar*, *tomar posse de* e, do sentido básico de *segurar* para *tenere*, derivam-se as expressões *possuir*, *ocupar obter*, *conseguir* (Faria, 1962).

As estruturas de posse ocorrem obrigatoriamente com um sujeito e com um objeto, podendo ser simplificada pelo padrão X TER / HAVER Y:

Os homens *têm* fazendas modernas e riquíssimas por aqui.
(**suas** fazendas modernas e riquíssimas)

Os fazendeiros *têm* para vender carne seca de superior qualidade.
(a **sua** carne seca que é de superior qualidade).

Algumas construções podem aparecer com adjetivo funcionando como um predicativo do objeto:

Aquele escravo *tem* o braço direito deslocado do ombro.
(do **seu** ombro)

O navio *tem* metade de **sua** carga comprometida.

Segundos os autores, que realizaram pesquisas do uso dos verbos *Ter* e *Haver* em anúncios, a posse ocorre, quase exclusivamente, com o verbo *ter*.

Para Mattos e Silva (1989, p. 54 e 55), no século XVI, já está concluída a substituição de *ter* por *haver* nas estruturas possessivas: para os três tipos de posse destacados na *Carta*: a de bens materiais adquiríveis (*teer moradas, aver pedra*) a de bens / qualidades imateriais inadquiríveis (*ter ensino, aver novas*) e a posse inadquirível e inalienável (*ter bico e rabo*). Enquanto na *Carta*, esse último tipo é exclusivo de *ter*, no *corpus ducentista*, a posse inalienável ocorre exclusivamente com *haver*, verbo que parece predominar nos outros dois tipos durante todo o português arcaico. As especificidades semânticas de X e Y conferem ao verbo diferentes nuances, que vão desde a de posse adquirível material às construções em que *ter* se encaixa ente os verbos de suporte. Assim, para X e Y não-humano e concreto, por exemplo, tem-se uma expressão de posse material.

2.4 Os morfemas na gramática tradicional do português no Brasil

A gramática tradicional, no Brasil, entra para as salas de aula, vinda de Portugal. No Brasil, dependendo das escolas, havia a seleção de um gramático para ser ensinado aos alunos.

Como a gramática portuguesa passou pelas fases: latinista (do século XVI ao século XVIII), filosófica (final do século XVIII até final do século XIX), histórica (segunda metade do século XIX até começo do século XX) e prescritiva (a partir do 1º quartel até dos dias de hoje), dependendo dos objetivos da escola, uma dessas fases era escolhida. Na década de 50, do século XX, o ensino de gramática na escola produziu uma serie de confusões e insatisfações. Se um aluno ou um professor mudasse de escola brasileira ou de estado, era necessário rever todo o seu conhecimento

gramatical. As diferenças terminológicas eram imensas e resultavam das fases que a gramática portuguesa percorreu.

Dessa forma, na segunda metade da década de 50, o governo brasileiro constituiu uma comissão para unificar a terminologia e as definições gramaticais.

Houve mais confusão e insatisfação. Os gramáticos que tinham formações diferentes não chegavam a um acordo. Assim, em 1958, o trabalho da comissão terminou com uma proposta de unificação apenas da nomenclatura gramatical que passou a ser designada por nomenclatura gramatical brasileira ou NGB. Poucas definições foram modificadas. Neste item são apresentadas as revisões de gramáticas tradicionais pelo marco divisório da NGB.

Como se pretende comprovar, as modificações no texto gramatical são poucas e relativas à nomenclatura e classificação de unidades gramaticais.

2.4.1 Gramáticas tradicionais brasileiras antes da NGB

Pereira (1939), indica que qualquer possessivo apresenta dois termos: o possuidor e a coisa possuída e, conseqüentemente, surge na frase uma dupla relação: ao *possuidor*, acomodando-se à sua pessoa gramatical pela forma respectiva e à coisa *possuída*, pelas flexões genéricas e numéricas.

Segundo o autor, os pronomes possessivos são analisados da seguinte maneira:

a. pronomes **seu, sua, seus, suas** significam – **dele(s) ou dela(s)**, referem-se a um possuidor da 3ª pessoa e pode trazer ambigüidade quando houver na oração mais de uma 3ª pessoa, que possa ser o possuidor. Ex:

Ele levou o menino a **seu pai**.

Nesse sentido, tanto o menino quanto o pai podem ser o possuído: o “pai”, pode, gramaticalmente, ser o possuído do sujeito “ele” ou do objeto “menino”.

b. pronomes **meu, teu, seu, nosso** e **vosso** não indicam a mesma relação que **de mim, de ti, de si, de nós, de vós**; estas expressões não trazem idéia de posse. O autor trata dessa relação como complementos terminativos e não restritivos, pois desse modo divergem as seguintes expressões:

minhas saudades => saudades **minhas**

teu amor => amor **de ti**

vossa compaixão => compaixão **de vós**

sua pena => pena **de si**

Assim, o autor propõe que fica incorreto dar a estas expressões o valor de posse como:

Livro **de mim** => **meu** livro ou livro **dele**

c. Omite-se, comumente, o possessivo, em se tratando de partes do corpo ou faculdades de espírito:

Cortei o dedo => cortei o **meu dedo**

O homem perdeu o juízo => o **seu juízo**

Isso, também, ocorre nas expressões:

Vim de casa => vou para casa

d. Em linguagem familiar, o possessivo exprime cálculo aproximado nestas expressões:

Teria eu **meus vinte anos** e ele **seus quarenta**.

e. Substituição do possessivo pelo respectivo pronome oblíquo expressa elegância:

levou-**me** o chapéu => levou **meu chapéu**

f. O uso do artigo é facultativo antes dos adjetivos possessivos:

meu livro => o **meu** livro

Pode ocorrer o artigo para dar ênfase:

Este é **meu** dever => este é o **meu** dever

g. É necessária a omissão do artigo quando ao possessivo se segue o nome de parentesco, título ou dignidade:

Honrarás **a teu** pai e **a tua** mãe.

O autor insere um conjunto de definições para o uso dos pronomes possessivos e procura manifestar, através das análises, a relação de dois termos – o possuidor e a coisa possuída.

Para Almeida (1956), os morfemas possessivos são tratados como pronomes adjetivos possessivos e postula que funcionam como pronomes, quando na frase, substituem a coisa a que se referem:

De que cor é **teu** chapéu?



Adjetivo possessivo

O **meu** é branco



pronome possessivo

Silveira Souza (1940, p.151) trata da evolução das formas dos possessivos:

1ª pessoa

Meu < lat. **meu**; **meus** < lat. **meos**

Minha (s) < **mīa** (s) < **mīa** (s) < lat. **meā** (s). O hiato *ea* (e tônico) pode evolver para *eia*: *teia*, ou para *ia*, passando o *e* e a *i* para ficarem mais distanciadas entre si as vogais do hiato: *mea* > *mīa*, *habeba* > *habea* > *havia*. De *mea* vem, pois, *mīa*, o *m* nasala o *i* e o vocábulo converte-se então em **mīa**, depois *minha*, pelo desenvolvimento da nasal palatal *nh* de transição

Nosso < **nostru**; **nossos** < **nostros**

2ª pessoa

Teu(s) < lat. vulgar *teu* e *teos*, formas analógicas a *meu*, *meos*;

em latim clássico corresponde-lhes *tuus* (acusativo singular *tuum* e pl. *tuos*). De *tūu* há o arc. *Tou*.

Tua(s) < lat. **tua(s)**. O *u* é breve, e não passou, como devia, a *ô* graças ao hiato que tende a manter afastadas na escala vocálica as vogais que o constituem.

Vosso < **vostru**; **vossos** < **vostros**. *Voster* é forma latina arcaica e popular; em latim clássico era *vester*. É difícil explicar a passagem de *str* para *ss*.

3ª pessoa

Seu(s) < lat. vulgar *seu* e *seos*, por analogia com *meu*, *meos*. Em latim clássico *sūus*. De *sūu* se derivou o arc. *sou*. A forma analógica *seus* encontra-se em inscrições latinas.

Sua(s) < lat. **sua(s)**.

Segundo o autor, as formas nominais **mia**, **tua** e **sua** podiam ser pronunciadas como monossílabos: *-ia* e *-ua*, formavam, assim ditongos crescentes e as semivogais *i* e *u* podiam cair. Logo, reduzindo aqueles possessivos às formas *ma*, *ta*, *sa*, que existiram em latim popular, apresentam correspondentes na língua arcaica portuguesa.

Já a forma **nostro** < lat. **nostru** aparece em português arcaico, na expressão **nostro Senhor** a Deus.

João Ribeiro (1888) postula que os adjetivos dividem-se em duas grandes categorias: nominais ou qualificativos e pronominais ou determinativos. Assim, para essa pesquisa, é interessante destacar os pronomes possessivos que fazem parte da categoria pronominal / determinativa.

Nesse sentido, os determinantes / pronominais são os que marcam a referência dos nomes, sem indicar nenhuma qualidade.

Para o autor (1888, p. 85), os adjetivos determinativos são:

Em verdade, os adjetivos determinativos são simultaneamente adjetivos e pronomes. A discriminação de funções é apenas apreciável no texto da frase. A distinção consiste em que o adjetivo vem junto ao substantivo, e o pronome vem isoladamente. Assim, nas frases:

Que cousa ? **meu** *tio*. (As partes *que* e *meu* são adjetivos)

O chapéu que achastes é **meu**. (Os termos **que** e **meu** são verdadeiros pronomes).

Diante disso, o autor postula que os possessivos são os que determinam a pessoa gramatical a que pertencem os objetos: **meu, teu, seu, nosso, vosso, seu, deles.**

Ainda, para o autor, pode-se tratar os adjetivos gentílicos como uma espécie de possessivos e exprimem nacionalidade das pessoas e coisas:

Brasileiro, do Brasil.

Francês, da França.

O autor não apresenta as regras de uso dos pronomes possessivos. Ele, simplesmente, insere os pronomes possessivos na categoria dos determinativos da classe gramatical “adjetivo”.

Como se pôde verificar, os gramáticos que apresentaram seus estudos antes NGB, de uma maneira geral, tratam do possessivo como pronome adjetivo, conseqüentemente, não apresentam regras para o uso dessa forma possessiva.

Logo, a revisão realizada, neste item, objetivou demonstrar que o uso das formas possessivas **meu, teu, seu** é problemático e que merece investigação. Os estudos históricos da língua portuguesa não focalizam com especificidade o uso dessas formas em questão, porém abrem perspectivas para uma visão relativa a diferentes estados do tratamento das formas designadas possessivas pelos gramáticos.

2.4.2 Gramáticas tradicionais brasileiras pós NGB

Cunha (1972) explica que os pronomes podem representar ou acompanhar um substantivo. No primeiro caso, desempenham a função de substantivo e, por isso, recebem o nome de pronomes substantivos; no segundo, são designados como pronomes adjetivos, porque modificam o substantivo, como se fossem adjetivos:

Aquele é o corpo de **meu** filho.

Aquele = pronome substantivo

Meu = pronome adjetivo

Cunha mostra como as preposições *de* e *em* contraem-se com o pronome reto da 3ª pessoa *ele(s)*, *ela(s)*, resultando respectivamente, ***dele(s)***, ***dela(s)*** e ***nele(s)***, ***nela(s)***. Por exemplo:

A pasta é **dele**, e **nela** está o meu caderno.

Ao que se refere aos pronomes possessivos, Cunha (1972, p. 227) afirma que eles estão relacionados aos pronomes pessoais, demonstrativos e acrescentam uma idéia de posse. Desse modo, apresenta as formas correspondentes à pessoa a que se referem:

	um possuidor		vários possuidores	
	um objeto	vários objetos	um objeto	um objeto
1ª pessoa masc. fem.	meu minha	meus minhas	nosso nossa	nossos nossas
2ª pessoa masc. fem.	teu tua	teus tuas	vosso vossa	vossos vossas

O autor, ao referir-se a posição dos pronomes adjetivos possessivos, propõe que pode vir posposto ao substantivo:

a. quando este vem desacompanhado do artigo definido:

Esperava **notícias tuas**.

b. quando o substantivo já está determinado por um artigo, numeral, pronome demonstrativo ou indefinido:

“Recebi, no rio, no dia da posse no Instituto, **um telegrama seu**, de felicitações”.

c. nas interrogações diretas:

Onde estais, **cuidados meus** ?

d. quando há ênfase:

“**Viúva minha**, o que tu queres realmente não é um marido, é um remédio contra o enjôo”.

Uma das preocupações que Cunha (1972) evidencia é em relação ao emprego ambíguo do possessivo de 3ª pessoa. As formas **seu, sua, seus, suas** aplicam-se, indiferentemente, ao possuidor da 3ª pessoa do singular ou plural, sendo este possuidor masculino ou feminino. Dessa forma, para evitar qualquer ambigüidade, substitui-se **seu(s), sua(s)**, pela formas **dele(s), dela(s)**.

Cunha remete-se, também, a outros valores para os possessivos:

a. quando há necessidade de realçar a idéia de posse com a palavra *próprio*.

“Mais unidos sigamos e não tarda

Que eu ache a vida em **tua própria morte**”. (Guimarães Passos)

b. Como indefinido

“A senhora há de ter tido **seus apertos** de dinheiro, disse Rubião”. (M. Assis)

c. Para indicar aproximação numérica

“Teria, calculo hoje, **seus dezesseis anos**. Era mais gorda do que magra; morena e pálida”.

d. para designar um hábito.

“O senhor está hoje num dos **seus dias**, e eu preciso trabalhar, sabe?”

e. de deferência, de respeito e de polidez

“Adeus! – Bons dias, **meu Comandante**,
A nossa sorte... morrer, talvez... “ (Antonio Nobre)

f. de intimidade:

“**Meu caro Machado – O meu José** vai levar-lhe os meus e os seus cumprimentos de boas-festas” (José Veríssimo)

g. de ironia, de malícia:

“Na mesa do major jantei o **meu frango**, comi **a minha boa posta de robalo**”
(José Cândido de Carvalho)

h. os possessivos substantivados podem designar:

1. no singular , o que pertence a uma pessoa:

Dar **o seu** a seu dono.

2. no plural, os parentes de alguém, seus companheiros, compatriotas ou correligionários:

“Peço-te que transmitas, em nome de todos **os meus**, sinceros agradecimentos a D. Maria Júlia e a todos **os teus**”. (Euclides da Cunha)

i. emprego do possessivo pelo pronome pessoal oblíquo tônico:

em frente **de ti** = em **tua frente**

ao lado **de mim** = ao **meu lado**

Bechara (2005) apresenta o pronome como uma classe de palavras categoremáticas (pronomes) que reúne unidades em número limitado e que se refere a um significado léxico pela situação ou por outras palavras do contexto. De modo geral, esta referência é feita a um objeto substantivo considerando-o, apenas, como pessoa localizada do discurso.

Segundo o autor, pronome substantivo e pronome adjetivo podem aparecer em referência a substantivo claro ou oculto:

Meu livro é melhor que o **teu**.

Meu e **teu** são pronomes porque dão idéia de posse em relação à pessoa do discurso: **meu** (1ª pessoa, a que fala), **teu** (2ª pessoa, a com quem se fala). Ambos os pronomes estão em referência ao substantivo *livro* que vem expresso no início, mas se cala no fim por estar perfeitamente claro ao falante e ouvinte. Esta referência a substantivo caracteriza a função *adjetiva* ou de *adjunto* de certos pronomes. Muitas vezes, sem que tenha sido expresso anteriormente, dispensa-se o substantivo, como

em: Quero o **meu** e não o **seu** livro (em que ambos os pronomes possessivos são adjetivos).

Para Cunha e Cintra (1985), os pronomes possessivos estão relacionados com os pronomes pessoais e apresentam três séries de formas (**meu, teu e seu**), correspondentes à pessoa a que se referem, e estas formas podem variar de acordo com o gênero e o número da coisa possuída e com o número de pessoas representadas no possuidor.

O autor explicita que os pronomes possessivos acrescentam à noção de pessoa gramatical uma idéia de posse. São, assim, pronomes adjetivos, equivalentes a um adjunto adnominal antecedido da preposição de (**de mim, de ti, de nós, de vós, de si**), mas podem empregar-se como pronomes substantivos:

Meu *livro* é este.

Este livro é o **meu**.

Sempre com **suas histórias!**

Fazer das **suas**.

Cunha e Cintra, ao se referirem ao possessivo, utilizam-se da expressão “pronome adjetivo”, já Bechara trata de pronome possessivo.

O esquema apresentado por Bechara (2005) é semelhante ao apresentado por Cunha e Cintra (1985). Para eles, os pronomes possessivos são os que indicam a posse em referência às três pessoas do discurso:

	SINGULAR		PLURAL	
	masculino	feminino	masculino	feminino
1ª pessoa do singular	meu	minha	meus	minhas
2ª pessoa do singular	teu	tua	teus	tuas
3ª pessoa do singular	seu	sua	seus	suas
1ª pessoa do plural	nosso	nossa	nossos	nossas
2ª pessoa do plural	vosso	vossa	vossos	vossas
3ª pessoa do plural	seu	sua	seus	suas

2.4.3 Os valores e empregos atribuídos ao morfema possessivo por gramáticos

De acordo com Bechara, os pronomes **seu** e **dele** podem ocasionar confusão, o possessivo **seu** pode gerar problemas a respeito do possuidor. Assim, para evitar esse tipo de situação substitui-se **seu, sua, seus, suas**, pelas formas **dele, dela, deles, delas, de você, do senhor** etc.:

José, Pedro levou o **seu** chapéu.

O pronome **seu**, no caso acima, não esclarece quem realmente possui o chapéu, dando lugar a dúvidas, se é de Pedro ou de José. Logo, ocasionou ambigüidade.

Frente ao exposto, é notável que a disposição do pronome **seu** nos leva a considerar José o dono do chapéu; mas há também possibilidade de existir a referência

a Pedro. Nesse caso, o usuário da língua deve substituir o pronome **dele**, se o possessivo pertence a Pedro.

José, Pedro levou o chapéu **dele**.

Já, os pronomes pessoais átonos me apresentam valor de possessivo.

Para Bechara (2005, p. 182) os pronomes pessoais átonos podem ser:

Os pronomes pessoais átonos **me, te, se, nos, vos, lhe, lhes** podem ser usados com sentido possessivo, mormente em estilo literário, tomando-se o cuidado de evitar o abuso.

Por exemplo:

Tomou-**me** o chapéu > Tomou o **meu** chapéu

Segundo o autor, os diferentes usos dos pronomes possessivos podem dividir-se em:

a. posição do pronome possessivo – Normalmente, o pronome aparece anteposto ao nome a que se refere:

O **meu** livro

Tuas preocupações

Nossos deveres

Também, pode ocorrer a posposição do pronome em nome de pessoas ou de graus de parentesco, denotando:

- carinho: Deus **meu**, ajudai-me!

- ênfase (quando também o substantivo é acompanhado de artigo definido):

Conselho **meu**, ela não tem. Filho **meu** não faria tal.

- diferença de sentido:

Recebi **suas** cartas. (cartas que me mandaram ou que pertencem à pessoa a quem me dirijo).

Recebi cartas **suas**. (enviadas a mim pela pessoa).

b. indicar idéia de aproximação – quando há possibilidade do possessivo estar junto a números e apresentar uma quantidade aproximada:

Nessa época, tinha **meus** quinze anos. (aproximadamente)

Era já homem de **seus** quarenta anos.

c. valores afetivos do possessivo – demonstrar afeto, cortesia, deferência, submissão, ou ironia. O autor deixa claro que o possessivo não exprime somente a idéia de posse:

Meu prezado amigo.

Minha senhora, esta é a mercadoria que lhe serve.

Meu presidente, todos o esperam.

Meu *coronel*, os soldados estão prontos!

Meu tolo, não vês que estou brincando?

Nota-se, porém, que na expressão:

Ande, **seu** diplomático, continue.

O autor ressalta que em determinados casos, o **seu** não é tratado como forma possessiva de 3ª pessoa do singular. Logo, trata-se de uma forma de tratamento familiar.

Os exemplos apresentados por Bechara são aqui reproduzidos mantendo sua formulação original, do mesmo modo os apresentados por Neves mais adiante.

Pela forma abreviada **seu**, modelou-se o feminino **sua**:

“E ri-se você, **sua** atrevida!” [AH.4, II, 251].

d. o possessivo expresso por uma locução – Expressa-se a idéia de posse por meio do verbo *ter*, *haver* ou sinônimo:

Oxalá os problemas **que temos** durem pouco (os nossos problemas).

e. o possessivo em referência a um possuidor de sentido indefinido – refere-se à pessoa de sentido indefinido expresso ou sugerido pelo significado da oração, ou ainda pelo uso do pronome possessivo de 1ª pessoa do plural.

“É verdade que **a gente**, às vezes, tem cá as **suas** birras – disse ele, com certo ar que queria ser fino e saía parvo”. [AH. 4, II, 158].

“**A gente** compreende como estas cousas acontecem em **nossas** vidas”

f. a repetição do possessivo – pode ocorrer para dar ênfase e oposição entre os possuidores (eu e tu)

“O **teu** amor era como o íris do céu: era a **minha** paz, a **minha** alegria, a **minha** esperança”.

g. a substituição do possessivo pelo artigo definido – Há possibilidade de se substituir o possessivo pelo artigo definido, quando a idéia de posse surgir através do contexto até quando se refere à própria pessoa que fala ou de quem se fala. Isto pode ocorrer principalmente junto dos nomes de partes do corpo, das peças do vestuário e até de certas frases-feitas:

“Dr. Fernando afastou-a suavemente de si: ela alevantou **o rosto** celeste orvalhado de pranto ... D. Leonor ergueu **as** mãos suplicantes, com um gesto de profunda angústia” [AH.4, 1 190].

h. O possessivo e as expressões de tratamento: Vossa Excelência – Ao empregar as expressões de tratamento **vossa excelência**. **Vossa reverendíssima**, **vossa majestade**, **vossa senhoria**, a referência ao possuidor se faz hoje em dia com os termos **seu**, **sua**, isto é, com possessivo de 3ª pessoa do singular:

Vossa Excelência conseguiu realizar todos os **seus** propósitos.
(e não: todos os *vossos* propósitos).

Conforme Bechara (2005, p.186):

Tais tipos de títulos honoríficos começaram a aparecer no português entre os séculos XIV e XV e aí havia realmente uma possibilidade de alternância de *seu*, *sua*, *vosso*, *vossa*. A luta durou até aproximadamente o século XVII, quando as formas de 3ª pessoa saíram vitoriosas. Assim sendo, modernamente só deve aparecer o possessivo conforme o exemplo dado.

Na visão de Cunha e Cintra (1985), os valores e emprego dos possessivos são tratados como:

a. concordância do pronome possessivo

- o pronome possessivo concorda em gênero e número com o substantivo que se refere ao objeto possuído; e, em pessoa, com o possuidor do objeto:

“Cada um tratava de si, do **seu corpo**, da **sua alma**, dos **seus ódios**”.
(M. Torga, NCM, 204).

- quando há um só possessivo e vários substantivos, a concordância sempre é com o mais próximo:

“Rubião estacara o passo; ela pôde vê-lo bem, com os **seus gestos e palavras**, o peito alto, e uma barretada que deu em volta”.

b. posição do pronome adjetivo possessivo - o pronome adjetivo possessivo antecede normalmente o substantivo que determina, porém pode vir posposto ao substantivo:

- quando este vem desacompanhado do artigo definido:

“Esperava **notícias tuas** para de novo te escrever” (A. Nobre, CI, 119).

- quando o substantivo já está determinado (pelo artigo indefinido ou por numeral, por pronome demonstrativo ou indefinido).

“Recebi, no Rio, no dia da posse no Instituto, um telegrama **seu**, de felicitações”
(E. da Cunha, OC, II 639.).

- nas interrogações diretas:

“Em todo o caso... Agora se ouve menos ou é apenas **impressão minha?**”
(A. Abelaira, NC, 15.).

- quando há ênfase:

“–Tu não lustras as unhas! Tu trabalhas! Tu és digna **filha minha!** Pobre, mas honesta!” (Machado de Assis, *OC. I.* 672.)

c. emprego ambíguo do possessivo de 3ª pessoa – As formas **seu, sua, seus, suas**, relacionam-se ao possuidor da 3ª pessoa do singular ou plural, seja este possuidor do gênero masculino ou feminino. Diante disso, surgem dúvidas em relação ao possuidor.

Cunha e Cintra (1985, p. 312) postulam que:

O fato de concordar o possessivo unicamente com o substantivo denotador do objeto possuído provoca, não raro, dúvida a respeito do possuidor. Para evitar qualquer ambigüidade, o português nos oferece o recurso de precisar a pessoa do possuidor com a substituição de **seu(s), sua(s)**, pelas formas **dele(s), dela(s), de você, do senhor** e outras expressões de tratamento.

Por exemplo, a frase:

Em casual encontro com Júlia, Pedro fez comentários sobre os **seus** exames.

No exemplo acima, o enunciado é apresentado com duplo sentido: os comentários de Pedro poderiam referir-se aos exames de Júlia; ou sobre os exames dele, Pedro; ou ainda, sobre os exames de ambos.

Assim sendo, o locutor deverá expressar-se, conforme a intenção que tenha:

Em casual encontro com Júlia, Pedro fez comentários sobre os **exames dela.**

Em casual encontro com Júlia, Pedro fez comentários sobre os **exames dele.**

Em casual encontro com Júlia, Pedro fez comentários sobre os **exames deles**.

Nesse sentido, Bechara concorda com os postulados de Cunha e Cintra, uma vez que trata com ambigüidade do emprego do possessivo em seus estudos. Ele, também, propõe, para evitar esse tipo de situação, substituir **seu, sua, seus, suas**, pelas formas **dele, dela, deles, delas, de você, do senhor**, etc., conforme convier.

d. reforço dos possessivos – alguns casos há necessidade de utilizar o possessivo para realçar a idéia de posse, a fim de visar à clareza ou à ênfase.

- com a palavra **própria** ou **mesmo**:

“Mais unidos sigamos e não tarda

Que eu ache a vida em **tua própria morte**”.

(Guimarães Passos, VS, 46)

“Era ela mesma; eram os **seus mesmos braços**.”

(Machado de Assis, OC, II, 484)

- com expressões **dele(s), dela(s)**, no caso do possessivo da 3ª pessoa.

“Montaigne explica pelo **seu** modo **dele** a variedade deste livro”.

Para Cunha e Cintra (1985), o pronome possessivo não é sempre que exprime uma relação de posse. Atualmente, na língua moderna, esse pronome tem assumido diversificados valores e distanciados daquele sentido originário. Logo, como Bechara, o autor propõe um estudo através de vários empregos do possessivo em relação a determinados valores:

e. valores dos possessivos:

- como indefinidos :

“Tinha tido **o seu orgulho, a sua calma, a sua certeza**”

(M. Torga, V, 216)

- para indicar aproximação numérica:

“Entrou uma mulherzinha **de seus quarenta anos**, decidida e de passo firme”

(F. Sabino, HN, 164.).

- para designar um hábito:

“**Nos nossos dias**, a baianinha chegava logo depois do almoço, muito leve e flexível, a passo rápido”. (Ribeiro Couto, NC, 89.)

Ainda segundo Cunha e Cintra (1985) há situações nas quais os possessivos indicam valores afetivos.

f. valores afetivos

- de deferência, de respeito, de polidez:

“– Quer alguma, **minha senhora?**” (Eça de Queiroz, OF, I, 1037.)

“Adeus! – Bons dias, **meu comandante**

A nossa sorte... morrer, talvez ...

E o rude velho pra diante

E o rude velho segue pra diante:

– Morrer, **meu Amo**, só uma vez!” (A. Nobre, S. 106)

- de intimidade, de amizade:

“– Hoje, **meu caro Antônio**, temos de festejar a presença do meu rapaz”.

(Sttau Monteiro, APJ, 203.)

“– Não há nada mais certo, **meu amigo** – respondia Dona Clara”.

(A. de Assis Junior, SM, 76.)

- de simpatia, de interesse:

“Ora bem, deixa-me transcrever **o meu Saint-Exupéry**”.

(F. Namora, RT, 190.)

- de ironia, de malícia, de sarcasmo:

“Na mesa do major jantei **o meu frango, comi a minha boa posta de robalo**, trabalho que afundou em mais de duas horas”. (J.C. de Carvalho, CL, 133.)

Dentre os valores afetivos citados, Cunha e Cintra ressaltam que é também de caráter afetivo a construção em que uma forma feminina plural do pronome completa a expressão *fazer* (ou *dizer*) *uma das* = praticar uma ação ou dizer algo particular, geralmente passível de crítica:

“Com aquele gênio esquentado é capaz de **fazer uma das dele**”.

(Castro Soromenho, TM, 175.)

– Você andou por aí **fazendo das suas**.

g. o possessivo **nosso** de modéstia e de majestade

“Este livro nada mais pretende ser do que um pequeno ensaio. Foi **nosso** escopo encontrar apoio na história do Brasil, na formação e crescimento da sociedade brasileira, para colocar a língua no seu verdadeiro lugar; expressão da sociedade, inseparável da história da civilização”.

(S. da Silva Neto, IELPB,11.)

“Mandamos que os ciganos, assim homens como mulheres, nem outras pessoas, de qualquer nação que sejam, que com eles andarem, não entrem em **nosso** Reinos e Senhorios”.

(Ordenações Filipinas, livro V, título 60.)

h. Vosso de cerimônia – o uso do pronome *vós* como tratamento cerimonioso é o mesmo para o possessivo *vosso* (a):

“Nunca **vosso** avô, meu senhor e marido, achou que me não fosse possível compreender o ânimo dum grande português”. (J. Régio, RRS, 69.)

i. Substantivação dos possessivos – os possessivos, quando substantivados, são tratados diferentemente quando são usados no singular e plural. Veja os exemplos:

- Singular: “A rapariga não tinha um minuto **de seu**”. (A.Rangel, IV, 61.)

- Plural: “Peço-te que transmitas, em nome de todos **os meus**, sinceros agradecimentos a D. Maria Júlia e a todos **os teus**”.

(E. da Cunha, OC, II, 705.)

Observa-se, nos exemplos acima, que o uso do possessivo no singular refere-se ao que pertence a uma pessoa, já no plural refere-se aos parentes de alguém, seus companheiros.

j. Emprego do possessivo pelo pronome oblíquo tônico – em certas locuções prepositivas, o pronome oblíquo tônico, que deve seguir a preposição e com ela formar um complemento nominal do substantivo anterior, é normalmente substituído pelo pronome possessivo correspondente. Assim:

- em frente **de ti** = em **tua frente**

- ao lado *de mim* = ao **meu lado**

Enfim, Cunha e Cintra (1985), objetivam tratar como os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo utilizam a língua, em especial nesse item com os pronomes possessivos. Porém não descuidou dos fatos da linguagem coloquial, especialmente ao analisar os empregos e os valores afetivos das formas idiomáticas.

Já Bechara (2005) procura também um tratamento novo da gramática normativa e traz uma atualização no plano teórico da descrição do idioma, como é o caso dessa dissertação que abrange os infinitos valores que o uso do pronome possessivo pode trazer em diversos tipos discursivos.

Diante disso, não há como continuar a tratar os estudos gramaticais somente pelos prismas que a tradição nos apresentava, pois, com a chegada da globalização e da tecnologia, sofreremos grandes mudanças na nossa formação lingüística a cada dia.

Nesse sentido, faz-se necessário uma abordagem da gramática de uso em relação ao uso dos pronomes tradicionalmente designados possessivos.

2.4.4 O tratamento dado ao morfema possessivo na gramática de uso

De forma geral, os gramáticos dedicam um espaço em suas obras para tratar das formas tradicionalmente designadas possessivas, sem haver entre eles grandes

divergências. Por essa razão, a título de exemplificação, apresenta-se parte da gramática de uso proposta pelos autores Vilela & Koch (2001) e Neves (2000).

Segundo Vilela & Koch (2001), os pronomes e determinantes possessivos, assim tratados por eles, indicam “posse” e derivam do genitivo do pronome pessoal. : “de mim” (=> meu), “de ti” (=> teu) etc. e têm, por isso mesmo, ligação direta com os pronomes pessoais: meu => eu, teu => tu, seu => ele, nós => nosso, vós => vosso etc.

Os autores postulam que os pronomes possessivos podem funcionar como determinantes e como substitutos. Mas, tanto Bechara (2005), como Cunha e Cintra (1985) tratam, em vez de substitutos, como pronome substantivos ou substantivados.

a. Como substitutos ocorrem na seguinte forma de seqüência => artigo + possessivo:

– Queres escrever com **a minha** esferográfica? – Não, prefiro **a minha**.

Assim, Vilela e Koch apresentam, como início deste item, as formas possessivas semelhantemente a Cunha e Cintra (1985), Bechara (2005) e Neves(2000).

O possessivo também pode prestar-se a ambigüidades. Assim **seu, sua, seus, suas** podem indicar uma coisa possuída e um só possuidor:

Ele trouxe a **sua roupa** suja [= de alguém?].

Ele veio e trouxe a roupa suja.

E, ainda, vários possuidores e uma só coisa possuída:

Eles trouxeram a **sua** motorizada [= deles].

No caso de o contexto ainda não deixar claro quem é o possuidor, deve usar-se **dele, deles, do senhor, do amigo**, etc.

b. os possessivos como determinantes ocorrem nas seguintes seqüências:

artigo + possessivo + nome > **O meu colega** escreveu-me.

artigo + possessivo + adjetivo + nome > **O meu melhor** *amigo* escreveu-me

demonstrativo + possessivo (+ adjetivo) + nome > **Este teu estimado** *amigo*
continua ao dispor

demonstrativo + nome + possessivo > **Este amigo meu** é uma preciosidade

todos /ambos + artigo + possessivo + nome > **Todos os meus alunos** que vão a
exame preparam-se.

possessivo (+ adjetivo) + nome > **Teu pai** continua um homem às direitas.

indefinido / numeral + nome + possessivo > **Qualquer amigo meu** pertence a
uma dada classe de pessoas.

nome + possessivo > **Cartas minhas**, ele nunca mais recebe!

c. Ocorrências em que o uso do artigo não é pertinente:

Falo em **meu /seu nome**

Faço as coisas por **minha conta**.

Vossa Exa. pode chegar aqui.

Seu cabeça de asno!

Verifica-se que, normalmente, usa-se o artigo com o possessivo, embora haja seqüências em que o artigo não pode ocorrer, como os exemplos acima.

d. O uso do possessivo em relação a seres inalienáveis:

Ele partiu o braço. (Ele partiu o **seu** braço)

Ele continua a viver com a família.

(Ele continua a viver com **sua** família)

Segundo os autores, o possessivo não se usa com os chamados “inalienáveis”, ou seja, tudo aquilo que se pressupõe que é pertença própria ou de que não podemos dispor.

e. Substituição do possessivo por *próprio* e *mesmo* como realce de idéia:

Ele defende-se com os **seus próprios** meios / com **suas próprias** mãos.

Para se enfatizar ou realçar a idéia de posse, pode haver um reforço da possessividade utilizando-se das palavras *próprio* e *mesmo*.

f. O possessivo como valores estilísticos:

Ele deve ter os **seus sessenta anos**.

Vai beber o **seu vinhozinho do porto**?

Diante desses exemplos, percebe-se que os autores tratam o possessivo com vários valores estilísticos os quais exprimem, através de outras categorias gramaticais, a idéia de “proximidade”, “cerca de” etc.

No entanto, Neves (2000) trata dos possessivos por cinco segmentos com a finalidade de discutir as diferentes situações dos possessivos em uso. Esses segmentos são:

- a. a natureza pessoal da relação possessiva;
- b. O elenco dos possessivos;
- c. Posições sintáticas dos possessivos;
- d. Relações semânticas expressas pelo possessivo;
- e. Particularidades de construções possessivas.

Assim, para Neves (2000, p. 471) explica essa natureza, assim:

- a. A natureza pessoal da relação possessiva

... é um tipo de referência pessoal é isso acontece pelos elementos tradicionalmente chamados possessivos. Assim, se alguém diz MEU livro, está relacionando duas pessoas: a pessoa que fala (1ª pessoa) e o livro (3ª pessoa). Em TEU livro, por sua vez, as pessoas relacionadas são a 2ª e 3ª, e, assim por diante. Isso significa que, quando se usa um possessivo como determinante do nome, há sempre uma 3ª pessoa (representada por um nome, ou substantivo) posta em relação com outra pessoa, que pode ser a 1ª, a 2ª ou a 3ª, sendo essa diferenciação marcada pela própria forma do possessivo:

POSSESSIVO	SUBSTANTIVO
1ª / 2ª / 3ª pessoa	3ª pessoa

Como exemplo:

1ª e 3ª: Todas as *minhas predileções* vão para o passado. (MH)

2ª e 3ª: Tenho a *Tua ficha!* (BO)

3ª e 3ª: Cada país tem *seu uso*, cada roca tem seu fuso. (MPF)

Logo, a relação que as construções possessivas expressam é, pois, para a autora, uma relação bipessoal.

b. O elenco do Possessivo

Existem cinco possessivos que fazem referência às três pessoas gramaticais do singular e do plural, não significando que a correspondência seja um a um. Conforme aponta Neves (2000, p. 472) no quadro :

	SINGULAR	PLURAL
1ª pessoa	meu	nosso
2ª pessoa	teu	vosso
3ª pessoa	seu	

Como citamos no início deste item, o esquema apresentado por Bechara (2005) é semelhante ao apresentado por Cunha e Cintra (1985) e, agora, o mesmo apresentado por Neves (2000). Para eles, os pronomes possessivos são os que indicam a posse em referência às três pessoas do discurso. Assim:

b.1 as formas se flexionam em gênero e em número, conforme acompanhem substantivo no masculino ou no feminino, no singular ou no plural. Assim:

“Mas antecipo que honraremos **nosso compromisso** com Deus por meio dos mais pobres”. (VEJ)

“Numa das viagens, encontrou no caminho o objeto dos **meus cuidados**”. (MEC)

“Doutor, então o Senhor acha que **minha doença** é psicológica?” (HOM)

b.2 as formas **seu, sua, seus, suas**, que são formas de 3ª pessoa, podem referir-se à 2ª pessoa, isto é, à pessoa com quem se fala, se o pronome escolhido para referência a essa pessoa for você, ou um pronome de tratamento, como **Vossa Senhoria, vossa excelência**:

“Cumprir as instruções do *seu* telegrama trezentos e vinte e cinco, e apresso-me a transmitir a Vossa Excelência a resposta do ministro Alvarez”. (DIP)

b.3 a expressão da relação possessiva pode ser operada não apenas pelo elemento formalmente possessivo, mas ainda pelas expressões:

de + substantivo;

de + pronome pessoal (só 3ª pessoa) ou

de + pronome de tratamento (incluída a forma você).

Neves (2005, p. 473) aponta o sintagma possessivo da seguinte maneira:

SINTAGMA POSSESSIVO	
	Pronome Possessivo
SUBSTANTIVO	de+substantivo
	de+ pronome pessoal de 3ª pessoa
	de + você, Vossa Senhoria etc.

b.4 No que se refere ao *pronome possessivo*

“Aos doze anos, diz o pai, **meu filho** Jorge já havia quase perdido os hábitos infantis enquanto Jacques os conservava surpreendentemente aos dezessete anos”. (AE)

b.5 No que se refere ao *de + substantivo*

“Previa muita coisa, menos aquela **fraqueza de Sílvio**”.

b.6 No que se refere ao *de + pronome pessoal de 3ª pessoa*

“Agora Candinho quase não conversa comigo. Fico falando sozinha no jantar só para distrair a **cabeça dele**, o médico disse que é bom”. (AF)

b.7 Substantivo + de + você ou um pronome de tratamento

“Olha que eu boto a boca no mundo e sei os **podres** de todos, **de você**, e **de seus amigos**”. (BB)

A autora postula que, muitas vezes, o emprego de *de + substantivo* ou *pronome*, no lugar de um possessivo, evita dupla interpretação, pela possibilidade de deixar expressos:

- a pessoa do possuidor

“Estou impressionado com as **pastagens do senhor**. Nunca vi terras tão boas para capim”. (ALE)

- o gênero do possuidor

“De importante, além disso, só o diálogo de Beatrice com o monge da portaria, sobre o **bustiê dela**, que afrontava ostensivamente a gravidade do batistério”. (ACM)

c. Posições sintáticas dos possessivos

c.1 o possessivo pode funcionar como determinante do nome, quando ocupar a segunda posição no sintagma nominal. Assim, ele pode vir precedido dos determinantes que ocupam a primeira posição nesse grupo e também do elemento todo, que é um pré-determinante:

“Mas **esse teu** discurso é uma plataforma de governo”. (REA)

Porém, a autora não descarta a possibilidade de não ser necessário à ocorrência de nenhum determinante antes do grupo formado por possessivo + substantivo, isto é, a primeira posição pode estar vazia:

“Abrão Lincoln e **o seu** amor à leitura”. (BIB)

Em relação à posição do pronome possessivo, a autora afirma que a mudança do morfema possessivo para depois do substantivo é possível, ocorra ou não outro determinante na primeira posição.

“Meu filho, tivemos **notícias tuas** pelo teu tio que chegou ontem”. (JT)

“Isso é **negócio seu?**” (FP)

c.2 o possessivo pode exercer a função de predicativo ou de pronomes pessoais.

“A culpa é *sua*”. (MEC)

“A Amazônia é *nossa*”. (VEJ)

d. Relações semânticas expressas pelo possessivo

O uso do possessivo pode resultar sentidos diferentes em um grupo formado por possessivo + um substantivo. Assim, **Meu livro** pode significar:

O livro que eu possuo. (= que eu comprei, que eu ganhei etc.)

ou

O livro que eu escrevi.

Diante disso, percebe-se que posse é apenas uma das relações que são indicadas quando se usa um morfema possessivo.

Nesse sentido, as expressões possessivas formadas por meio da *preposição* de + substantivo ou pronome pessoal / pronome de tratamento expressam diversas relações semânticas:

d.1 Posse propriamente dita: o possessivo remete ao possuidor; o substantivo indica o possuído:

“Lá seguiram eles, proprietários para a **sua propriedade**”. (BJ)

“E o **gado do senhor**, bem ”empastado” como é...” (BS)

“Mas o senhor já conhece a **fazenda dele**, não é?” (BS)

d.2 Pertença.

d.2.1 A formação de um todo inteiro: o possessivo remete ao todo; o substantivo indica parte do todo. Inclui-se a chamada “posse inalienável”, que é a que se refere a “possuídos” que não podem, em princípio, ser separados do “possuidor”, como ocorre, por exemplo com as partes do corpo:

“**Teu** olho está claro, claro, virou água”. (BE)

“Os cabelos **dela** eram claros”. (BS)

A posse inalienável é, geralmente, expressa, em português, pelo simples artigo definido:

“Moveu lentamente **os pés**”. (B)

“Eu podia ter quebrado **o braço**”. (FP)

d.2.2 Inclusão em um todo abrangente (um conjunto)

- O possessivo remete ao incluído: o substantivo indica o todo includente. O includente é uma coletividade, uma classe, um grupo, um ambiente, até uma época:

“O ser humano é capaz de adoecer a partir de **seu mundo emocional** e a partir de **seu mundo social**”. (HOM)

“Tenho saudades imensas na aridez dos **nossos dias**”. (JC)

- O possessivo pode apresentar uma relação espacial:

“Ali, à **minha esquerda** fica o guarda-roupa”. (FP)

“Quero você do **meu lado**”. (FP)

Outros valores semânticos que o possessivo pode exercer em relação ao sintagma nominal são quando:

- o possessivo exerce o papel de agente.

“Quanto maior for a diluição do remédio, mais profunda será **sua ação**”. (HOM)
> (ele age)

– Até hoje não me lembro de ninguém que tenha recusado **nossa ajuda**. (VEJ)
> (nós ajudamos)

- o possessivo pode remeter ao argumento que representa o afetado pelo processo:

“É importante que os médicos colaborem no sentido de detectar novos focos da doença e evitar a **sua propagação**”. (JC) > (A doença se propaga)

“**Minha eleição** retrata e confirma as liberdades cívicas”. (COL) > (eu fui eleito)

- o possessivo pode remeter ao argumento que representa o Efetuado.

“Ao morrer, como é que vou explicar a **meu criador** não ter sido um famoso astro de televisão?” (VEJ) > (O criador me criou)

- o possessivo pode remeter ao argumento que representa o Experimentador

“E o **meu medo** diante delas?” (BE) > (eu tenho medo)

“Esqueceu por anos **suas dores** pessoais” (BE) > (ele tem dores)

- o possessivo pode remeter a um argumento não-afetado, que, no caso, é simples suporte do estado.

“Como o tempo **sua magreza** mais se acentuava”. (BS) > (Ele é magro)

“Acácia-negra por **sua beleza**, é sempre lembrada como árvore ornamental”.
(GL) > (Acácia-negra é bela)

- o possessivo pode indicar aproximação.

“Abre-se a porta e aparece um rapaz de **seus 23 anos**”. (REA) >
(O rapaz tem cerca de 23 anos)

- o possessivo pode remeter ao beneficiário de uma ação ou de um processo.

Para Neves (2000, p.479):

como argumento do nome, o possessivo pode exercer uma série de papéis semânticos em relação ao nome predicador, que é núcleo do sintagma nominal em que o possessivo está como determinante. Dessas relações decorre o efeito de sentido do sintagma possessivizado. Alguns desses papéis semânticos podem ser:

Junto de nomes valenciais, os possessivos ou suas equivalentes expressões possessivas iniciadas por *de* podem referir-se a um dos argumentos desse nome predicador. (2000, p. 479)

d.3 junto de nomes (concretos ou abstratos) que indicam vantagem ou prejuízo:

“Ao notar meu embaraço, viestes em **meu auxílio**”. (CAR-O) >
(eu recebi auxílio)

d.4 junto de nomes designativos de atividades profissionais:

“Chego a esta casa com **meus escreventes** e meus sonhos”. (CAR-O) >
(eles trabalham como escreventes para mim)

“O presidente acatará a sugestão de **seus assessores**”.(VEJ) >
(eles prestam assessoria ao presidente)

d.5 o possessivo pode remeter ao argumento que exerce o papel de causativo.

“Qualquer música é na verdade uma droga psicotrópica universal, daí **seus efeitos** misteriosos”. (SL) > (A música produz efeitos)

d.6 o possessivo pode remeter ao argumento que indica fonte ou origem:

“O turismo é hoje o segundo negócio mundial, só superado pelo setor de petróleo e **seus derivados**”. > (Do petróleo se originam derivados)

d.7 o possessivo pode remeter ao argumento que indica meta dessa ação:

“Sem as pernas eu não posso ir ao **teu encontro**”. (MPF) >
(Eu vou encontrar-me contigo)

d.8 o possessivo pode remeter a um outro nome que tenha papel semântico em ações ou processos implicados na relação entre os dois nomes:

- Remete à pessoa ou entidade que executa uma obra (relação produtor / produto):

“O programa induzirá a indústria brasileira a melhorar a qualidade de **seus produtos**”. (OG) > (A indústria produziu os produtos)

- remete a um agente controlador. Nesse caso, o nome possessivizado pode não referenciar a ação, mas, sim, o instrumento da ação:

“Evidentemente a minha sintaxe divergia da de Miguel” (MEC) >

(Eu usava a sintaxe)

- remete a diversos outros tipos de participantes em eventos ou situações

“Tenho a **tua ficha**”! (BO) > (= A ficha referente a ti)

“Cada um pro **seu caminho**” (MPF) > (= o caminho que cada um faz)

d.9 o possessivo deve recorrer-se às relações frasais, ou, mesmo, a um contexto maior, quando:

- com nomes que têm mais de uma possibilidade de interpretação semântica:

“Saíra de madrugada. E a cada *partida sua*, velinhas se acendiam ao pé da Virgem” (BS)

- partida: nome de ação (= saída)

- sua: Agente

“Por que me lembro de Elvis nesta Alemanha? A **partida dele**, poríamos.” (BE)

- partida: nome de processo (=morte)

- ele: afetado

- com nomes que remetem a mais de um argumento possível de ser representado por possessivo, assim, comparemos:

a) O que eu sei é que **sua comida** era inigualável. (BAL)

a') **Sua comida** será fornecida por uma companhia aérea. (FSP)

Assim, em a), o possessivo **sua** remete ao Agente (pessoa que preparou a comida), enquanto em a') **sua** remete ao Destinatário (pessoa para a qual a comida foi preparada).

e. Particularidades de construções possessivas

e.1 o possessivo pode indicar o envolvimento dessa pessoa no que se expressa:

“Mas a gente sabe que o **nosso juiz** está acima de nossas cabeças!”. (AMI)

e.2 o possessivo pode indicar certa indeterminação numérica:

“Ele teve **seus** excelentes **momentos** no governo da Paraíba”.(VEJ)

e.3 o elemento próprio constitui reforço do possessivo:

“Roberto Medina depõe hoje em **sua própria** casa”.

e.4 o possessivo feminino como pronome de tratamento.

“Venho aqui a chamado de **sua Excelência** o Governador, declaro mais que ignoro a razão do chamado”. (AM)

“Não está **vossa senhoria** me reconhecendo?” (ACT)

e.5 o possessivo com função de vocativo, junto de adjetivos qualificadores de conotação negativa, as formas **seu, sua, seus, suas** expressam uma provocação:

“Fala baixo, **sua idiota**”. (VA)

“Pode escolher as suas armas que eu acabo com você, seu porco traidor”. (FSP)

e.6 o possessivo **meu** (e suas flexões) é usada em vocativos:

- indicando tratamento cerimonioso:

“Pois não, **minha senhora**, às suas ordens”. (CCA)

- indicando afetividade ou intimidade:

“Volte sempre, **minha querida**, volte sempre!” (CP)

- indicando ironia e desprezo:

“Se você, **minha querida**, um dia bater em minha porta, juro que vou esmagar sua cabeça”. (FSP)

e.7 o possessivo **seu** pode ser usado junto de nome próprio masculino para tratamento respeitoso, logo não tem valor de posse.

“**Seu Antonio** disse que greve é coisa de vagabundo”. (EM)

e.8 o possessivo como Pronomes pessoais oblíquos átonos podem apresentar valor de posse

“Vendo-me, segurou-**me** o braço”. (CBC)

(= segurou o meu braço)

“A ruiva enxugava-**lhe** os cabelos”. (N)

(= enxugava os seus cabelos)

Como se pôde verificar, Neves procura fazer uma revisão diferenciada e mais ampla dos usos dos pronomes possessivos em relação a Bechara (2005), Cunha e Cintra (1985) e Vilela & Koch (2001). A autora insere um enorme conjunto de exemplos para o uso dos pronomes possessivos no português brasileiro. Já Vilela & Koch (2001) postulam que os pronomes e determinantes possessivos indicam “posse” e derivam do

genitivo do pronome pessoal, porém apontam esses determinantes de uma maneira muito restrita.

Logo a revisão realizada, neste capítulo, objetivou demonstrar o tratamento que as gramáticas pós a NGB fazem do uso dos pronomes tradicionalmente designados possessivos é ainda problemático e que merece uma maior investigação, pois não abrange tais questões do português brasileiro.

Assim, os autores procuram abordar as situações de uso em que se enquadram os pronomes possessivos na língua portuguesa; todavia, tratam do uso do possessivo de uma maneira limitada.

Em síntese, os tratamentos gramaticais revisados para o pronome possessivo podem ser sintetizados em gramaticalização sincrônica e apresentam dois tipos de tratamento para os possessivos: morfossintático e morfossemântico.

No morfossintático, o possessivo é tratado entre os determinantes dos substantivos e que flexionam em gênero e número, concordando com o substantivo. É visto, também, como pronome, substituindo o adjetivo e o substantivo com a inserção do artigo definido.

Já o tratamento morfossemântico, considera os possessivos como pronome adjetivo, porém há gramaticalização, na medida em que o valor de posse é substituído, semanticamente, por valores como:

- O uso do possessivo em seres inalienáveis:

Ele partiu o braço. (Ele partiu o **seu** braço)

Ele continua a viver com a família. (Ele continua a viver com **sua** família)

Todavia, o tratamento dado pelos gramáticos revisados é relativo à dimensão da frase, com segmentos de texto em contexto zero.

Logo, embora haja bases da gramática funcional, o tratamento dado aos morfemas “pronome adjetivo possessivo”, não dá atenção à dimensão textual, nem discursiva.

CAPÍTULO III

Resultados obtidos: Gramática e Gramaticalização - os morfemas possessivos do português

Este capítulo apresenta os resultados obtidos da pesquisa e análise do morfema possessivo em língua portuguesa, de forma a situá-lo tanto na dimensão sistêmica, quanto na discursiva, a partir de uma visão diacrônica e sincrônica.

Nesse sentido, pretende-se verificar os processos de mudança e criação lingüística presentes no uso dos morfemas possessivos, aplicando as categorias de análise da gramaticalização na construção de sentidos.

Para tanto, faz-se necessário situar a origem da noção de posse a partir do discurso jurídico.

3.1 A posse na visão do discurso jurídico

O discurso jurídico brasileiro focaliza a posse a partir da origem, do conceito, do objeto da posse e das noções históricas do direito de propriedade.

3.1.1 A origem da posse

Conforme Diniz (2004, p. 34), a origem da posse dá-se por meio de duas grandes teorias: a de Niebuhr e a de Ihering:

Na teoria de Niebuhr - a posse surgiu com a distribuição, a título precário, de terras conquistadas pelos romanos, passando a ser um estado de fato protegido pelo interdito possessório;

Na teoria de Ihering - posse é consequência do processo reivindicatório.

3.1.2. Conceito de posse

De acordo com Diniz, o vocábulo “posse” é empregado nos sentidos *impróprio* ou *próprio* (técnico).

Empregado em sentido *impróprio* para designar:

a. A “propriedade”, pois é comum na linguagem popular afirmar-se:

A possui uma casa.

Nesta frase, não há indicação que A é possuidor, mas sim proprietário. Na nossa Constituição de 1891, no art. 69, § 5º, prescrevia-se: “São cidadãos brasileiros, os estrangeiros que possuírem bens imóveis no Brasil”. Nesse sentido, a posse exprime o sentido de “propriedade”.

b. A “condição de aquisição do domínio”, já que na era romana só se obtinha o domínio com a tradição, que consistia na entrega da posse pelo alienante ao adquirente.

c. O “domínio político”, refere-se à posse de um país. Camões emprega o vocábulo “posse” nesse sentido, em sua obra *Os Lusíadas*, Canto III, estrofe 103, ao escrever: “Para vir possuir a nobre Espanha”.

d. O “exercício de um direito”, que se encontra – se no nosso Código Civil no art. 1.547, concernente à posse do estado de casados para os que passavam como tais aos olhos do mundo.

e. O “compromisso do funcionário público” de exercer com honra sua função . É nesse sentido de assumir um cargo que, em direito administrativo, se fala em posse de um funcionário e que a Constituição de 1891 empregava o termo “empossar”, ou seja, “tomar posse”.

f. O “poder sobre uma pessoa” , ocorre no direito de família, pois é comum dizer “posse dos filhos” para designar o poder que o pai tem sobre eles, de tê-los em sua companhia , de reclamá-los de quem os detenha

Quanto ao sentido *próprio* ou *técnico*, há duas grandes escolas que procuram delimitá-lo:

A *teoria subjetiva* de Savigny (1866) define a posse com o poder direto ou imediato que tem a pessoa de dispor fisicamente de um bem com a intenção de tê-lo para si e de defendê-lo contra intervenção ou agressão de quem quer que seja.

Logo, nesta perspectiva, dois são os elementos constitutivos da posse: o *corpus* e o *animus domini*. O *corpus* é o elemento material que se traduz no poder físico sobre a coisa ou na mera possibilidade de exercer esse contato, ou melhor, na detenção do bem ou no fato de tê-lo a sua disposição. O *animus domini* consiste na intenção de exercer sobre a coisa o direito de propriedade. De maneira que, se houver apenas o *animus*, a posse será tida como um fenômeno de natureza psíquica que não interessará ao direito e, se houver tão-somente o *corpus*, haverá a “posse natural” e não jurídica.

Já a *teoria objetiva* de Ihering (1893) propõe que, para constituir, a posse, basta o *corpus*, dispensando, assim, o *animus*, de forma a sustentar que esse elemento está ínsito no poder de fato exercido sobre a coisa ou bem.

Diante disso, para o autor, a posse é a exteriorização ou a visibilidade da propriedade, ou seja, a relação exterior intencional, existente normalmente entre o proprietário e sua coisa.

Assim, perante o direito brasileiro, para que haja posse, além dos elementos constitutivos apontados por Ihering (1893), deve conter, como ato jurídico que é:

- a . sujeito capaz (pessoa natural ou jurídica);
- b. objeto (coisa corpórea ou incorpórea);
- c. uma relação de dominação entre o sujeito e o objeto, um ter da coisa por parte do sujeito.

Caso venha faltar qualquer um dos elementos apresentados acima, não se poderá falar em relação possessória.

3.1.3. Objeto da posse

Segundo Diniz (2004), os objetos de posse podem ser todas as coisas que sejam objetos de propriedade, corpóreas (menos as não comercializadas) ou incorpóreas (com exceção da propriedade literária, artística e científica), pois, em nossa legislação civil, a posse não está limitada aos bens corpóreos.

Os bens corpóreos de domínio particular, ainda que caracterizados com cláusula de inalienabilidade, podem ser objeto de posse por parte de outra pessoa além do

proprietário. Por exemplo, a locação e o arrendamento, pois, apesar de inalienável, o bem pode ser alugado ou arrendado e, assim, o locatário e o arrendatário terão a posse direta.

Quanto à posse das coisas coletivas, convém distinguir as universalidades de fato, das de direito. Para as primeiras, uma vez que, compostas de objetos que são individualmente passíveis de posse, esta recai sobre cada um deles. Para as segundas, apesar de serem uma abstração jurídica, todos os seus elementos componentes podem ser objetos de posse, pois consistem em direitos patrimoniais.

Há, também, a posse dos diretos reais de fruição: o uso, o usufruto, a habitação e as servidões; a posse de garantia: penhor anticrese, com exceção da hipoteca; e ainda, os direitos pessoais patrimoniais e de crédito.

3.1.4 Noções históricas do direito de propriedade

Segundo Sternberg (1930), seria impossível a análise dos problemas jurídicos sem a observância do seu desenvolvimento através dos tempos.

No início das civilizações, as formas originárias da propriedade tinham um sentido comunitário. Por exemplo: entre nossos indígenas, no tempo da descoberta do Brasil, havia domínio comum das coisas úteis, entre os que habitavam a mesma oca, individualizando-se, tão somente, a propriedade de certos móveis, como redes, armas e utensílios de uso próprio. O solo, por sua vez, era pertencente a toda a tribo e isso, temporariamente, porque nossos índios não se fixavam na terra, mudavam de cinco em cinco anos. É, no direito romano, que se encontra a raiz histórica da propriedade e que é passada de geração, para geração até os tempos atuais, no Brasil, com modificações.

Na era romana, preponderava um sentido individualista de propriedade, apesar de ter havido duas formas de propriedade coletiva: a da *gens* e da família. Nos

primórdios da cultura romana, a propriedade era da cidade ou *gens*, possuindo cada indivíduo uma restrita porção de terra (1/2 hectare), e só eram alienáveis os bens móveis. Com o desaparecimento dessa propriedade coletiva da cidade, sobreveio a da família, de forma a aniquilar a propriedade coletiva.

Na idade média, a propriedade sobre as terras teve papel preponderante, prevalecendo o brocardo (máxima) *nulle terre sans seigneur*. Inicialmente, os feudos foram dados como usufruto condicional a certos beneficiários que se comprometiam a prestar serviços, inclusive militares. Com o tempo, a propriedade sobre tais feudos passou a ser perpétua e transmissível apenas pela linha masculina. Havia distinção entre os feudos dos nobres e a terra do povo, que, por sua vez, deveria contribuir onerosamente em favor daqueles, sendo que os mais humildes eram despojados de suas terras.

No começo da colonização brasileira, os portugueses ainda viviam em sistema feudal. Dessa forma, para colonizar o Brasil, foi implantado o sistema de capitâneas hereditárias. Este exerceu influência em nossos costumes, embora a maioria dos capitães não tivesse tomado posse das terras doadas.

Quando se trata da perda de propriedade, um dos casos previstos no Código Civil é a alienação.

A alienação é o modo mais expressivo do proprietário usar da livre disponibilidade de seus bens. É uma forma de extinção subjetiva do domínio, em que o titular desse direito, por vontade própria, transmite a outrem seu direito sobre a coisa. Essa transmissão pode ser a título gratuito, como a doação ou compra, venda, troca entre outros.

Em síntese, no discurso jurídico, houve mudanças para o conceito de posse no percurso histórico da sociedade brasileira, sendo que, na atual contemporaneidade, a

posse é considerada como propriedade decorrente de aquisição, herança, doação e conquista.

3.2 A posse numa visão lingüística

Conforme Borba (1971), o possessivo é relativo tanto à posse alienável quanto à inalienável. A posse alienável é quando o possuidor pode se separar ou perder o possuído. Há línguas que têm uma partícula típica funcional para enunciar a posse alienável.

Em chinês, por exemplo, ocorre para a posse alienável:

wǒ de jwǒdz (w ǒ – eu , de – funcional , jwǒdz – mesa) = minha mesa.

A posse é inalienável definida por: o possuidor não pode se separar do possuído, ambos estão indissolúvelmente ligados. Há línguas que têm uma partícula típica funcional para a posse inalienável ou uma partícula facultativa.

Em chinês, por exemplo:

wǒ de shǒu = mão ou wǒ shǒu = minha mão

Em língua portuguesa, a posse alienável e inalienável é enunciada pelos mesmos morfemas possessivos.

Assim, Aurélio (2004) trata a posse como:

1. Detenção de uma coisa com o objetivo de tirar dela qualquer utilidade econômica.
2. Estado de quem frui uma coisa ou a tem em seu poder.
3. Investidura em cargo público, ou função gratificada, ou posto honorífico, etc.: *Amanhã será a posse do novo diretor da Biblioteca Municipal.*
4. A solenidade da

investidura em cargo público, função gratificada, posto honorífico, etc: *A posse do novo acadêmico revestiu-se de grande pompa*. 5. Indicação gramatical de relação de “propriedade”, ‘pertinência”, entre possuidor e possuído (CF. Alienável e Inalienável). 6. Área correspondente a uma légua quadrada.

3.3 O uso de morfemas possessivos e as regras sistêmicas de transformação.

Em língua portuguesa os morfemas possessivos são usados tanto para expressar o valor semântico de posse quanto para indicar regras gramaticais de transformação frasal e de sintagma.

Tendo em vista o propósito de tratar da diversidade de uso dos morfemas possessivos, a escolha de anúncios publicitários, notícias, situações de comunicação particular, tiras e variados tipos de discursos demonstram a ocorrência do uso deste morfema lexical conforme apresentam os resultados obtidos.

Alguns enunciados dos resultados obtidos encontram-se nos anexos, outros não, em razão de terem sido colhidos da oralidade.

3.3.1 Morfemas possessivos com valor de posse

Para expressar o valor de posse, usa-se, no português brasileiro, o morfema possessivo tanto como adjetivo, quanto como pronome.

No que se refere aos morfemas possessivos adjetivos, a regra morfossintática indica o seu uso antecedendo o substantivo. Por exemplo:

Minha casa está situada em Jundiaí.

A posse é expressa pelo valor de propriedade comprada e legalmente registrada em cartório. Porém, poderia, também, ser objeto de herança ou doação que foi oficializada como minha posse pelo registro em cartório.

A regra morfossintática do sistema é: o adjetivo possessivo concorda em gênero e número com o substantivo. Todavia, por uma questão de estilo, é possível o uso posposto ao substantivo do adjetivo possessivo. Por exemplo, no poema de Camões: “Alma minha gentil que partiste”.

O uso camoniano remonta ao século XVI, em Portugal, e é também encontrado no português brasileiro contemporâneo, como em: “Filha minha, não faça isso!”

3.3.2 Morfemas possessivos e a regra de nominalização do verbo

Diacronicamente, os pronomes e adjetivos possessivos, derivam do genitivo do pronome pessoal. : “de mim” (=> *meu*), “de ti” (=> *teu*) etc. e têm por isso mesmo, ligação direta com os pronomes pessoais: *meu* => eu, *teu* => tu, *seu* => ele, *nós* => *nosso*, *vós* => *vosso* etc.

Essa gramaticalização ocorreu para indicar a “posse” (Cf. Vilela e Koch, 2001).

Segundo uma visão diacrônica, houve também a gramaticalização do morfema possessivo com função de posse que passa ser estendida para outras funções gramaticais. Ao se estabilizar, incorpora-se no sistema, como regra que pode ser enunciada da seguinte forma:

- nominalização do verbo;
- substituição do pronome pessoal pelo adjetivo possessivo;

A título de exemplificação, são apresentados casos de nominalização de verbos intransitivos, transitivos diretos e indiretos e de ligação.

3.3.2.1 Verbos intransitivos

a. Eu viajo. > **minha** viagem
V.I

b. Ela viaja. > **sua** viagem
V.I

c. Nós morremos > **nossa** morte
VI

d. Ele sorri > **seu** sorriso
VI

e. Eu caí > a **minha** queda
VI

3.3.2.2. Verbos transitivos diretos

Nos exemplos a seguir, não há outra referência de pessoa e acontece o processo de gramaticalização, pois o verbo não fica explícito, somente o substantivo e o sujeito.

Nesse sentido, é importante ressaltar ser necessário verificar a focalização nas frases enunciadas. Conforme Neves (1997), entende-se por Foco um constituinte que carrega a informação mais saliente. Essa função é determinável apenas nas frases

enunciadas, que constituem o lugar onde se pode verificar em torno de qual tema o falante organizou a frase.

Observa-se:

a. Maria comprou a bolsa.

V.T.D

bolsa de Maria > A bolsa **dela** > A **sua** bolsa

Ou ainda:

A compra de Maria > a **sua** compra.

b. João escreveu a carta

V.T.D.

A carta **dele** > a **sua** carta

A escrita de João > a **sua** escrita.

c. Sara pagou a dívida

V.T.D.

A dívida dela > a **sua** dívida

O pagamento de Sara > o **seu** pagamento.

d. Pablo aconselhou o amigo

V.T.D.

O conselho dele > o **seu** conselho

O amigo dele > o **seu** amigo.

e. Ele confessou o crime

V.T.D.

Confissão dele > a **sua** confissão

O crime dele > o **seu** crime.

Dessa forma, há possibilidade de cancelar o verbo quando se projeta o Foco no objeto que passou a ser objeto possuído pelo possuidor, mas quando quer focalizar o ato, ou ação verbal, deve focalizar quem fez a ação verbal.

Assim:

Sua compra da bolsa

A minha compra da bolsa

A compra da minha bolsa.

Logo, o morfema **minha** determina o Foco novo.

A regra de transformação ocorre até nas histórias em quadrinhos:

Turma do Edí

WWW.TURMADOEDI.COM.BR



Na história em quadrinhos exemplificada, temos a expressão **minha redação** que indica o sujeito produtor de um texto escolar, pela regra de transformação da

nominalização do verbo. Assim, o uso de meu, teu, seu não se reduz à expressão de posse e, pela gramaticalização, o exemplo expressa um sujeito agente = eu redigir.

3.3.2.3 Verbos transitivos indireto

No que se refere aos verbos transitivos indiretos, a estrutura oracional é: S + V + Prep. + S. O uso do morfema possessivo decorre da regra sistêmica de nominalização do verbo. Por exemplo:

a. Ele necessita de ajuda. > **sua** necessidade de ajuda

V.T.I.

b. Ele se lembra da sua casa. > **sua** lembrança da antiga casa.

V.T.I.

c. Ela acreditou no amigo. > **sua** crença no amigo.

V.T.I.

d. A mulher agradeceu ao vendedor . > **seu** agradecimento ao vendedor

V.T.I

e. O pai desconfiou do filho. > a desconfiança do pai > **sua** desconfiança do filho

V.T.I.

f. Eu gosto de laranja < eu prefiro laranja > A **minha** preferência por laranja

V.T.I

g. Ele necessita de comida < a **sua** necessidade de comida

V.T.I

3.3.2.4 Verbos de estruturas nominais

No que se refere aos verbos nominais, a estrutura oracional é S N + V L + ADJETIVO. Logo, os tradicionalmente designados possessivos passam a funcionar, gramaticalmente, como sujeito de uma estrutura gramatical nominal. Acontece na estrutura da frase o apagamento do verbo e a transformação do adjetivo em substantivo.

Por exemplo:

- a. Maria é alegre. > a **sua** alegria
- b. Paulo está satisfeito. > a **sua** satisfação.
- c. Nós somos honestos. > a **nossa** honestidade
- d. Marcos é feliz. > a **sua** felicidade

Por outro lado, há casos de seleção lexical onde não se aplica a regra de nominalização e o uso dos morfemas possessivos. Por exemplo:

- e. A medalha é de prata > A prata de sua medalha. > a **sua** prata.

Nesse caso, observa-se a mudança de Foco para construção do Tema que ora é a “medalha”, ora “prata”. A impossibilidade da aplicação da regra resulta do sujeito ser inanimado; o que não permite a mudança de Foco.

Quando se diz:

- f. A árvore é verde.
- O **seu** verde (o verde da árvore)

g. O mar é azul.

O **seu** azul. (o azul do mar)

h. A água é limpa.

A **sua** limpeza. (a limpeza da água)

Já em:

i. A caneta é azul.

Não é aceitável “o seu azul”, como em (b), pois o azul, para o lexema “caneta”, pode se referir tanto à cor do invólucro da caneta quanto à cor da tinta. Nesse sentido, têm-se:

Por exemplo:

j. A **sua** cor azul ou A **sua** tinta azul

l. As garotas do Faustão > as **suas** garotas

As garotas são do Programa do Faustão

Em (l), são várias garotas do mesmo possuidor, porém “Faustão” não é o possuidor, são várias que dançam no seu programa.

Em síntese, a regra sistêmica atual da transformação do verbo em nome e o uso do morfema possessivo só poderá ser aplicada, dependendo do conteúdo sêmico do lexema selecionado.

3.3.2.5 Verbos modais

Greimas (1976) trata do sujeito de um “fazer” por meio da Competência Pragmática, proposta por ele como modalidades virtuais, atualizantes e de performance.

A seguir, apresenta-se o quadro proposto por ele (opus cit., 31):

COMPETÊNCIA PRAGMÁTICA		
VIRTUAIS	ATUALIZANTES	PERFORMANCE
querer	poder	fazer
dever	saber	

a. O possessivo em relação ao “fazer”

Esse caso já foi tratado entre as regras sistêmicas. A título de exemplificação, apresenta-se:

Por exemplo:

meu canto > eu canto

seu trabalho > ele trabalha

nossa leitura > nós lemos

minha janta > eu janto

tua limpeza > Tu limpas

seu jogo > ele joga

nosso passeio > nós passeamos

b. O possessivo em relação ao “querer”

Por exemplo:

é **meu** desejo > é desejo dele(s) > **seu** desejo

é **meu** objetivo > é objetivo dele (s) > **seu** objetivo

é **minha** vitória > é vitória dele (s) > **sua** vitória

é **minha** conquista > é conquista dele(s) > **sua** conquista

c. O possessivo em relação ao “poder”

Por exemplo:

sua fortuna > **minha** fortuna

sua decisão > **minha** decisão

sua ordem > **minha** ordem

sua força > **minha** força

d. O possessivo em relação ao “saber”

Por exemplo:

o **seu** conhecimento = conhecimento **dele**, o conhecimento **deles**.

3.3.3 Morfemas possessivos e regra de apagamento: adjetivo > pronome

O uso do morfema adjetivo possessivo como pronome decorre, também, de uma gramaticalização do sintagma nominal, por uma regra de apagamento do substantivo. Ao se estabilizar, incorpora-se no sistema, como regra que pode ser enunciada da seguinte forma:

- Quando houver a repetição do substantivo, o último é apagado, ocorrendo, assim: o adjetivo possessivo > pronome possessivo. A título de exemplificação, são apresentados alguns casos:

a. Os meus livros são diferentes dos seus livros > os meus livros são diferentes dos **seus**.

b. A sua casa fica à direita e a minha casa à esquerda > a sua casa fica à direita e a **minha**, à esquerda.

Há regras de transformação frasal e regras de transformação do sintagma. As primeiras são relativas ao uso do morfema possessivo como adjetivo; e as segundas, do morfema possessivo como pronome.

3. 4 Gramaticalização diacrônica do morfema possessivo: todo e parte

Os resultados obtidos indicam que, diacronicamente, a posse sendo relativa ao binômio possuidor/ possuído, o objeto da posse (possuído) é parte de um todo relativo aos pertences de alguém.

Por similitude, as partes de um todo passaram a ser gramaticalizadas pelo uso do morfema possessivo, com a função de todo / parte(s). Por exemplo:

- a. **Meus** braços
- b. **Meus** cabelos
- c. **Minhas** mãos
- d. **Meus** pés etc.

Numa visão sincrônica, essa gramaticalização diacrônica, cristaliza-se, de forma a ocorrer, no atual português brasileiro, o uso de duas expressões lingüísticas: a histórica e a contemporânea. Por exemplo:

- a. Histórica -Tocou-**me** as mãos

Atual -Tocou **minhas** mãos.

- b. Histórica – Penteou - **lhe** os cabelos

Atual - Penteou **seus** cabelos

Ao se estender o uso do possessivo para todo / parte, passou-se a diferenciar lingüisticamente, posse alienável de inalienável.

3.5 Dificuldades decorrentes da aplicação de regras sistêmicas

Vilela e Koch (2001, p. 219) apresentam as seguintes formas do morfema possessivo:

Um possuidor			Vários possuidores	
singular	O meu	A minha	O nosso	A nossa
	O teu	A tua	O vosso	A vossa
	O seu	A sua	O seu	A sua
plural	Os meus	As minhas	Os nossos	As nossas
	Os teus	As tuas	Os vossos	As vossas
	Os seus	As suas	Os seus	As suas

Para aplicação da regra sistêmica, ocorre um problema que pode ser situado da seguinte forma:

1. a regra de um possuidor para um possuído e um possuidor para vários possuídos, apresenta dificuldades para o uso do morfema possessivo;
2. a regra de concordância nominal do adjetivo (morfema possessivo) com o substantivo, em gênero e número, propicia dificuldade para o uso do morfema possessivo.

Como indicam Vilela e Koch, as 3as. pessoas, tanto do singular quanto do plural apresentam dificuldade de uso para o possessivo. Dessa forma, não se usa o morfema possessivo e dá-se preferência pelo morfema pessoal. Por exemplo:

“O seu cachorro está com sede. A língua **dele** está áspera”.

Nesse exemplo, o uso do possessivo “seu” cria polissemia, pois não se sabe se a língua é do interlocutor ou do cachorro.

3.6 O uso dos morfemas possessivos e a dimensão discursiva

Entende-se que o discurso é uma prática sócio-interacional que se define por: participantes, suas funções e suas ações. O texto é visto como um produto da enunciação que traz representado em língua a informação, conforme a interação comunicativa. O ato de enunciar é intencional e subjetivo e decorre da seletividade do enunciador.

3.6.1 Morfemas possessivos e pronomes pessoais: dimensão discursiva e enunciação

Segundo Orecchioni (1980), o texto enunciado traz a subjetividade do enunciador inscrita nele. Nesse sentido, para a autora, não há a oposição textos objetivos *versus* textos subjetivos. Todos os textos são subjetivos e variam dependendo do grau de subjetividade representado em língua. Um enunciador é controlado pelos papéis que os participantes de um determinado discurso representam. Assim sendo, o quadro enunciativo é formalizado por pronomes pessoais que substitui a identidade dos papéis sociais representados em um determinado discurso.

Como o texto é a parte material do discurso, ele tem tanto uma dimensão discursiva quanto lingüística.

Ao enunciar, o sujeito projeta, muitas vezes, o quadro enunciativo na dimensão discursiva.

No *corpus* analisado, durante o desenvolver desta dissertação, foram encontradas as seguintes interações de pessoas do quadro enunciativo:

3.6.1.1 Na interação eu – ele

Por exemplo, nas situações de comunicação particular:

- a. “Eu estou cheia de vontade de entrar nessa profissão para conseguir **suas** vitórias” (na profissão dele)
- b. “Esse casaco é **meu** e aquele é **seu**”.
- c. “Eu não tenho nada, mas se você deixar a **sua (dele)** foto autografada, será o **meu** sucesso.”

3.6.1.2 Na interação eu – tu

Por exemplo, nas situações de comunicação particular:

- a. “No **meu** time só entra o melhor. E no **teu**?”
- c. “Eu não vi **teu** filho entrar aqui hoje”

3.6.1.3 Na interação eu – você

Por exemplo:

- a. A tarefa é **sua**.

- b. O livro é **seu**.
- c. A **sua** palavra é tudo.
- d. Eu sou toda **sua**.
- e. Traga **seu** projeto, hoje!
- f. Retirei **seu** nome da lista de reprovados.
- g. “**Seu** remédio é *Tylenol*”. (propaganda veiculada pela TV)
- h.” *Iron* tonifica **meus** músculos e os **seus**, como tonifica os músculos dele.
Receitas para você melhorar **sua** qualidade física sem sair de casa”.
- i. “Os **seus** advogados não se entendem com os advogados do casal”.

Em (i), o morfema possessivo **seus** é relativo a você que é do quadro enunciativo; e no eixo informativo: os advogados do casal.

j. O acidente de Antonio é triste porque faz você pensar no amanhã.

> você pensar no **seu** amanhã (interação eu – você) realça **VOCÊ**

> você pensar no **meu** amanhã (interação você – eu) realça **EU**

> você pensar no **nosso** amanhã. (interação eu – nós) realça **NÓS**

l. ... ”— Qual castigar, qual nada! Interrompeu Sinhá Rita. Castigar por quê? Vá, Vá falar a seu compadre.

— Não afianço nada, não creio que seja possível.

— Há de ser possível, afianço eu. Se o senhor quiser, continuou ela com certo tom insinuativo, tudo se há de arranjar. Peça-lhe muito, que ele cede. Ande, senhor João Carneiro, **seu** afilhado não volta para o seminário; digo-lhe que não volta...” (Machado de Assis. *Contos*, 1991:51) - Anexo 1

m. **Seu** médico > com valor de prestação de serviço para alguém que é você.

n. **Seus** amigos > com valor de relação social

o. **seus** ancestrais > (pai, neto) > com valor de relação genética

p. Os gatos **do parque** da água branca > com valor de relação de lugar onde vivem

Verifica-se que, fora do quadro enunciativo, o emprego do morfema possessivo é relativo à progressão semântica da informação. Dos casos apresentados, tomamos como exemplo “O acidente de Antonio é triste porque faz você pensar no amanhã”, trata-se do futuro de Antonio e, por isso, enuncia-se: “faz pensar no amanhã dele”, não aceitando as demais pessoas.

3.6.1.4 Na interação eu – nós

Por exemplo:

- a. “Eu chamei **nosso** filho para sair com a gente”.
- b. Não é só sua filha, é **nossa** filha”.
- c. Os ladrões não mexeram nas **nossas** coisas.

- d. – Eu tenho uma casa lá na praia.
– Não é sua, é **nossa!**
- e. A gente sabe que o **nosso** padre vai melhorar. (padre da nossa paróquia)
- f. A **nossa** polícia está corrompida.
- g. **Nosso** relacionamento está cada vez mais complicado.

3.6.1.5 Na interação eu – vocês

Por exemplo:

- a. Essa tarefa é de vocês.**(suas)**
- b. Eu digito o texto, mas as idéias são **suas**.
- c. Cheguei em casa com **meus** primos e com **seus** amigos.
- d. Eles me contaram dos **seus** bons momentos da viagem.

3.6.1.6 Na interação você – você

A título de exemplificação apresenta-se um texto recebido via e-mail:

“No curso de Medicina, o professor se dirige ao aluno e pergunta:

- Quantos rins nós temos?
- Quatro! Responde o aluno.
- Quatro? Replica o professor, arrogante, daqueles que se comprazem de tripudiar sobre os erros dos alunos.

– Traga um feixe de capim, pois temos um asno na sala – ordena o professor a seu auxiliar.

– E, para mim, um cafezinho! Replicou o aluno ao auxiliar do mestre.

– O professor ficou irado e expulsou o aluno da sala. O aluno era, entretanto, o humorista Aparício Torelly Aporelly (1895 – 1971) mais conhecido como o “Barão de Itararé”.

Ao sair da sala, o aluno ainda teve a audácia de corrigir o furioso mestre:

– O senhor me perguntou quantos rins “nós temos” . Nós temos quatro: dois **meus** e dois **seus**... Tenha um bom apetite e delicie-se com o capim”. – Anexo 2

Moral da história: “A vida exige muito mais compreensão do que conhecimento”

3.6.1.7 Na interação eu – outro

Por exemplo:

a. Eu acho que **minha opinião** é muito importante.

b. Aquela senhora parece **minha avó**.

c. A **minha esquerda** fica à televisão.

d. O **meu medo** de cachorro é exagerado.

e. Tirei aquele rapaz da **minha cabeça**.

f. Ainda não chegou a **minha vez**.

3.6.1.8 Na interação eu – eles

Por exemplo:

a. Não vi a família **deles**.

b. Encontrei as coisas **delas**.

Na interação sócio-discursiva, o uso do morfema gramatical possessivo resulta de um foco dado em um pólo do quadro enunciativo. O realce pode ser na pessoa do “eu”, quem enuncia; do outro, com quem o eu interage que pode se modificar nas pessoas tu, você, vocês, na pessoa do “ele”; de quem se fala. Essas pessoas podem estar tanto no singular (eu – outro: tu, você), quanto no plural (nós – outros: eles, vocês).

O uso dos pronomes pessoais “tu” e “você” são variáveis lingüísticas dialetais.

Na interação sócio-discursiva, é freqüente o uso do morfema possessivo para dar:

- Ênfase

Você é muito **minha, minha** filha.

- Para indicar respeito ou polidez:

Por favor, **minha senhora**, passe adiante!

- Para indicar intimidade ou amizade:

Hoje, **meu prezado** amigo, vamos fazer uma linda comemoração.

- Para indicar preferência ou interesse:

Hoje vou ficar com o **meu Machado de Assis**.

3.6.1.9 Na interação nós – você

Por exemplo:

a. “A **nossa** função é cuidar do **seu** bem estar”.

No quadro enunciativo o “eu” está contido no conjunto “nós” e “ele” está excluído deste conjunto “seu bem estar”

b. “Há 90 anos, estamos escrevendo uma história de sucesso. E **você faz parte dela**. (a história também é sua) Folha de S. Paulo 22.03.07 – Anexo 3

c. “Agora também cuidamos do seguro do **seu** veículo” - Anexo 4

3.6.2 Morfemas possessivos na variedade de discursos

Há diferentes discursos aos quais os brasileiros estão expostos. Esta dissertação seleciona a título de exemplificação algumas variedades de discursos.

3.6.2.1 Morfemas possessivos no discurso publicitário

O discurso publicitário é um discurso institucionalizado e seus participantes, funções e ações são agrupados pelas categorias: Poder, Controle e Acesso, como

qualquer discurso institucionalizado. Na categoria Poder, estão agrupados os seguintes participantes: o empresário e a cúpula de produção. Eles representam o papel do poder, na medida em que podem contratar serviços e pagar por eles, desde que atendam às suas necessidades. Esses participantes são responsáveis, também, pela produção do que será vendido.

Na categoria Controle, estão agrupados os participantes de uma agência de publicidade. Eles representam o papel da sedução que tem por função transformar o interlocutor em consumidor do produto a ser vendido.

Para tanto, eles agem a fim de: criar uma necessidade para o seu auditório e persuadi-lo de que consumir o produto oferecido fará com que a necessidade criada seja satisfeita, em pouco tempo, com pouco custo e muito sucesso.

Na categoria Acesso, estão agrupados os participantes que têm por papel executar o que o controle decidiu, a fim de que o produto representado pela sedução tenha acesso ao auditório. No discurso publicitário, é dado pouco foco ao *eu* enunciador. O que está realçado é o Outro, para haver a transformação de interlocutor em consumidor.

Por exemplo:

- a. “Nós temos aqui os três melhores tipos de aparelhos para purificação de água. Esse é seu”
- b. “Agora também cuidamos do seguro do seu veículo!”
- c. “Com o seu Citroen, tudo é assim. Você nunca viu nada assim. O seu Citroen é o melhor.” ,
- d. “Satisfação garantida ou seu dinheiro de volta”.

e. “Seus sentidos preferem um Megane da Renault”.

f. “Embora não queira, vou continuar atuando no seu mercado “

g. “Qual é a **sua**?

Se a **sua** é navegar em alta velocidade pela Internet, a **sua** é o Terra Banda Larga. Com ele você tem uma variedade de serviços exclusivos, que deixam seu passeio pela Internet ainda mais interessantes. Sem falar que você tem muitas vantagens.” - Anexo 5

Na expressão “qual é a sua?” O uso do pronome possessivo não transmite nenhum valor de posse e sim indica sua preferência, como você quer ser.

Os resultados obtidos das análises indicam que os enunciados publicitários são construídos com argumentos de:

a. Argumento de possibilidade:

“ Use o seu Itaucard e concorra a mil prêmios. Adquira já o **seu**. “

“Os **seus** sonhos é a **nossa** tarefa, venha para Nossa Caixa”

“Petrobrás, o desafio à **nossa** energia”.

“Hoje é o ultimo dia de Peugeot, o **seu** carro está aqui.”

b. Argumento de probabilidade:

“O **seu** Itaucard deu a você o **seu** sonho, vinte mil reais de prêmios, a quem já concorreu. Concorra também, o próximo prêmio é seu!

“O cartão de crédito Visa dá várias regalias. Peça já o **seu**.”

“As Casas Bahia já sortearam vinte inscritos que ganharam vários prêmios. Venha buscar o **seu**.”

“Não ande com dinheiro no bolso. Usar o débito do **seu** OUROCARD é mais prático”. – Anexo 6

Os argumentos de possibilidade são diferentes dos argumentos de probabilidade. A possibilidade remete-se à incerteza do futuro, ou seja, o que poderá acontecer que não aconteceu ainda. A probabilidade é relativa a um acontecido, ou seja, há uma prova; todavia, esta é insuficiente para uma generalização. (cf. Toulmin, 1958).

O discurso publicitário realça o interlocutor, no quadro enunciativo, e o uso do imperativo é estratégico como comando que leva o auditório a agir, conforme o argumento usado.

Por exemplo:

“Abaxe já o **seu** discador e ganhe tudo que foi projetado para **sua** felicidade.”

Em síntese, no português brasileiro essas ocorrências são do uso real e não do padrão gramatical da língua. Logo, as expressões não indicam valor de posse e sim uma atitude ou modalidade de quem fala, com quem fala, tratando-se das modalidades do “dever” e do “querer”.

3.6.2.2 Morfemas possessivos no discurso poético

O discurso poético é caracterizado por um gênero textual que se define pela enunciação em versos, com rima, métrica e linguagem poética.

Por exemplo:

...
Dorme, **meu pequenininho**
Dorme, que a noite já vem
Teu pai está muito sozinho
De tanto amor que ele tem.

...
Dorme, menino levado
Dorme, que a vida já vem
Teu pai está muito cansado
De tanta dor que ele tem

Quando a vida enfim me quiser levar
Pelo tanto que me deu
Sentir-lhe a barba me roçar
No derradeiro beijo seu
E ao sentir também **sua mão** vedar
Meu olhar dos **olhos seus**
Ouvir-lhe a voz a me embalar
Num acalanto de adeus
Dorme, **meu pai** sem cuidado,
Dorme, que ao entardecer,
Teu filho sonha acordado
Com o filho que ele quer ter. (Vinícius de Moraes 1991: 18) – Anexo 7

No exemplo acima, o uso do morfema possessivo é relativo a diferentes pessoas do quadro enunciativo: pai, filho, enunciador (mãe) e enunciatário (filho). Essa variação de pessoa guia a variação lingüística para o uso de “meu, teu e seu”.

3.6.2.3 Morfemas possessivos no discurso narrativo da crônica do cotidiano

Os resultados das análises realizadas apontam que o uso do morfema possessivo indica atitude ou modalidade de quem fala e com quem se fala. Por exemplo:

a. “...Assim iam todos votando, como se escolhessem o Presidente da República, tarefa que talvez, quem sabe? No futuro sejam chamados a desempenhar. Com a maior circunspeção. A vez de Rinalda:

– Ah, cada um **na sua**.

– **Na sua**, como?

– Eu **na minha**, a senhora **na sua**, cada um **na dele**, entende?

– Explique melhor.

– Negócio seguinte. Se a senhora quer vir de pantalon, venha. Eu quero vir de midi, de maxi, de *short*, venho. Uniforme é papo furado...”

(Carlos D. de Andrade - *O poder ultrajovem* 1985, p.17) – Anexo 8

As expressões “na sua” e “na minha” não apresentam valor de posse, pois são utilizadas para expressar uma modalidade; nesse caso podemos considerar que “sua” e “minha” são pronomes gramaticais que gramaticalizam pronomes pessoais.

Sua e **minha** são pronomes, porém estão relacionando-se a uma palavra que ele substitui, podendo ser: atitude, vida, decisão, entre outros.

3.6.2.4 Morfemas possessivos no uso oral da variedade nativa em evento discursivo particular

Na variedade nativa de pessoas de baixo nível de escolaridade, o uso do morfema possessivo gramaticaliza pronomes pessoais. Por exemplo:

“– Os senhores sabem... o muro caiu. O meu dever foi construir as bases do muro e fincar as estacas. Agora o levantar o muro é seus”.

O uso do morfema “seus” tem a mesma função do pronome pessoal “vocês”.

Dessa forma, tem-se:

Seus = a tarefa de vocês, o dever de vocês.

3.6.3 Morfemas possessivos: a dimensão textual-comunicativa e a enunciação

Na dimensão textual, os enunciados são organizados de forma a manter um tema e progredi-lo semanticamente. Na dimensão textual, como há dificuldades para o emprego das 3as. pessoas do morfema possessivo, na progressão semântica do texto, busca-se evitar ambigüidade. Assim, há tanto gramaticalização quanto uso da regra sistêmica.

Por exemplo:

- a. .O jornal informou que o policial surpreendeu o ladrão em sua casa.
- b. “Na série B, o Corinthians perdeu **seus** primeiros pontos para os da Ponte Preta, que obteve empate”.

No uso de “seus”, há gramaticalização o que não ocorreu em “os da Ponte Preta”.

- b. **Meu avô**, criança
“O olhar
Do **meu avô**”

Tem o brilho da manhã

Seu sorriso

cor-de-rosa

Mais parece de romã.

Ele cai

Na brincadeira

Como novelo de lã.

Quase esbarra

Nas estrelas

No carrinho de rolimã “ (Neusa Sorrenti 2006, p. 22) - Anexo 9

Neste trecho, o foco é dado na pessoa do enunciador “eu”. Este constrói na dimensão textual-comunicativa a representação de seu avô (pessoa de quem se fala).

c. Lula rejeita CPMF com alteração e alfineta o DEM

“O presidente Luis Inácio Lula da Silva descartou ontem mudanças na emenda que prorroga a CPMF, dizendo que quer **sua aprovação** no Senado tal como saiu da Câmara...” (Folha de S. Paulo 19-10-07) - Anexo 10

No exemplo acima, o uso de “sua aprovação” refere-se à aprovação dela (CPMF), provocando gramaticalização e regra sistêmica.

d. “– Traga uma fritada de camarão para dois. Caprichada. A coisinha amuou. Então não podia querer? Queriam querer em nome dela? Por que é proibido comer lasanha? Essas interrogações também se liam no **seu rosto...**”

(Carlos Drummond de Andrade, *O poder Ultrajovem*. 1985, p.8) – Anexo 11

Em “seu rosto” é parte do todo da menina e entra como informação nova.

3.6.4. Morfemas possessivos na inter-relação das dimensões discursivas e textual-comunicativa

Muitas vezes, há no uso efetivo da língua, em eventos discursivos particulares, a inter-relação da dimensão discursiva e da textual-comunicativa para o uso dos morfemas possessivos. Por exemplo:

- a. Texto de festa caipira, projetado na Rede Globo no dia 24-06-08
- Onde estão as alianças do **meu** casamento?
 - Hoje, vai haver casamento na roça. E Joana está acreditando em **seu** noivo.
(dimensão textual-comunicativa – informação nova)
 - Depois dessa brincadeirinha, vamos fazer **nossa** lua-de-mel de mentirinha.
(dimensão textual-discursiva)
 - Ah! Você pensa que minha filha vai nessa de Lua-de-mel de vocês? (singular / plural - dimensão textual-discursiva)
 - Você vai ver o que minhas tranças vão bater e derrubar **seu** abuso-fruto.
(dimensão textual-comunicativa)

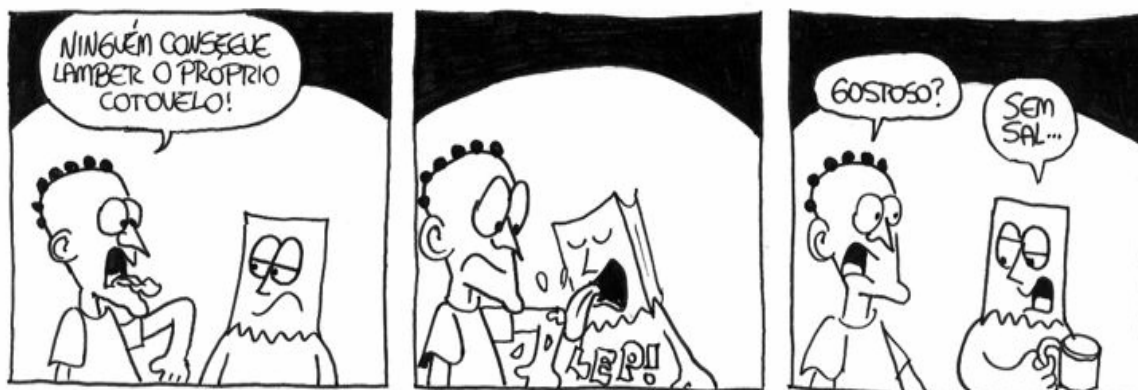
(fragmento de diálogo de um programa da TV Futura)

No exemplo apresentado, o uso dos morfemas possessivos é guiado tanto pela dimensão discursiva quanto pela textual.

- b. “Você sabia que quando o curumim perdeu a traineira do **seu** pai, ele começou a pescar na **sua própria** canoa.”

No exemplo acima, não é possível substituir o substantivo “pai” pelo morfema possessivo “sua”, pois ocorre polissemia. E para diferenciar o curumim do pai ocorre a inserção da palavra “própria” = ao que de fato lhe pertence.

- c. Tira publicada via Internet:



Publicada por Caetano Cury 23 -11-2006

Como em (b), ocorre “próprio”:

- O **seu** cotovelo
- O **próprio** cotovelo
- O **seu próprio** cotovelo

Nessa tira, têm-se as expressões “o próprio cotovelo” que apresenta uma variação de uso na substituição do possessivo. O uso da palavra “próprio” está no lugar do pronome possessivo que se refere ao cotovelo e a posse é inalienável, a parte de um todo. Em outros casos, utiliza-se a palavra “mesmo”, para substituir “próprio”, a fim de evitar ambigüidade.

d. O meu guri

“Quando, **seu moço**, nasceu meu rebento
 Não era o momento dele rebentar
 Já foi nascendo com cara de fome
 E eu não tinha nem nome pra lhe dar
 Como fui levando, não sei lhe explicar
 Fui assim levando ele a me levar
 E na **sua meninice** ele um dia me disse

Que chegava lá.

Olha aí

Olha aí

Olha aí, aí o meu guri, olha aí,

Olha aí, é o meu guri.

E ele chega..." (Chico Buarque, 1981) – Anexo 12

Na dimensão comunicativa da letra da música acima, a tradicional forma possessiva "seu moço" não apresenta posse, e sim indica tratamento cerimonioso, pois, pelo contexto, há uma relação de distanciamento entre os interlocutores. Na dimensão textual-comunicativa ocorre "sua" (sua meninice) para expressar a fase da vida do filho, a que o eu-enunciador "pai", refere-se.

e. "Depois do escândalo **dele**, ocorreu a **sua** desmoralização completa"

Neste caso, o escândalo **dele** é relativo a "de quem se fala" e a *sua* desmoralização é relativo a "com quem se fala".

f. Depois do escândalo, foi a **sua** desmoralização completa.

Em (f), há polissemia com o artigo "a". Quem foi desmoralizado? É o "tu" (interlocutor) ou é o "ele" (de quem se fala). Assim, usa-se o artigo "a" para focalizar o interlocutor.

3.6.5 Morfemas possessivos e as formas de tratamento na dimensão discursiva

Os resultados das análises realizadas indicam que o uso do possessivo expressa vários valores culturais, por exemplo: intimidade, cerimônia e afetividade.

No texto abaixo, de Drummond (1985, p. 9), temos o uso com afetividade para abrandar a atitude do pai que contraria a vontade da filha:

a. com valor de afetividade

“...– Moço, tem lasanha?

– Perfeitamente, senhorita.

O pai, no contra-ataque:

– O senhor providenciou a fritada?

– Já, sim, doutor.

– De camarões bem grandes?

– Daqueles legais, doutor.

– Bem, então me vê um chinite, e pra ela...

O que é que você quer, **meu anjo**?

– Uma lasanha.

– Traz suco de laranja pra ela....”.

(Carlos D. Andrade, *O poder ultrajovem*, 1985, p. 8) - Anexo 11

- Oh, Lula, **meu vencedor**!

- “Lula é **minha anta**!” (Diogo Mainardi, Ed. Record) – Anexo 13

No último exemplo, verifica-se que o uso do morfema possessivo indica afetividade com ironia.

b. com valor de cerimônia

O meu guri

“Quando, **seu moço**, nasceu meu rebento

Não era o momento dele rebentar

Já foi nascendo com cara de fome

E eu não tinha nem nome pra lhe dar
Como fui levando, não sei lhe explicar...”
(Chico Buarque, 1981) – Anexo 12

...” – Mas, **minha senhora**...

– Vá, vá.

João Carneiro não se animava a sair, nem podia ficar...”
(Machado de Assis. *Contos*, 1991, p.51) – Anexo 1

É interessante observar que o valor de cerimônia também é expresso além de “seu” (seu moço), pela primeira pessoa “minha, meu”. Tal uso decorre do conteúdo semântico de “senhor, senhora” na relação interlexical, pois o enunciador coloca-se em um nível inferior do interlocutor.

c. com valor de crença (religiosidade)

“Nisto chegou João Carneiro. Empalideceu quando viu ali o afilhado, e olhou para Sinhá Rita, que não gastou tempo com preâmbulos. Disse-lhe que era preciso tirar o moço do seminário, que ele não tinha vocação para a vida eclesiástica, e antes um padre de menos que um padre ruim. Cá fora também se podia amar e servir a **Nosso Senhor**. João Carneiro, assombrado, não achou que replicar durante os primeiros minutos; afinal abriu a boca e repreendeu o afilhado por ter vindo incomodar “pessoas estranhas”, e em seguida afirmou que o castigaria” ... (Machado de Assis. *Contos*, 1991, p.51) – Anexo 1

d. com valor de intimidade com uma pessoa mística

Outros ônibus pararam, a rua entupiu.

– Melhor. Todas as ruas estão bloqueadas. Assim eles não podem dar o pé.

– É uma mulher que chefia o bando!

– Já sei. A tal dondoca louca.

- A loura assalta em São Paulo. Aqui é a morena.
- Uma gorda. Está de metralhadora. Eu vi.
- **Minha Nossa Senhora**, o mundo está virado!
- Vai ver que está caçando é marido.
- Não brinca numa hora dessas. Olha aí sangue escorrendo!

(Carlos D. de Andrade O Poder Ultrajovem 1985, p. 80) – Anexo 14

Nas expressões “minha Nossa Senhora”, verifica-se que há dois morfemas possessivos: minha – valor de intimidade; nossa – valor de religiosidade, crença (a mãe de Jesus).

Em relação ao quadro enunciativo, o morfema “minha” refere-se ao eu e “senhora” refere-se a você. A gramaticalização acontece no momento em que há transformação para *você deve estar atento a minha pessoa*. Todavia , se for atenção de vocês , não podemos dizer “as suas atenções”, e, sim, que é de vocês.

e. com valor de cortesia

- Cordisburgo? É a terra do Rosa! A terra do Guimarães Rosa
 - É mesmo! – empolgou-se o marido. – A terra do Rosa!
 - Pede ao motorista pra dar uma paradinha...
 - Claro que ele vai parar.
- Mas o motorista nem ligou ao alvoroço. O marido interpelou-o, surpreso:
- **Meu amigo**, o ônibus não vai parar na cidade de João Guimarães Rosa?
 - Não senhor. Parar pra quê?

(Carlos D. de Andrade O Poder Ultrajovem 1985: 83) – Anexo 15

Os resultados obtidos indicam que o tradicional pronome possessivo, no uso efetivo da língua, é utilizado para indicar valores de afetividade, cerimônia, crença, intimidade e cortesia. Logo, para determinar o uso, dependerá da situação de comunicação em que se encontram os interlocutores.

3.7 Uma síntese: Os diferentes usos dos morfemas possessivos

As noções de posse, propriedade, parte, todo são relativas aos conhecimentos enciclopédicos sociais, armazenados na memória de longo prazo das pessoas.

Esses conhecimentos são guiados tanto pela cultura, quanto pela ideologia.

Dessa forma, quando um conceito é lexicalizado, os traços culturais e ideológicos são incorporados a seu conteúdo semântico, como parte do semema lexical.

Assim sendo, as palavras hipônimas, que se definem por conter semas genéricos e específicos, dependendo do que nomeiam, já contém entre seus semas os seguintes valores:

- De posse: entendendo-se a posse pelo binômio possuidor / possuído, o objeto da posse é adquirido, herdado, doado ou conquistado. Nesse sentido, o possuidor é o “dono”. Assim, por exemplo; os seguintes hipônimos contém posse “herança”, “canoa”, “escravo” (durante o regime escravocrata brasileiro).

- Usuário: entendendo-se usuário por aquele que usa um objeto, ainda que não seja dono exclusivo dele. Assim, por exemplo, os hipônimos: “banheiro”, “cozinha” e “sala de estar”. Essas palavras designam partes de uma residência que são usadas por diferentes pessoas. Nesse caso, por exemplo, não se compra um banheiro, mas se é usuário de um banheiro.

Logo, os resultados apresentados, neste capítulo são relativos às regras gramaticais sistêmicas à gramaticalização.

Numa breve síntese, esse capítulo tratou do uso dos morfemas possessivos em uma visão diacrônica, procurando indicar como a gramaticalização permitiu que a função da posse fosse substituída por outras funções.

Tratou, também, numa visão sincrônica, indicando que formas antigas convivem com formas contemporâneas no atual estado de línguas do português do Brasil. A gramaticalização de funções novas, em cada contemporaneidade de uso da língua, propicia entender que o sistema de uma língua é dinâmico e suas mudanças são decorrentes do social, do cognitivo e das explicações diacrônicas que estabelecem o relacionamento entre as funções construídas, no e pelo discurso, com a mudança gramatical no tempo, pela gramaticalização que se insere ao se cristalizar como regra sistêmica.

Essas mudanças são guiadas por formas de conhecimentos culturais e ideológicas que são crenças. Segundo Silveira e Sellan (2008), a cultura é um conjunto de valores construídos a partir do vivido e experienciado em sociedade que, no eixo histórico, é passado de pai para filho. Dessa forma, esses conhecimentos velhos sociais são ativados para resolução de novos problemas que ocorrem em cada contemporaneidade. Sendo assim, seleciona-se, nos conhecimentos velhos, o que pode resolver os problemas novos, de forma a dinamizar os valores culturais.

Logo, é o social que guia o individual e o individual que modifica o social. Esse é o nosso pressuposto, extraído da vertente sócio-cognitiva da Análise Crítica do Discurso, para poder se entender o que seja gramática e gramaticalização.

Assim sendo, o fundamento básico da Análise Crítica do Discurso, com vertente sócio-cognitiva, propicia explicar as diferenças entre gramática sistêmica e gramaticalização, para uma dinâmica do sistema de uma língua.

Como se pretendeu demonstrar, a noção de posse é modificada nas diferentes contemporaneidades do histórico da cultura brasileira. Porém, é guiada tanto pela cultura, como já foi referida acima, quanto pela ideologia.

Segundo Silveira e Sellan (opus cit.) ideologia é um conjunto de valores decorrentes da imposição da classe de poder e que pode, para entendê-la, aplicar o pressuposto do social que guia o individual e o individual que modifica o social. Para as autoras, a fim de que a classe dominadora mantenha-se no poder, são necessárias estratégias de manutenção: reprodução e repressão. Dessa forma, pode-se dizer que sempre os conhecimentos sociais são dinâmicos, mesmo porque, a ideologia é originada na cultura e, embora ela seja, mais estática, em relação à dinâmica cultural, quando a classe de poder cai, ela é substituída por outra classe de poder e, portanto, por outra ideologia de sustentação. A interação é vista como a relação locutor-interlocutor e o interativo é entendido na relação enunciador – seu texto. Dessa forma, quando o uso do meu, teu e seu é relativo a intenções interacionais e interativas, ocorrem focalizações que constroem saliências para guiar os interlocutores à construção dos sentidos em dimensões diferentes, seja na dimensão interacional seja na dimensão interativa.

Em outras palavras, o uso dos morfemas possessivos está situado tanto na dimensão discursiva, quanto na dimensão textual.

Dessa forma, a enunciação, que se situa na dimensão discursiva, guiada pelas intenções do enunciador, projeta focos nas diferentes pessoas do quadro enunciativo de forma a substituir o uso dos morfemas possessivos, dependendo do foco projetado nos papéis que identificam os participantes discursivos.

À guisa de encerramento deste capítulo, retoma-se o texto inicial apresentado na introdução que traz o relato de um situação de comunicação (pág. 9) em que o uso do morfema possessivo “seu” causou grande transtorno para quem não tinha pleno

domínio da língua portuguesa, no caso por se tratar de estrangeiro. Esta situação justifica o problema posto para a investigação desta dissertação.

Os resultados obtidos indicam que a dificuldade de comunicação ocorrida, com a interprete coreana e seu interlocutor, o motorista do cônsul, resulta de uma focalização indevida. Ela, por não ser falante nativa, aplicou regras sistêmicas, para progressão semântica do texto, tematizada na responsabilidade do motorista levar a roupa a um tintureiro. A enunciação textual foi reconhecida pelo motorista, falante nativo do português brasileiro, como tendo ele ganhado, na dimensão textual comunicativa, a roupa do cônsul que era para ser colocada em seu número, por um alfaiate, a fim de se apresentar devidamente vestido, no momento do jantar.

As regras sistêmicas aplicadas permitiram que o motorista entendesse que o uso do morfema possessivo *seu*, na dimensão textual, em que a informação representada em língua significou que o cônsul, dono da roupa, doava ao motorista a sua roupa para que ele se apresentasse no dia da festa vestido de forma típica.

O engano da interprete, falante estrangeira da língua portuguesa, que desconhece a gramaticalização enunciativa das pessoas discursivas, foi não ter entendido que, ao enunciar, é preciso dar foco, a partir do quadro enunciativo, a quem é o possuidor/ possuído e a quem é o responsável para satisfazer o possuidor / possuído, em suas necessidades.

Em outros termos, ela deveria ter dito:

- Sexta-feira haverá um jantar, aqui no consulado e o cônsul precisa que tudo esteja em ordem. A roupa do cônsul é de sua responsabilidade, providencie para que ela esteja limpa e bem passada, para que ele possa usá-la no jantar.

Ao encerrar este capítulo, pode-se dizer que os resultados obtidos das análises indicam que o uso efetivo dos morfemas possessivos, por brasileiros, é guiado tanto pelo sistema, quanto pelas dimensões discursiva e textual-comunicativa. Tal uso decorre tanto de regras sistêmicas quanto de gramaticalizações, numa visão diacrônica, ou sincrônica.

Considerações Finais

Para finalizar esta dissertação, são revistos os objetivos.

Como se sabe, um objetivo geral que orienta uma investigação não é mensurável, porém, acredita-se que o estudo realizado com o morfema possessivo de língua portuguesa possa trazer alguma contribuição, a inter-relacionar gramática e gramaticalização para o tratamento de fenômenos enunciativos da língua, a partir de uma visão diacrônica e de outra sincrônica. Sincronia e diacronia são métodos para investigar um objeto lingüístico. Os resultados obtidos permitem dizer que, no mesmo momento sincrônico, convivem em uso formas do passado com formas do presente.

Acredita-se, também, que os objetivos específicos tenham sido cumpridos.

1. buscar, na história da língua portuguesa, os indícios da gramática sistêmica e da gramaticalização dos morfemas “possessivos”, a partir do valor semântico da posse e suas modificações.

Este objetivo foi cumprido, na medida em que, na história da língua portuguesa, foram encontradas as formas atuais derivadas do caso latino genitivo do pronome pessoal. Assim, tem-se:

de mim > meu

de ti > teu

de si > seu

E assim por diante.

Os morfemas possessivos em suas formas atuais são:

- a. Um possuidor :

- masculino / singular : o meu, teu, seu ;
- masculino / plural : os meus, os teus, os seus
- feminino / singular: a minha, a tua, a sua
- feminino / plural : as minhas, as tuas, as suas

b. Vários possuidores:

- masculino / singular : o nosso, o vosso, o seu
- masculino plural : os nossos, os vossos, os seus
- feminino / singular: a nossa, a vossa, a sua
- feminino / plural : as nossas, as vossas, as suas

A pesquisa realizada propiciou que se pudesse entender aspectos culturais da língua portuguesa, a partir do discurso jurídico que focaliza a posse em sua origem, no conceito, no objeto da posse e nas noções históricas do direito de propriedade.

Os resultados obtidos indicam que a posse é consequência do processo reivindicatório, na teoria de Ihering; e, segundo Niebuhr, a posse origina-se com a distribuição de terras conquistadas pelos romanos que passam a ser um estado de fato protegido pelo interdito possessório.

Na Constituição brasileira, em 1891, a posse é tratada pela condição de aquisição, pela possessão de terras na formação de um país, pelo exercício de um direito, pelo compromisso do funcionário público, ao assumir um cargo, e pelo direito de família, com o poder sobre uma pessoa.

Nessa diversidade, o uso do morfema possessivo é mantido como unidade e, assim, produz uma multiplicidade de valores semânticos.

2. Examinar no uso efetivo do português brasileiro as relações entre tema e progressão semântica do texto para o uso dos morfemas possessivos no texto-produto;

Acredita-se, também, que este objetivo foi cumprido. As relações entre tema e progressão semântica do texto podem construir polissemia para o uso dos morfemas possessivos, de forma a não permitir que se identifique ou o (s) possuidor (res) e o (s) objeto (s) possuído (s). Essa dificuldade decorre dos morfemas possessivos de 3ª pessoa que são:

- singular : o seu, a sua (para um possuidor)
o seu, a sua (para vários possuidores);
- plural > os seus , as suas (para um possuidor)
os seus, as suas (para vários possuidores)

A similitude desses morfemas decorre da regra sistêmica de concordância nominal: o adjetivo concorda com o substantivo em gênero, número e grau. A título de exemplificação, apresenta-se:

“Tomara que a necessidade deles seja satisfeita”

Para resolver a polissemia, a regra sistêmica de nominalização do verbo e a seleção do morfema possessivo não podem ser aplicadas, pois constrói polifonia.

“Eles têm necessidade”
a necessidade **deles**
a **sua** necessidade.”

Nesse caso, “sua” é para o sujeito singular, sendo assim, não se usa na progressão semântica do texto o morfema possessivo.

3. Tratar das escolhas lexicais e suas relações com a morfossintaxe gramatical.

Acredita-se, ainda, que este objetivo tenha sido cumprido. As seleções lexicais são guiadas por duas dimensões, a saber: no discurso, pelo quadro enunciativo, e, no texto, pela relação tema e progressão semântica.

Na dimensão discursiva, a seleção do morfema possessivo, para anteceder lexemas, constrói saliências para as pessoas do quadro enunciativo, de forma a interacionar eu / tu, eu / você, eu / nós, eu / vocês; nós / você, nós / vocês; você / vocês. A título de exemplificação, apresenta-se:

“Petrobrás, o desafio a nossa energia”; “Hoje é o último dia Ford. O seu carro está aqui”.

Ainda, no que se refere à seleção lexical, por vezes, a regra sistêmica de nominalização do predicado e o uso do morfema possessivo pelo sujeito não pode ser aplicada. É necessário uma nova seleção lexical, por exemplo :

- a aplicação da regra: Maria é alegre > a alegria de Maria > a sua alegria
- a não aplicação da regra: A caneta é azul > o azul da caneta > o seu azul ;

Nesse caso, é necessária a inserção de outro lexema para que a regra possa ser aplicada: a caneta é azul > a sua cor azul.

O pressuposto das categorias analíticas Sociedade, Cognição e Discurso permitiu o estudo da gramaticalização, pelo social, pelo cognitivo e pelo textual.

O social propiciou que se explicasse a dinâmica das interações comunicativas em condições de produção, cuja situação de uso do morfema possessivo decorre de normas culturais e sociais. As normas culturais guiam a seleção de lexemas e a possibilidade de aplicação da regra sistêmica da nominalização do predicado. O

cognitivo permitiu que se entendesse a relação entre conhecimentos já armazenados na memória de longo prazo que são ativados para a memória de trabalho durante o processamento da informação. Assim, por exemplo: “O seu Guilherme” , dependendo de conhecimentos já memorizados, podem ocorrer dois sentidos: seu = senhor – “ O senhor Guilherme” ; seu = membro de família – “O seu familiar Guilherme” .

O textual propiciou tratar do tema e sua progressão semântica a partir da intenção do enunciador que guia o uso dos morfemas possessivos, ou o uso de formas pessoais e demonstrativas.

Assim, por exemplo:

“Brasil, um país de todos; “é o nosso país “; este país é nosso ; é o país deles.

Acredita-se que a hipótese inicial orientadora da pesquisa foi adequada: o uso dos morfemas “possessivos” está relacionado às pessoas do quadro enunciativo e seus lugares discursivos: a noção do EU em relação ao OUTRO apresenta-se com traços culturais positivos para o pessoalismo do EU, de forma a diferenciá-lo, nas interações comunicativas, do TU e do ELE; do NÓS, do OUTRO e dos OUTROS.

No que se refere à questão orientadora da pesquisa: Quais regras gramaticais são aplicadas na construção textual-discursiva? A pesquisa realizada propicia a seguinte resposta:

Há regras gramaticais sistêmicas que são aplicadas na construção textual-discursiva:

Regra 1 : a nominalização do predicado e o uso do morfema possessivo pelo sujeito; e

Regra 2 : a concordância do morfema possessivo como substantivo, por flexões de gênero e número.

Regra 3 : o morfema possessivo funciona como adjetivo, antecedendo o substantivo

Regra 4 : o morfema possessivo com a função de pronome, de forma a substituir o sintagma nominal lexical.

Estas regras permitem entender a causa de os gramáticos tradicionais brasileiros, pós NGB, classificarem os possessivos como *pronomes adjetivos*.

Há gramaticalização com a mudança funcional de um gramema anterior: gramaticalização do demonstrativo, pelo uso do morfema possessivo na dimensão no quadro enunciativo, como em:

“A minha família e a sua família” < esta família e aquela família.

A gramaticalização do morfema pessoal, por exemplo:

“Ele teve uma visão”: era o seu paraíso < o paraíso dele.

Esta dissertação não se quer conclusiva. A pesquisa realizada abre outras perspectivas para dar continuidade à investigação do uso efetivo de outros morfemas da língua portuguesa que se inter-relacionam com os morfemas possessivos, por exemplo, os demonstrativos e os morfemas pessoais, tanto tônicos quanto átonos.

Em síntese, acredita-se que, com o advento da virada pragmática, o uso efetivo da língua, ao ser examinado, propicia que, se entenda a dinâmica do sistema da língua que, a cada momento sincrônico, apresenta-se com formas cristalizadas e formas variáveis, para poder explicar a variação lingüística gramatical.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, N. M. *Gramática Metódica da língua portuguesa*. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 1956.

ANDRADE, C. D. *O poder ultrajovem*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1985.

ASSIS, M. *Contos*. 15ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: UNICAMP, 1992.

BATES, E. *Functionalism in Linguistics*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins : Company, 1987.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa – cursos de 1ºs e 2º s graus*. 19ª ed., com base na NGB e no último acordo ortográfico, São Paulo: Ed. Nacional, 1975.

_____. *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?* 11ª ed. São Paulo: Ática, 2005.

_____. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005.

BORBA, F. S. *Pequeno Vocabulário de Lingüística Moderna*. São Paulo: Ed. Nacional e ed da USP, 1971.

BOURCIEZ, E. *Eléments de linguistique romane*. 4ª ed. Paris: Midi, 1946.

CALLOU, D. e AVELAR, J. Estruturas com ter e haver em anúncios do século XIX. In: Tânia Maria Alkmim (org). *Para a história do português brasileiro*. Vol 3. 1ª ed. São Paulo: Humanitas, FFCH/USP, 2002.

CORSERIU, E. *Teoria da Linguagem e lingüística geral*. Trad. Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

COUTINHO, I. L. *Pontos de Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Editora ao Livro técnico, 1976.

CUMMING, S. e ONO, T. - *Discourse and Grammar. Discourse as structure and process*. Org : Teun A. van Dijk, London : ed Sage, 1997.

CUNHA, C. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FENAME, 1972.

CUNHA, C & CINTRA, L. F. L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CURY, C. (2006) *Clube do Pança*. Disponível em: < <http://www.clube do pança.com.br> >. Acesso em: 17-08 -2007.

DINIZ, M. H. *Curso de direito civil brasileiro, vol 4: direito das coisas*. Vol 4, 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004

DUCROT, O., TODOROV, T. (1972) – *Diccionario das ciencias da linguagem*. Trad. Portuguesa, Lisboa : publicações Dom Quixote, 3ª ed. , 1976

DUCROT, O. *O dizer o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FAIRCLOUGH, N. e WODAK, R. (1997) Analisis critico del discurso. In: *É o discurso como interaccion social – estudios del discurso II: Introduction multidisciplinaria*. Org. Teun Van Dijk, Trad. Española, Barcelona: Gedisa editorial, 2000.

FARIA, E. *Dicionário escolar latino - português*. 3ª ed. Rio de Janeiro: MEC, 1962.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário eletrônico Aurélio*. Ver. 5,0. edição eletrônica : Positivo informática, 2004. Cd room.

FRANCHI, C. Mas o que é mesmo “Gramática”? In LOPES, H.V. *Língua Portuguesa: o currículo e a compreensão da realidade*. São Paulo, Secretaria da Educação / Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, 1991.

GIVÓN, T. *Functionalims and Grammar*. Amsterdam / Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

GREIMAS, A. J. *O discurso científico da modalidade*. Trad. C. p. Paes. Rio de Janeiro: SBPL – Difel, 1976.

HALLIDAY, M. A. K. *Notes on Transitivity and Theme in English*. *Journal of Linguistics*, v. 3, 1967.

_____. *Explorations in the Functions of Language*. Londres: Edward Arnold, 1973.

_____. *An Introduction to Funcional Grammar: Baltimore: Edward Arnold, 1985*.

HOLANDA, C. B. *Meu Guri*. 1981. Disponível em < <http://vagalume.uol.com.br> >. Acesso em 16-04-07.

HOPPER, P. & TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

IHERING. *Posesión fundamento de los interdictos posesorios*. Paris, Oeuvres choisies. 1893,

KINTSCH, W. & VAN DIJK, T. A . *Strategies of discourse comprehension*. New York: Academic Press, 1983.

LEITE, C. C. P. *Nova Análise semântica*. 1ª ed. São Paulo: J. Ozon, 1970.

LEITE, C.C.P. e CALICCHIO, F. *Análise Semântica*. Vol 1º, 1ª ed. São Paulo: CeTec, 1993.

LEITE, M. Q. *Metalinguagem e discurso a configuração do purismo brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

LEITE DE VASCONCELOS, J. *Lições de filologia portuguesa*. 2ª ed., Lisboa, 1926.

MAINGUENEAU, D. - *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996

_____. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Trad. Freda Indursky, revisão Solange Maria Ledda Gallo, Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes. 3ª ed. Campinas Sp: Pontes: Ed. da UNICAMP, 1997.

MARTINET, A. *Qu'est-ce que la linguistique fonctionnelle?* ALFA, v. 38, 1994.

MATTOS E SILVA, R.V. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa : IN - CM, 1989.

MAURER, TH. H. *Gramática do latim vulgar*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Academia, 1959.

MORAES, V. O filho que eu quero ter. In: MORAES, V. *Arca de Noé: poemas infantis*. São Paulo: Cia das Letras, 1991

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*.. São Paulo: Martins Fontes, 1997

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. *Que gramática estudar na escola?* 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ORECCHIONI, C. K. *La enunciación de la subjetividad en el lenguaje*. Paris, Francia: Edicial, 1980.

PEREIRA, E. C. *Gramática expositiva curso superior*. 51ª ed. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre: Companhia Editora Nacional: 1939.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & Comp., 1888.

SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 3ª ed. São Paulo: Editora melhoramentos , 1964.

SAVIGNY, *Traité de la possession em droit romain*. 7.ed. Paris, 1866

SELLAN, A.R.B. *Cognição, discurso e sociedade: Aspectos da identidade cultural do paulista e os descaminhos da Revolução de 1932*. Tese de Doutorado, PUC/SP, São Paulo, 2001.

SILVEIRA, da S. *Lições de português*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nacional, 1940.

SILVEIRA, R. C. P. Aspectos da identidade cultural brasileira para uma perspectiva interculturalista no ensino / aprendizagem de Português Língua Estrangeira. In. SILVEIRA, R.C.P. (org) - *Português Língua Estrangeira: perspectivas*, São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Português para estrangeiros: enfoque interculturalista para o ensino e a questão teórica das identidades idiomática e cultural do brasileiro. In.

BASTOS N. B. (org) - *Língua Portuguesa uma visão em mosaico*. São Paulo: EDUC, 2002.

_____. Implícitos Culturais: ideologia e cultura em expressões lingüísticas do Português brasileiro. In: BASTOS N. B. (org). *Língua Portuguesa em calidoscópico*. São Paulo: EDUC, 2004.

SILVEIRA, R.C.P. e SELLAN, A. R. B. Sociedade, Cognição e Discurso: conhecimentos sociais e a leitura de texto narrativo de humor. In: BASTOS N. B., *Língua Portues : Lusofonia – memória e diversidade cultural*. SP: EDUC, 2008.

SORRENTI, N. Meu avô criança. In: SORRENTI, N. *Chorinho de riacho e outros poemas para cantar*, São Paulo: ed. Formato, 2006.

STERNBERG. *Introducción a la ciência Del derecho*. 2ª ed. Ed. Labor, Barcelona, 1930.

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. Tradução Celso Cunha. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TOULMIN, S.E. (1958). *Les usages de l'argumentation*. Trad. Esp. Visor, Madrid, 1994.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

VAN DIJK, T. A. *Racismo y análisis crítico de los medios*. Barcelona: Paidós, 1997.

_____. *Discurso como interacción social*. Trad. Española, Barcelona: Editorial Gedisa, 2000.

VARÓ, E. A. *Tres paradigmas de la investigación lingüística*. 1ª ed. Alcoy – España: Ed. Editorial Marfil, 1990.

VEIGA, D. - *Turma do Edi*. Disponível em: < <http://www.turmadoedi.com.br> >. Acesso em: 24.10.2007.

VILELA, M., Koch I. V. *Gramática da Língua Portuguesa*. 1ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.

— ruce, querendo.
— Não, replicou ela abanando a cabeça; não me meto em negócios de sua família, que mal conheço; e então seu pai, que dizem que é zangado!

Damião viu-se perdido. Ajoelhou-se-lhe aos pés, beijou-lhe as mãos, desesperado.

— Pode muito, Sinhá Rita; peço-lhe pelo amor de Deus, pelo que a senhora tiver de mais sagrado, por alma de seu marido, salve-me da morte, porque eu mato-me, se voltar para aquela casa.

Sinhá Rita, lisonjeada com as súplicas do moço, tentou chamá-lo a outros sentimentos. A vida de padre era santa e bonita, disse-lhe ela; o tempo lhe mostraria que era melhor vencer as repugnâncias e um dia... "Não, nada, nunca!" redarguiu Damião, abanando a cabeça e beijando-lhe as mãos; e repetia que era a sua morte.

Sinhá Rita hesitou ainda muito tempo; afinal perguntou-lhe por que não ia ter com o padrinho.

— Meu padrinho? Esse é ainda pior que papai; não me atende, duvido que atenda a ninguém...

— Não atende? interrompeu Sinhá Rita ferida em seus bríos. Ora, eu lhe mostro se atende ou não...

Chamou um moleque e bradou-lhe que fosse à casa do Sr. João Carneiro chamá-lo, já e já; e se não estivesse em casa, perguntasse onde podia ser encontrado, e corresse a dizer-lhe que precisava muito de lhe falar imediatamente.

— Anda, moleque.

Damião suspirou alto e triste. Ela, para mascarar a autoridade com que dera aquelas ordens, explicou ao moço que o Sr. João Carneiro fora amigo do marido e arranjara-lhe algumas crias para ensinar. Depois, como ele continuasse triste, encostado a um portal, puxou-lhe o nariz, rindo:

— Anda lá, seu padrece, descanse que tudo se há de arranjar... Sinhá Rita tinha quarenta anos na certidão de batismo e vinte e sete nos olhos. Era apessoada, viva, patusca, amiga de rir, mas, quando convinha, brava como o diabo. Quis alegrar o rapaz, e, apesar da situação, não lhe custou muito. Dentro de pouco, ambos eles riam, ela contava-lhe anedotas, e pedia-lhe outras, que ele referia com singular graça. Uma destas, estúrdia, obrigada a trejeitos, fez rir a uma das crias de Sinhá Rita, que esquecera o trabalho, para mirar e escutar o moço. Sinhá Rita pegou de uma vara que estava ao pé da marquessa, e ameaçou-a:

— Lucrécia, olha a vara!

A pequena abaixou a cabeça, aparando o golpe, mas o golpe não veio. Era uma advertência; se à noite a tarefa não estivesse pronta, Lucrécia receberia o castigo do costume. Damião olhou para a pequena; era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos. Damião reparou que tossia, mas para dentro, surdamente, a fim de não interromper a conversação. Teve pena da negrinha, e resolveu apadrinhá-la, se não acabasse a tarefa. Sinhá Rita não lhe negaria o perdão... Demais, ela rira por achar-lhe graça; a culpa era sua, se há culpa em ter chiste.

Nisto, chegou João Carneiro. Empalideceu quando viu ali o afilhado, e olhou para Sinhá Rita, que não gastou tempo com preâmbulos. Disse-lhe que era preciso tirar o moço do seminário, que ele não tinha vocação para a vida eclesiástica, e antes um padre de menos

que um padre ruim. Cá fora também se podia amar e servir a Nosso Senhor. João Carneiro, assombrado, não achou que replicar durante os primeiros minutos; afinal, abriu a boca e repreendeu o afilhado por ter vindo incomodar "pessoas estranhas", e em seguida afirmou que o castigaria.

— Qual castigar, qual nada! interrompeu Sinhá Rita. Castigar por quê? Vá, vá falar a seu compadre.

— Não afianço nada, não creio que seja possível...

— Há de ser possível, afianço eu. Se o senhor quiser, continuou ela com certo tom insinuativo, tudo se há de arranjar. Peça-lhe muito, que ele cede. Ande, senhor João Carneiro, seu afilhado não volta para o seminário; digo-lhe que não volta...

— Mas, minha senhora...

— Vá, vá.

João Carneiro não se animava a sair, nem podia ficar. Estava entre um puxar de forças opostas. Não lhe importava, em suma, que o rapaz acabasse cêrigo, advogado ou médico, ou outra qualquer cousa, vadio que fosse; mas o pior é que lhe cometiam uma luta inteligente com os sentimentos mais íntimos do compadre, sem certeza do resultado; e, se este fosse negativo, outra luta com Sinhá Rita, cuja última palavra era ameaçadora: "digo-lhe que ele não volta". Tinha de haver por força um escândalo. João Carneiro estava com a pupila desviada, a pálpebra trêmula, o peito ofegante. Os olhares que detava a Sinhá Rita eram de súplica, mesclados de um ténue ralo de censura. Por que lhe não pedia outra cousa? Por que lhe não ordenava que fosse a pé, abaixo de chuva, à Tijuca, ou Jacarepaguá? Mas logo persuadir ao compadre que mudasse a carreira do filho... Conhecia o velho; era capaz de lhe quebrar uma jarra na cara. Ah! se o rapaz caísse ali, de repente, apoplético, morto! Era uma solução, — cruel é certo, mas definitiva.

— Então? Insistiu Sinhá Rita.

Ele fez-lhe um gesto de mão que esperasse. Coçava a barba, procurando um recurso. Deus do céu! um decreto do Papa dissolvido a Igreja, ou, pelo menos, extinguindo os seminários, faria acabar tudo em bem. João Carneiro voltaria para casa e ia jogar os três-sefes¹. Imaginal que o barbeiro de Napoleão era encarregado de comandar a batalha de Austerlitz... Mas a Igreja continuava, os seminários continuavam, o afilhado continuava, cosido à parede, olhos baixos, esperando, sem solução apoplética.

— Vá, vá, disse Sinhá Rita dando-lhe o chapéu e a bengala. Não teve remédio. O barbeiro meteu a navalha no estojo, travou da espada e saiu à campanha. Damião respirou; exteriormente deixou-se estar na mesma, olhos fincados no chão, acabrunhado. Sinhá Rita puxou-lhe desta vez o queixo.

— Ande jantar, deixe-se de melancollas.

— A senhora crê que ele alcance alguma cousa?

— Há de alcançar tudo, redarguiu Sinhá Rita cheia de si. Ande, que a sopa está esfriando.

Apesar do gérigo galhofeiro de Sinhá Rita, e do seu próprio espírito leve, Damião esteve menos alegre ao jantar que na primeira

¹ Três-sefes: espécie de jogo de fazer vazas, em que a carta mais alta é o três de cada naipe. Não há trunfo. Ou seja, um jogo sem "destaque" para as cartas; onde as pequenas ocupam posição importante, e assim por diante. (N. E.)

Fernando não pôde afrontar a presença da moça. Correu para a janela e saltou para o jardim.

Lúcia, que ouvira as últimas palavras dos dois, correu a abraçar a amiga, exclamando:

— Muito bem! muito bem!

Dias depois Mendonça e Carolina saíram para uma viagem de um ano.

Carolina escrevia o seguinte a Lúcia:

"Deixo-te, minha Lúcia, mas assim é preciso. Amei Fernando, e não sei se o amo agora, apesar do ato cobarde que praticou. Mas eu não quero expor-me a um crime. Se o meu casamento é um tûmulo, nem por isso posso deixar de respeitá-lo. Reza por mim e pede a Deus que te faça feliz".

Foi para estas almas corajosas e honradas que se fez a bem-aventurança.

O CASO DA VARA

Damião fugiu do seminário às onze horas da manhã de uma sexta-feira de agosto. Não sei bem o ano; foi antes de 1850. Passados alguns minutos parou vexado; não contava com o efeito que produzia nos olhos da outra gente aquele seminarista que ia espantado, medroso, fugitivo. Desconhecia as ruas, andava e desandava; finalmente parou. Para onde iria? Para casa, não; lá estava o pai que o devolveria ao seminário, depois de um bom castigo. Não assentara no ponto de refúgio, porque a saída estava determinada para mais tarde; uma circunstância fortuita a apressou. Para onde iria? Lembrou-se do padrinho, Joac Carneiro, mas o padrinho era um moleirão sem vontade, que por si só não faria cousa útil. Foi ele que o levou ao seminário e o apresenou ao reitor:

— Trago-lhe o grande homem que há de ser, disse ele ao reitor. — Venha, acudiu este, venha o grande homem, contanto que seja também humilde e bom. A verdadeira grandeza é chã. Moço...

Tal foi a entrada. Pouco tempo depois fugiu o rapaz ao seminário. Aqui o vemos agora na rua, espantado, incerto, sem atinar com refúgio nem conselho; percorreu de memória as casas de parentes e amigos, sem se fixar em nenhuma. De repente, exclamou:

— Vou pegar-me com Sinhá Rita! Ela manda chamar meu padrinho, diz-lhe que quer que eu saia do seminário... Talvez assim...

Sinhá Rita era uma viúva, querida de João Carneiro; Damião tinha umas idéias vagas dessa situação e tratou de a aproveitar. Onde morava? Estava tão atordoado, que só daí a alguns minutos é que lhe acudiu a casa; era no Largo do Capim.

— Santo nome de Jesus! Que é isto? bradou Sinhá Rita, sentando-se na marquesa, onde estava reclinada.

Damião acabava de entrar espavorido; no momento de chegar a casa, vira passar um padre, e deu um empurrão à porta, que por fortuna, não estava fechada; a chave nem ferrolho. Depois de entrar, espiou pela rótula, a ver o padre. Este não deu por ele e ia andando.

— Mas que é isto, Sr. Damião? bradou novamente a dona da casa, que só agora o conhecera. Que vem fazer aqui?

Damião, trêmulo, mal podendo falar, disse que não tivesse medo, não era nada; ia explicar tudo.

— Descanse, e explique-se.

— Já lhe digo; não pratiquei nenhum crime, isso juro; mas es-pere.

Sinhá Rita olhava para ele espantada, e todas as crias, de casa, e de fora, que estavam sentadas em volta da sala, diante das suas almofadas de renda, todas fizeram parar os bilros e as mãos. Sinhá Rita vivia principalmente de ensinar a fazer renda, crivo e bordado. Enquanto o rapaz tomava fôlego, ordenou ás pequenas que trabalhassem, e esperou. Afinal, Damião contou tudo, o desgosto que lhe dava o seminário; estava certo de que não podia ser bom padre; falou com paixão, pediu-lhe que o salvasse.

— Como assim? Não posso nada.

parte do dia. Não fiava do caráter mole do padrinho. Contudo, juntou bem; e, para o fim, voltou às pilhérias da manhã. A sobrenessa, ouviu um rumor de gente na sala, e perguntou se o vinham prender.

— Não de ser as moças.

Levantaram-se e passaram à sala. As moças eram cinco vizinhas que iam todas as tardes tomar café com Sinhá Rita, e ali ficavam até o cair da noite.

As discípulas, findo o jantar delas, tornaram às almofadas do trabalho. Sinhá Rita presidia a todo esse mulherio de casa e de fora. O sussurro dos bilros e o palavrear das moças eram ecos tão mundanos, tão alheios à Teologia e ao Latim, que o rapaz deixou-se ir por eles e esqueceu o resto. Durante os primeiros minutos, ainda houve da parte das vizinhas certo acanhamento; mas passou depressa. Uma delas cantou uma modinha, ao som da guitarra, tangida por Sinhá Rita, e a tarde foi passando depressa. Antes do fim, Sinhá Rita pediu a Damião que contasse certa anedota que lhe agradara muito. Era a tal que fizera rir Lucrécia.

— Ande, senhor Damião, não se faça de rogado, que as moças querem ir embora. Vocês vão gostar muito.

Damião não teve remédio senão obedecer. Malgrado o anúncio e a expectativa, que serviam a diminuir o chiste e o feito, a anedota acabou entre risadas das moças. Damião, contente de si, não esqueceu Lucrécia e olhou para ela, a ver se rira também. Viu-a com a cabeça metida na almofada para acabar a tarefa. Não ria; ou teria rido para dentro, como tossia.

Saíram as vizinhas, e a tarde caiu de todo. A alma de Damião foi-se fazendo tenebrosa, antes da noite. Que estaria acontecendo? De instante a instante, ia espiar pela rótula, e voltava cada vez mais desanimado. Nem sombra do padrinho. Com certeza, o pai fê-lo calar, mandou chamar dois negros, foi à polícia pedir um pedestre¹ e aí vinha pegá-lo à força e levá-lo ao seminário. Damião perguntou a Sinhá Rita se a casa não teria saída pelos fundos; correu ao quintal, e calculou que podia saltar o muro. Quis ainda saber se haveria modo de fugir para a Rua da Valla, ou se era melhor falar a algum vizinho que fizesse o favor de o receber. O pior era a batina; se Sinhá Rita lhe pudesse arranjar um rodague, uma sobreco-brança ou esquecimento de João Carneiro.

— Tenho um rodague do meu defunto, disse ela, rindo; mas para que está com esses sustos? Tudo se há de arranjar, descanse.

Afinal, à boca da noite, apareceu um escravo do padrinho, com uma carta para Sinhá Rita. O negócio ainda não estava composto; o pai ficou furioso e quis quebrar tudo; bradou que não, senhor, que o peralta havia de ir para o seminário, ou então metia-o no Aljube ou na presinganga². João Carneiro lutou muito para conseguir que o compadre não resolvesse logo, que dormisse a noite, e meditasse bem se era conveniente dar à religião um sujeito tão rebelde e vicioso. Explicava na carta que falhou assim para melhor ganhar a causa.

¹ pedestre: guarda encarregado de capturar negros fugidos, no tempo da escravatura. Os pedestres eram detetados pela maioria da população. (N. E.)

² Aljube . . . presinganga: Aljube vem do árabe *al-jubb* e designava o cárcere para padres, onde estes ficavam à disposição do bispo local. Presinganga designava navio que recolhia prisioneiros e os maninha em alto-mar. (N. E.)

Não a tinha por ganha; mas no dia seguinte lá iria ver o homem, e teimar de novo. Concluía dizendo que o moço fosse para a casa dele.

Damião acabou de ler a carta e olhou para Sinhá Rita. "Não tenho outra tábuá de salvação", pensou ele. Sinhá Rita mandou vir um tinteiro de chifre, e na meia folha da própria carta escreveu esta resposta: "Joãozinho, ou você salva o moço, ou nunca mais nos veremos". Fechou a carta com obreira, e deu-a ao escravo, para que a levasse depressa. Voltou a reanimar o seminarista, que estava outra vez no capuz da humildade e da consternação. Disse-lhe que sossegasse, que aquele negócio era agora dela.

— Não de ver para quanto presto! Não, que eu não sou de brincadeiras!

Era a hora de recolher os trabalhos. Sinhá Rita examinou-os; todas as discípulas tinham concluído a tarefa. Só Lucrécia estava ainda à almofada, meneando os bilros, já sem ver; Sinhá Rita chegou-se a ela, viu que a tarefa não estava acabada, ficou furiosa, e agarrou-a por uma orelha.

— Ah! malandra!

— Nhandá, nhandá! pelo amor de Deus! por Nossa Senhora que está no céu.

— Malandra! Nossa Senhora não protege vadias!

Lucrécia fez um esforço, soltou-se das mãos da senhora, e fugiu para dentro; a senhora foi atrás e agarrou-a.

— Anda cá!

— Minha senhora, me perdoe! tossia a negrinha.

— Não perdoo, não. Onde está a vara?

E tornaram ambas à sala, uma presa pela orelha, debatendo-se, chorando e pedindo; a outra dizendo que não, que a havia de castigar.

— Onde está a vara?

A vara estava à cabeceira da marquesa, do outro lado da sala. Sinhá Rita, não querendo soltar a pequena, bradou ao seminarista:

— Sr. Damião, dê-me aquela vara, faz favor?

Damião ficou frio . . . Cruel instante! Uma nuvem passou-lhe pelos olhos. Sim, tinha jurado apadrinhar a pequena, que por causa dele, atrasara o trabalho . . .

— Dê-me a vara, Sr. Damião!

Damião chegou a caminhar na direção da marquesa. A negrinha pediu-lhe então por tudo o que houvesse mais sagrado, pela mãe, pelo pai, por Nosso Senhor . . .

— Me acuda, meu sinhó moço!

Sinhá Rita, com a cara em fogo e os olhos esbugalhados, instava pela vara, sem largar a negrinha, agora presa de um acesso de tosse. Damião sentiu-se compungido; mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a Sinhá Rita.

Aninha

De: "borges" <borges@uol.com.br>
Para: <annadan@terra.com.br>
Enviada em: sexta-feira, 11 de maio de 2007 21:15
Assunto: En:Fw: Compeensão ou conhecimento?

A zezé mandou passar pra vc.

bjs

Oi, pessoal! Boa tarde!

leiam esse e-mail está excelente para as análises da Aninha, porém eu tenho o endereço da mesma passem para ela. Divirtam.

Bjs,

Zeze

Imperdivel

No curso de medicina"

No Curso de Medicina, o professor se dirige ao aluno e pergunta:

- Quantos rins nós temos?
 - Quatro! Responde o aluno.
 - Quatro? Replica o professor, arrogante, daqueles que se comprazem de tripudiar sobre os erros dos alunos.
 - Traga um feixe de capim, pois temos um asno na sala - ordena o professor a seu auxiliar.
 - E para mim um cafezinho! Replicou o aluno ao auxiliar do mestre. O professor ficou irado e expulsou o aluno da sala.
- O aluno era, entretanto, o humorista Aparício Torelly Aporelly (1895-1971) mais conhecido como o "Barão de Itararé".
- Ao sair da sala, o aluno ainda teve a audácia de corrigir o furioso mestre:- O senhor me perguntou quantos rins "nós temos". "Nós " temos quatro: dois meus e dois teus...Tenha um bom apetite e delicie-se com o capim.
- Moral da história: "A vida exige muito mais apreensão do que conhecimento"
-

QUINTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2007

dinheiro B7

FOLHA DE S. PAULO

Há 90 anos, estamos
escrevendo uma
história de sucesso.
E você faz parte dela.



ESCRITÓRIO CENTRAL VILARENS

Disp. Resp.: Mauro Simões Marques Ferreira - 4266-SSP - SP

Av. Dr. Olavo Guimarães 276 - Vila Arens - Jundiaí - SP

CEP 13.201-760 - Fone: (11) 4526-1212

E-mail: despachante@vilarens.com.br

VISITE NOSSO SITE: www.vilarens.com.br

**Está na hora de fazer o seu licenciamento.
Confira o calendário**

VEÍCULO PLACA FINAL		
Abril FINAL 1	Mai FINAL 2	Junho FINAL 3
Julho FINAL 4	Agosto FINAL 5e6	Setembro FINAL 7
Outubro FINAL 8	Novembro FINAL 9e0	Dezembro FINAL 0

**Ao trocar seu veículo,
não se deixe enganar,
faça com a gente a
DOCUMENTAÇÃO!**

**Agora também
cuidamos do seguro
do seu Veículo!**

*Se precisar financiar os débitos do veículo, nós providenciamos para você, em até 18x!

*Se precisar fazer recurso de multas, nós também fazemos para você.

**Na hora de fazer o seguro do seu veículo,
não esqueça de fazer uma cotação conosco!**

Trabalhamos com diversas companhias, como:

**Itau - Bradesco - Porto Seguro - Marítima - Azul
Sul América - Real Tóquio Marine - Mapfre - Unibanco**

A sua
é banda
larga?

Terra
Banda
Larga

Qual é
a sua?

terra

*O conteúdo mais
premiado da internet
em alta velocidade.*

The advertisement features a vibrant orange background at the top. The main headline 'A sua é banda larga?' is written in a bold, purple font. Below this, a purple rounded rectangle contains the text 'Terra Banda Larga' in white. The central image shows a person surfing on a wave, framed by a colorful, multi-colored rounded rectangle. The background of the entire advertisement is a scenic view of snow-capped mountains under a blue sky. At the bottom left, the 'terra' logo is displayed in white on an orange background. At the bottom right, a purple italicized text block reads 'Qual é a sua?' and 'O conteúdo mais premiado da internet em alta velocidade.'



**Não ande
com dinheiro
no bolso.
Usar o débito do seu
Ourocard é mais
prático.**



O FILHO QUE EU QUERO TER

É comum a gente sonhar, eu sei
Quando vem o entardecer
Pois eu também dei de sonhar
Um sonho lindo de morrer
Vejo um berço e nele eu me debruçar
Com o pranto a me correr
E assim chorando acalentar
O filho que eu quero ter.

Dorme, meu pequeninho
Dorme, que a noite já vem
Teu pai está muito sozinho
De tanto amor que ele tem.

De repente o vejo se transformar
Num menino igual a mim
Que vem correndo me beijar
Quando eu chegar lá de onde eu vim
Um menino sempre a me perguntar
Um porquê que não tem fim
Um filho a quem só queira bem
E a quem só diga que sim.

Dorme, menino levado
Dorme, que a vida já vem
Teu pai está muito cansado
De tanta dor que ele tem.

Quando a vida enfim me quiser levar
Pelo tanto que me deu
Sentir-lhe a barba me roçar
No derradeiro beijo seu
E ao sentir também sua mão vedar
Meu olhar dos olhos seus
Ouvir-lhe a voz a me embalar
Num acalanto de adeus
Dorme, meu pai sem cuidado
Dorme, que ao entardecer
Teu filho sonha acordado
Com o filho que ele quer ter.



DEMOCRATA é Dona Amarílis, professora na escola pública de uma rua que não vou contar, e mesmo o nome de Dona Amarílis é inventado, mas o caso aconteceu.

Ela se virou para os alunos, no começo da aula, e falou assim:

— Hoje eu preciso que vocês resolvam uma coisa muito importante. Pode ser?

— Pode — a garotada respondeu em coro.

— Muito bem. Será uma espécie de plebiscito. A palavra é complicada, mas a coisa é simples. Cada um dá sua opinião, a gente soma as opiniões e a maioria é que decide. Na hora de dar opinião, não falem todos de uma vez só, porque senão vai ser muito difícil eu saber o que é que cada um pensa. Está bem?

— Está — respondeu o coro, interessadíssimo.

— Ótimo. Então, vamos ao assunto. Surgiu um movimento para as professoras poderem usar calça comprida nas escolas.

O governo disse que deixa, a diretora também, mas no meu caso eu não quero decidir por mim. O que se faz na sala de aula deve ser de acordo com os alunos. Para todos ficarem satisfeitos e um não dizer que não gostou. Assim não tem problema. Bem, vou começar pelo Renato Carlos. Renato Carlos, você acha que sua professora deve ou não deve usar calça comprida na escola?

— Acho que não deve — respondeu, baixando os olhos.

— Por quê?

— Porque é melhor não usar.

— E por que é melhor não usar?

— Porque minissaia é muito mais bacana.

— Perfeito. Um voto contra. Marilena, me faz um favor, anote aí no seu caderno os votos contra. E você, Leonardo, por obséquio, anote os votos a favor, se houver. Agora quem vai responder é Inesita.

— Claro que deve, professora. Lá fora a senhora usa, por que vai deixar de usar aqui dentro?

— Mas aqui dentro é outro lugar.

— É a mesma coisa. A senhora tem uma roxo-cardeal que eu vi outro dia na rua, aquela é bárbara.

— Um a favor. E você, Aparecida?

— Posso ser sincera, professora?

— Pode, não. Deve.

— Eu, se fosse a senhora, não usava.

— Por quê?

— O quadril, sabe? Fica meio saliente...

— Obrigada, Aparecida. Você anotou, Marilena? Agora você, Edmundo.

— Eu acho que Aparecida não tem razão, professora. A senhora deve ficar muito bacana de calça comprida. O seu quadril é certinho.

— Meu quadril não está em votação, Edmundo. A calça, sim. Você é contra ou a favor da calça?

— A favor 100%.

— Você, Peter?

— Pra mim tanto faz.

— Não tem preferência?

— Sei lá. Negócio de mulher eu não me meto, professora.

— Uma abstenção. Mônica, você fica encarregada de tomar nota dos votos iguais ao de Peter: nem contra nem a favor, antes pelo contrário.

Assim iam todos votando, como se escolhessem o Presidente da República, tarefa que talvez, quem sabe? no futuro sejam chamados a desempenhar. Com a maior circunspecção. A vez de Rinalda:

— Ah, cada um na sua.

— Na sua, como?

— Eu na minha, a senhora na sua, cada um na dele, entende?

— Explique melhor.

— Negócio seguinte. Se a senhora quer vir de pantaloninha. Eu quero vir de midi, de maxi, de short, venho. Uniforme é papo furado.

— Você foi além da pergunta, Rinalda. Então é a favor?

— Evidente. Cada um curtindo à vontade.

— Legal! — exclamou Jorgito. — Uniforme está superado, professora. A senhora vem de calça comprida, e a gente aparecemos de qualquer jeito.

— Não pode — refuzou Gilberto. — Vira bagunça. Lá em casa ninguém anda de pijama ou de camisa aberta na sala. A gente tem de respeitar o uniforme.

Respeita, não respeita, a discussão esquentou, Dona Amarílis pedia ordem, ordem, assim não é possível, mas os grupos se haviam extremado, falavam todos ao mesmo tempo, ninguém se fazia ouvir, pelo que, com quatro votos a favor de calça comprida, dois contra, e um tanto-faz, e antes que fosse decretada por maioria absoluta a abolição do uniforme escolar, a professora achou prudente declarar encerrado o plebiscito, e passou à lição de História do Brasil.

Meu avô, criança

O olhar
do meu avô
tem o brilho da manhã.

Seu sorriso
cor-de-rosa
mais parece de romã.

Ele cai
na brincadeira
como novelo de lã.

Quase esbarra
nas estrelas
no carrinho de rolimã.



Troca o mingau
de aveia
por tortinha de maçã.

Brinca de ataque
de urso
com o casaco de astracã.

Põe a minha mãe
surdinha
com a sua gaita alemã.

Mas à noite
quer sossego
e chazinho de hortelã.

Lula rejeita CPMF com alteração e alfineta o DEM

DO ENVIADO A LUANDA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva descartou ontem mudanças na emenda que prorroga a CPMF, dizendo que quer sua aprovação no Senado tal como saiu da Câmara. Em Luanda, capital de Angola, ele ironizou o Democratas, partido de oposição, chamando-o de "Demo". O Democratas, antigo PFL, usa a sigla DEM.

"Se os 'demo' estão dizendo que vão fechar questão contra, é um problema deles."

Lula disse que "não faz sentido" mudar a emenda agora. "A CPMF tem projeto aprovado pela Câmara. E agora vai ser votado no Senado. Não tem sentido ter votado na Câmara e tentar modificar no Senado."

A emenda que prorroga por quatro anos o chamado imposto do cheque foi aprovada com folga na Câmara. No Senado, no entanto, a margem do governo é mais apertada.

Questionado sobre a proposta de isentar da contribuição a faixa mais pobre da população, Lula se mostrou irredutível. "Não tem condicionante". Lula e seus ministros têm dito que seu fim implicaria no corte de gastos sociais, investimentos e no aumento de impostos.

"Enquanto o vice-presidente vem aqui, numa atitude de elegância, em busca do diálogo, o titular se dirige a nós de forma insultuosa, numa atitude arrogante que não condiz com a estatura de um presidente", afirmou ontem o líder do DEM no Senado, José Agripino (RN).

Presidente do DEM, Rodrigo Maia (RJ), disse que "a forma jocosa com que ele trata os temas brasileiros precisa ser revista. Ele não está numa mesa de bar conversando com um amigo, ele é o presidente da República e deveria, no mínimo, respeitar o cargo que ocupa."

O presidente afirmou ainda estar convicto de que sua base de apoio estará unida em 2010. Mas disse não estar preocupado com isso agora.

(FÁBIO ZANINI)

O PODER ULTRAJOVEM

I

NO RESTAURANTE

— QUERO LASANHA.

Aquele anteprojecto de mulher — quatro anos, no máximo, desabrochando na ultraminissata — entrou decidido no restaurante. Não precisava de menu, não precisava de mesa, não precisava de nada. Sabia perfeitamente o que queria. Queria lasanha.

O pai, que mal acabara de estacionar o carro em uma vaga de milagre, apareceu para dirigir a operação-jantar, que é, ou era, da competência dos senhores pais.

— Meu bem, venha cá.

— Quero lasanha.

— Escute aqui, querida. Primeiro, escolhe-se a mesa.

— Não, já escolhi. Lasanha.

Que parada — lia-se na cara do pai. Relutante, a garotinha condescendeu em sentar-se primeiro, e depois encomendar o prato:

— Vou querer lasanha.

— Filhinha, por que não pedimos camarão? Você gosta tanto de camarão.

— Gosto, mas quero lasanha.

— Eu sei, eu sei que você adora camarão. A gente pede uma fritada bem bacana de camarão. Tá?

— Quero lasanha, papai. Não quero camarão.

— Vamos fazer uma coisa. Depois do camarão a gente traça uma lasanha. Que tal?

— Você come camarão e eu como lasanha.

O garçom aproximou-se, e ela foi logo instruindo:

— Quero uma lasanha.

O pai corrigiu:

— Traga uma fritada de camarão pra dois. Caprichada.

A coisinha amou. Então não podia querer? Queriam que ter em nome dela? Por que é proibido comer lasanha? Essas interrogações também se liam no seu rosto, pois os lábios mantinham reserva. Quando o garçom voltou com os pratos e o serviço, ela atacou:

— Moço, tem lasanha?

— Perfeitamente, senhorita.

O pai, no contra-ataque:

— O senhor providenciou a fritada?

— Já, sim, doutor.

— De camarões bem grandes?

— Daqueles legais, doutor.

— Bem, então me vê um chinite, e pra ela... O que é que você quer, meu anjo?

— Uma lasanha.

— Traz um suco de laranja pra ela.

Com o chopinho e o suco de laranja, veio a famosa fritada de camarão, que, para surpresa do restaurante inteiro, interessado no desenrolar dos acontecimentos, não foi recusada pela senhora. Ao contrário, papou-a, e bem. A silenciosa manducação atestava, ainda uma vez, no mundo, a vitória do mais forte.

— Estava uma coisa, hem? — comentou o pai, com um sorriso bem alimentado — Sábado que vem, a gente repete... Combinado?

— Agora a lasanha, não é, papai?

— Eu estou satisfeito. Uns camarões tão geniais! Mas você vai comer mesmo?

— Eu e você, tá?

— Meu amor, eu...

— Tem de me acompanhar, ouviu? Pede a lasanha.

O pai baixou a cabeça, chamou o garçom, pediu. Aí, um casal, na mesa vizinha, bateu palmas. O resto da sala acompanhou. O pai não sabia onde se meter. A garotinha, impassível. Se, na conjuntura, o poder jovem cambaleia, vem aí, com força total, o poder ultrajovem.



Chico Buarque - O Meu Guri

Chico Buarque

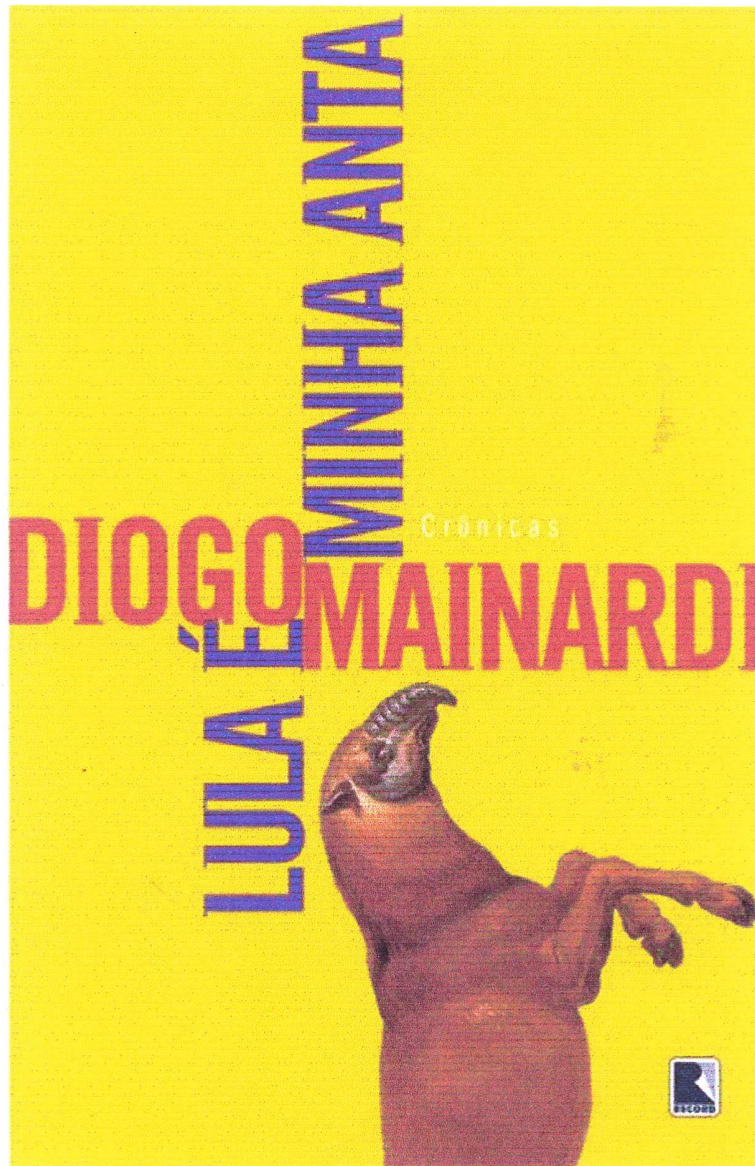
O meu guri
Chico Buarque/1981

Quando, seu moço, nasceu meu rebento
Não era o momento dele rebentar
Já foi nascendo com cara de fome
E eu não tinha nem nome pra lhe dar
Como fui levando, não sei lhe explicar
Fui assim levando ele a me levar
E na sua meninice ele um dia me disse
Que chegava lá
Olha aí
Olha aí
Olha aí, aí o meu guri, olha aí
Olha aí, é o meu guri
E ele chega

Chega suado e veloz do batente
E traz sempre um presente pra me encabular
Tanta corrente de ouro, seu moço
Que haja pescoço pra enfiar
Me trouxe uma bolsa já com tudo dentro
Chave, caderneta, terço e patuá
Um lenço e uma penca de documentos
Pra finalmente eu me identificar, olha aí
Olha aí, aí o meu guri, olha aí
Olha aí, é o meu guri
E ele chega

Chega no morro com o carregamento
Pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador
Rezo até ele chegar cá no alto
Essa onda de assaltos tá um horror
Eu consolo ele, ele me consola
Boto ele no colo pra ele me ninar
De repente acordo, olho pro lado
E o danado já foi trabalhar, olha aí
Olha aí, aí o meu guri, olha aí
Olha aí, é o meu guri
E ele chega

Chega estampado, manchete, retrato
Com venda nos olhos, legenda e as iniciais
Eu não entendo essa gente, seu moço
Fazendo alvoroço demais
O guri no mato, acho que tá rindo
Acho que tá lindo de papo pro ar
Desde o começo, eu não disse, seu moço
Ele disse que chegava lá
Olha aí, olha aí
Olha aí, aí o meu guri, olha aí
Olha aí, é o meu guri



ASSALTO

NA FEIRA, a gorda senhora protestou a altos brados contra o preço do chuchu:

— Isto é um assalto!

Houve um rebuliço. Os que estavam perto fugiram. Alguém, correndo, foi chamar o guarda. Um minuto depois, a rua inteira, atravancada, mas provida de admirável serviço de comunicação espontânea, sabia que se estava perpetrando um assalto ao banco. Mas que banco? Havia banco naquela rua? Evidente que sim, pois do contrário como poderia ser assaltado?

— Um assalto! Um assalto! — a senhora continuava a exclamar, e quem não tinha escutado escutou, multiplicando a notícia. Aquela voz subindo do mar de barracas e legumes era como a própria sirena policial, documentando, por seu uivo, a ocorrência grave, que fatalmente se estaria consumando ali, na claridade do dia, sem que ninguém pudesse evitá-la.

Moleques de carrinho corriam em todas as direções, atropelando-se uns aos outros. Queriam salvar as mercadorias que transportavam. Não era o instinto de propriedade que os impelia. Sentiam-se responsáveis pelo transporte. E no atropelo da fuga, pacotes rasgavam-se, melancias rolavam, tomates esborrachavam-se no asfalto. Se a fruta cai no chão, já não é de ninguém; é de qualquer um, inclusive do transportador. Em ocasiões de assalto, quem é que vai reclamar uma penca de bananas meio amassadas?

— Olha o assalto! Tem um assalto ali adiante!

O ônibus na rua transversal parou para assuntar. Passageiros ergueram-se, puseram o nariz para fora. Não se via nada. O motorista desceu, desceu o trocador, um passageiro advertiu:

— No que você vai a fim de ver o assalto, eles assaltam sua caixa.

Ele nem escutou. Então os passageiros também acharam de bom alvitre abandonar o veículo, na ânsia de saber, que vem movendo o homem, desde a idade da pedra até a idade do móvel lunar.

Outros ônibus pararam, a rua entupiu.

— Melhor. Todas as ruas estão bloqueadas. Assim eles não podem dar no pé.

— É uma mulher que chefia o bando!

— Já sei. A tal dondoca loura.

— A loura assalta em São Paulo. Aqui é a morena.

— Uma gorda. Está de metralhadora. Eu vi.

— Minha Nossa Senhora, o mundo está virado!

— Vai ver que está caçando é marido.

— Não brinca numa hora dessas. Olha aí sangue escorrendo!

— Sangue nada, tomate.

Na confusão, circularam notícias diversas. O assalto fora a uma joalheria, as vitrinas tinham sido esmigalhadas a bala. E havia jóias pelo chão, braceletes, relógios. O que os bandidos não levaram, na pressa, era agora objeto de saque popular. Morreram no mínimo duas pessoas, e três estavam gravemente feridas.

Barracas derrubadas assinalavam o ímpeto da convulsão coletiva. Era preciso abrir caminho a todo custo. No rumo do assalto, para ver, e no rumo contrário, para escapar. Os grupos divergentes chocavam-se, e às vezes trocavam de direção: quem fugia dava marcha à ré, quem queria espiar era arrastado pela massa oposta. Os edifícios de apartamentos tinham fechado suas portas, logo que o primeiro foi invadido por pessoas que pretendiam, ao mesmo tempo, salvar o pêlo e contemplar lá de cima. Janelas e balcões apinhados de moradores, que gritavam:

— Pega! Pega! Correu pra lá!

— Olha ela ali!

— Eles entraram na kombi ali adiante!

— É um mascarado! Não, são dois mascarados!

Ouviu-se nitidamente o pipocar de uma metralhadora, a pequena distância. Foi um deitar-no-chão geral, e como não havia espaço, uns caíam por cima de outros. Cessou o ruído. Voltou. Que assalto era esse, dilatado no tempo, repetido, confuso?

— Olha o diabo daquele escurinho tocando matraca! E a gente com dor-de-batriga, pensando que era metralhadora!

Caíram em cima do garoto, que soverteu na multidão. A senhora gorda apareceu, muito vermelha, protestando sempre:

— É um assalto! Chuchu por aquele preço é um verdadeiro assalto!



CORDISBURGO, DE PASSAGEM

A AGÊNCIA DE TURISMO oferecia uma opção: o carnaval quente do Rio ou a excursão cultural às cidades históricas de Minas. O casal, que sabe de cor e salteado o que são bailes e escolas de samba, escolheu a volta ao passado, em que sempre se aprende alguma coisa. Além do mais, o anúncio prometia um extra espetacular: a gruta de Maquiné, essa maravilha da natureza que nenhum candidato ao concurso do Municipal conseguiu ainda transformar em fantasia premiada.

Tudo correu bem, com o Aleijadinho dando *show* de barroco em Congonhas e Ouro Preto, mais o Ataíde, os Inconfidentes, os altares, as pontes, as montanhas oferecendo aos turistas uma perspectiva do tempo que passou mas não passa nunca: fechado em redoma, vivendo estranha vida de raízes.

Maquiné foi a coroação, uma coisa que não existe, só inventando. E o casal vinha meio sobre o sonho, entre estalactites e estalagmites, tecendo esculturas na lembrança, quando o ônibus alcançou uma pequena cidade bem mineira, bem humilde.

— Que lugar é esse? — perguntou o marido ao vizinho do lado.

— Cordisburgo. Vi na tabuleta da estação.

A mulher deu um grito:

— Cordisburgo? É a terra do Rosa! A terra do Guimarães Rosa!

— É mesmo! — empolgou-se o marido. — A terra do Rosa!

— Pede ao motorista pra dar uma paradinha...

— Claro que ele vai parar.

Mas o motorista nem ligou ao alvoroço. O marido interpelou-o, surpreso:

— Meu amigo, o ônibus não vai parar na cidade de João Guimarães Rosa?

— Não senhor. Parar pra quê?

— O maior escritor brasileiro do século 20 nasceu e passou a infância neste lugar!

— E daí?

— Daí, esta é ou não é uma excursão cultural, como anunciou a Turistex? Se é uma excursão cultural e passa por aqui, tem de mostrar a casa natal de Rosa, o ambiente onde Rosa começou a viver e a observar as coisas, ele que é um patrimônio da nossa cultura, essa é muito boa!

O motorista não se mostrou sensibilizado:

— Quem programou a excursão não fui eu. Tenho de obedecer ao horário, senão pego multa.

Os demais passageiros começaram a preocupar-se, trocando frases de reconhecimento:

— Quem é mesmo esse Rosa? Nunca ouvi falar nele.

— Escreve aos domingos no jornal. Semana passada li um artigo dele.

— Sei não, acho que ele já morreu.

— De Rosa, eu só conheço o Noel, que não é de Minas, é carioca da Vila.

O casal insistia:

— Pára, moço! Pára só quinze minutos!

— Posso não. Ordem é ordem. E a bronca que eu vou levar?

O casal pensou em apelar para a coletividade, mas teve medo de não encontrar apoio moral. Continuou na ação direta:

— Três minutinhos só... o tempo de tirar uma foto — suplicou a moça, em tom suave.

— Três eu paro. Só três.

Parou. Os dois desceram, emocionados, olhando para um lado e para outro, a investigar traços de Rosa no ar. Onde a casa de Seu Florduardo? A Rua de Cima, o hotel de Nhá Tina? Juca Bananeira? Um velho que tomava sol na janela indicou-lhes, com o queixo, a velha casa de portas de venda, com a placa de bronze na parede, onde João Guimarães Rosa acontecera, fadado a altos destinos, papéis. A foto foi tirada, mãos meio trêmulas, não deve ter saído boa. Também, com o motorista de olho no relógio, o ônibus inteiro esperando sem compreender, e o sentimento de que Rosa estava ali, disperso e sutil, risonho e mistério, fantasma de palavras circulando entre o sertão e a glória, como fotografar direito? Não havia tempo para assuntar, percorrer a cidadezinha, re-viver o tempo & terra de Rosa. Horário é para ser respeitado. E o casal retomou lugar no ônibus, pensativo: quando é que as empresas de turismo descobrirão Guimarães Rosa, incluindo Cordisburgo em seus roteiros? No que pensavam, absortos, chegou o ônibus a Belo Horizonte, e findou a "excursão cultural".